

GENITORIALIDADE LGBT+:
EDUCAÇÃO E SAÚDE NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS



Mateus Pavei Luciano

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim

PPGEdu, 2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

MESTRADO EM EDUCAÇÃO

MATEUS PAVEI LUCIANO

GENITORIALIDADE LGBT+:

EDUCAÇÃO E SAÚDE NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS

PORTO ALEGRE,

DEZEMBRO 2022

MATEUS PAVEI LUCIANO

GENITORIALIDADE LGBT+:

EDUCAÇÃO E SAÚDE NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim

Linha de Pesquisa: Educação Especial, Saúde e Processos Inclusivos

PORTO ALEGRE,

DEZEMBRO 2022

MATEUS PAVEI LUCIANO

**GENITORIALIDADE LGBT+:
EDUCAÇÃO E SAÚDE NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção de título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Burg Ceccim

Linha de Pesquisa: Educação Especial, Saúde e Processos Inclusivos

Apresentada em: 23 / 01 / 2023.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Cláudia Rodrigues de Freitas
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade Federal do Rio Grande do Sul/UFRGS

Profa. Dra. Lorrainy da Cruz Solano
Instituto de Ensino, Pesquisa e Extensão
Hospital Maternidade Almeida Castro/HMAC

Prof. Dr. Camilo Darsie de Souza
Programa de Pós-Graduação em Educação
Universidade de Santa Cruz do Sul/UNISC

CIP - Catalogação na Publicação

Pavei Lucinao, Mateus
Genitorialidade LGBT+: educação e saúde navegando
em águas marginais / Mateus Pavêi Lucinao. -- 2022.
120 f.
Orientador: Ricardo Burg Ceccim.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de
Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Genitorialidade LGBT+. 2. Parentalidade LGBT+.
3. Família LGBT+. 4. Educação Básica. 5. Atenção
Básica e Saúde da Família. I. Burg Ceccim, Ricardo,
orient. II. Título.

Dedico este navegar a todes, todas e todos que vivem e se sentem margem – à margem, na margem, ou além das margens – que se desejam perceber e serem escutados, que se desejam vivos e vidas.

Dedico este navegar àquelas e àqueles que desejam ter suas águas respeitadas e reconhecidas... que se sentem (por vezes) à deriva, desejando mergulhos mais profundos e um nadar mais livre.

AGRADECIMENTOS

À vida

Ao viver

Aos encontros

Aos desencontros

A quem me constitui

A quem me navega

A quem me convida a navegar

A quem me faz porto

A quem me traz porto seguro

Se a escola puder criar campos de lembrança e perguntas sobre as origens e os sentidos de tantas culturas que nos constituem, estaríamos criando não só um lugar de contato com os conhecimentos produzidos na história de nossa humanidade, mas estaríamos inventando comunidades de destino. (ANGELUCCI, 2015, p. 13)

GENITORIALIDADE LGBT+: EDUCAÇÃO E SAÚDE NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS

RESUMO

A presente dissertação se propôs a um navegar em águas marginais, onde o navegar é o processo de pesquisa e as águas marginais são as vivências de pais e mães LGBT+. “Águas marginais” é um conceito da geologia transposto originalmente por esta dissertação à Educação em Saúde, tendo em vista construir uma imagem ao pensamento em processos inclusivos da diversidade em instituições de base à promoção da vida, como escolas e unidades de saúde. Encontrando estas águas, descobrimos e construímos o conceito de “Genitorialidade LGBT+” (originário do termo italiano “genitorialità”), discutindo parentalidade, homoparentalidade e as diversas configurações familiares envolvendo pessoas e casais LGBT+ com filhos e filhas. Pessoas e casais LGBT+ podem adotar ou gestar seus filhos e filhas no interior do casal ou com a participação de uma terceira pessoa que pode doar sêmen ou gestar. É no bojo de uma “política da parentalidade” que se inscreve a Genitorialidade LGBT+. Consideradas estas águas e construindo esta navegação, reconhecemos os territórios da Educação Básica (escolas infantis e escolas de ensino fundamental) e da Atenção Básica (unidades básicas de saúde/Estratégia Saúde da Família). Objetivando tematizar a Genitorialidade LGBT+, empreendemos uma pesquisa de método exploratório e descritivo, usando das ferramentas da NETnografia. Esperamos ter aberto um campo reflexivo e um campo pragmático ao pensamento, isto é, termos colocado em cena uma questão aos processos inclusivos na educação e na saúde. Estruturamos e realizamos uma busca em diversos ambientes virtuais de comunicação, buscando a Genitorialidade LGBT+. Pessoas e casais LGBT+ têm filhos, mas como vivem essa experiência quando buscam engravidar e quando buscam matricular os filhos e filhas na escola, não apenas adotar? O ponto de chegada da pesquisa é a sua tematização para pesquisas que venham a se suceder (hipóteses), contudo demonstrando que tais águas marginais fustigam a zona costeira, erodindo pensamentos e concepções sedimentadas, alterando a linha da costa (os saberes e fazeres em educação e em saúde). Ao darmos existência ao tema da Genitorialidade LGBT+, ampliamos a tensão nas águas marginais, estimulando ondas sobre a praia e erosão de suas rochas com intuito de gerar pesquisas acadêmicas. Descobrimos o quão pouco se fala e se pesquisa quanto à vivência de pais e mães LGBT+, contudo essas pessoas buscam (precisam buscar) escolas e a saúde da família. É fundamental mudarmos nossa forma de ver, escutar e sentir o outro, o que soa diferente, o que está nas águas marginais e fustiga nossa costa em busca de acolhimento e recombinação por processos inclusivos vivos e respeitosos da diversidade da vida. Aquilo que a vida quer de nós é que aprendamos com a vida.

Palavras-chave: Genitorialidade LGBT+; Parentalidade LGBT+; Família LGBT+; Educação Básica; Atenção Básica e Saúde da Família.

GENITORIALITÀ LGBT+: EDUCAZIONE E SALUTE NELLA NAVIGAZIONE IN ACQUE MARGINALI

RIASSUNTO

Questa tesi di master di ricerca è stata proposta per navigare in acque marginali, dove la navigazione è il processo di ricerca e le acque marginali sono le esperienze di padri e madri LGBT+. “Acque marginali” è un concetto della geologia originariamente trasposto da questa tesi all'educazione in salute, al fine di costruire un'immagine per il pensiero di processi inclusivi di diversità nelle istituzioni che sono la base per la promozione della vita, come le scuole e le unità sanitarie. Incontrando queste acque, abbiamo scoperto e costruito il concetto di “Genitorialità LGBT+” (in portoghese sarebbe “parentalidade/parenting”), discutendo di genitorialità, omogenitorialità e delle varie configurazioni familiari che coinvolgono persone LGBT+ e coppie con figli e figlie. Le persone e le coppie LGBT+ possono adottare o gestare i loro figli e figlie all'interno della coppia o con la partecipazione di una terza persona che può donare il seme o portare la gravidanza. Siamo nel bel mezzo di una “politica genitoriale” in cui è iscritta la Genitorialità LGBT+. Considerando queste acque e costruendo questa navigazione, riconosciamo i territori dell'Educazione primaria (scuole materne e elementari) e della Cura primaria (unità sanitarie di base/Strategia Salute della Famiglia). Con l'obiettivo di tematizzare la Genitorialidade LGBT+, abbiamo intrapreso una ricerca esplorativa e descrittiva, utilizzando strumenti di NETnografia. Auspichiamo di aver aperto un campo riflessivo e un campo pragmatico al pensiero, ossia di aver sollevato una domanda sui processi inclusivi nell'educazione e nella salute. Abbiamo strutturato e condotto una ricerca in diversi ambienti virtuale di comunicazione, ricercando la Genitorialità LGBT+. Le persone e le coppie LGBT+ hanno figli, ma come vivono questa esperienza quando cercano di rimanere incinte e quando cercano di iscrivere i loro figli e figlie a scuola, non solo adottare? Il punto di arrivo della ricerca è offrire temi per le ricerche che verranno (ipo-tesi), dimostrando tuttavia che tali acque marginali fustigano la fascia costiera, erodendo pensieri e concezioni sedimentate, alterando la linea della costa (conoscenze e azioni nell'educazione e nella salute). Dando esistenza al tema della Genitorialidade LGBT+, aumentiamo la tensione nelle acque marginali, supponendo onde sulla spiaggia e erosione delle sue rocce, al fine di generare ricerca accademica. Abbiamo scoperto quanto poco si parli e si facciano ricerche sull'esperienza dei padri e delle madri LGBT+, eppure queste persone cercano (hanno bisogno di cercare) scuole e salute della famiglia. È fondamentale cambiare il nostro modo di vedere, ascoltare e sentire l'altro, ciò che suona differente, ciò che è nelle acque marginali e fustiga la nostra costa alla ricerca di accoglienza e ricombinazione attraverso processi inclusivi vivi e rispettosi della diversità della vita. Quello che la vita vuole da noi è che apprendiamo con la vita.

Parole Chiave: Genitorialità LGBT+; Parenting LGBT+, Famiglia LGBT+, Educazione primaria; Cura primaria e Salute della Famiglia.

LISTA DE SIGLAS

AMB – Associação de Mulheres Brasileiras

BVS – Biblioteca Virtual em Saúde

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CAIVIC – Comissão Arquidiocesana de Iniciação à Vida Cristã

CEP/CONEP – Conselho de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

CLACAI – Consorcio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

FACASC – Faculdade Católica de Santa Catarina

IHU – Instituto Humanitas Unisinos

LGBT+ – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e demais dissidências da heterocisnormatividade

MEC – Ministério da Educação

ONG – Organização Não-Governamental

SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão

SINDIREGIS – Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul

STF – Supremo Tribunal Federal

SUS – Sistema Único de Saúde

UBS – Unidade Básica de Saúde

SUMÁRIO

NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS	13
GENITORIALIDADE: DA SEDIMENTAÇÃO À EROSÃO	20
<i>Parentalidade LGBTQ+: um vocábulo para uma condição em movimento</i>	21
<i>Genitorialidade LGBTQ+: um vocábulo para ampliar a inclusão</i>	26
GENITORIALIDADE LGBTQ+ EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: ÁGUAS MARGINAIS	35
<i>Contextualidades: erosão de rochas</i>	41
<i>Encontro e experimentação: fornecer material às praias</i>	47
UM NAVEGAR EXPLORATÓRIO DESCRITIVO PELAS EROSÕES E ENROCAMENTOS	51
<i>Processos costeiros: caminhando livremente pela linha da costa</i>	55
<i>Caminhando pela praia: encontrando famílias LGBTQ+</i>	61
DESLOCAMENTO DA LINHA DE COSTA: ESCUTAS SENSÍVEIS	80
<i>Escutar um amigo</i>	82
<i>Escutas que falam sobre a escolha de uma escola</i>	83
<i>Escutas que falam sobre a ida ao sistema de saúde</i>	84
<i>Escutas que falam sobre o preconceito</i>	84
<i>Escutar na pesquisa</i>	84
<i>Escutando um podcast que escuta</i>	85
<i>Escutando a violência</i>	87
<i>Escutando a vida travesti</i>	87
<i>Escutar a genitorialidade LGBTQ+</i>	89
HIPO-TESES: SOBRE ÁGUAS, MARGENS, SEDIMENTOS E EROSÕES	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	97
REFERÊNCIAS	100
ANEXO: ARTIGO PUBLICADO	107

NAVEGANDO EM ÁGUAS MARGINAIS

As águas marginais são as águas da zona de transição entre o continente e o meio marinho ou as águas profundas. As águas marginais possuem sedimentos e ecossistemas biológicos próprios, assim como a ocorrência de uma série de processos relacionados com a onda, o vento, as marés, as correntes litorâneas e a influência dos continentes, como as descargas fluviais. Uma navegação em águas marginais também reporta um esforço de investigação da zona costeira. Ao navegar em águas marginais vai-se lidar com processos costeiros, mas não no interior dos seus sedimentos, onde o navegar não é possível. Contudo, a zona litorânea é cada vez mais solicitada, dando lugar a projetos que devem lidar com as ondas, os ventos, as marés, as correntes litorâneas e as influências dos continentes e suas descargas fluviais. Nesta área específica, o desconhecimento dos fenômenos que ocorrem no mar, na interface mar/praias e na costa tornam possível o planejamento e execução de projetos originais, inéditos, **inauditos**. Será preciso averiguar, vasculhar, **explorar**.

As águas marginais caracterizam-se por uma potência de afeição pela terra firme (aportar) ou de aversão à terra firme (deportar). Navegar em águas marginais envolve chegar e partir, navegar entre zonas costeiras e o grande mar. Se nossas instituições são os espaços sedimentares da identidade, nossa subjetividade é água marginal às singularizações. Navegar em águas marginais é navegar nas águas da produção de subjetividade, dos processos instituintes e da ressingularização permanente de corpos, mentes, relações, cidades, tornando os processos costeiros, processos de atração e encantação.

As zonas costeiras devem ser objeto de pesquisa, não apenas com estudos de sedimentação, mas também com estudos de erosão. Reconhecer os processos de gestão com políticas estáveis de alto nível e processos costeiros como campo privilegiado para novas ocupações de território, novos abrigos e novas inclusões. Podemos olhar educação e saúde como processos sedimentares na escola básica e em unidades básicas, mas podemos escolher suas águas marginais e olhar a zona entre a terra e o grande mar. Como

pesquisa, escolhemos uma zona costeira: a família LGBT+¹. Toda escola básica sempre lidou com crianças e famílias e as unidades básicas desde o final dos anos 1990 vêm lidando com a Estratégia Saúde da Família. Porém, estas famílias são também famílias LGBT+ ou as famílias LGBT+ são uma radical erosão? Não estamos falando de pessoas LGBT+, mas de famílias cujos genitores são LGBT+ e buscam a escola para a educação infantil e o ensino fundamental (educação básica), cuja presença dos pais é cotidiana, assim como buscam a unidade básica de saúde para o pré-natal, grupo de gestantes, atenção ao puerpério, puericultura e acompanhamento do crescimento/desenvolvimento da infância e adolescência. Também buscam casas de parto, centros de parto normal, centros obstétricos e hospitais maternidade.

O desconhecimento, o preconceito e a discriminação em relação às diversidades sexual e de gênero estão entre os principais desafios para um acolhimento escolar e atendimento de saúde com equidade e inclusão. O acolhimento escolar veio com a política nacional de educação especial de perspectiva inclusiva, o que acentuou sobremaneira a presença de crianças e adolescentes com deficiência e/ou transtornos globais do desenvolvimento na escola comum. A reorientação do modelo de assistência médica centrada nas doenças e seu correspondente tratamento farmacológico para um modelo de atenção integral à saúde veio com a proposta da Estratégia Saúde da Família. Tal reorientação do modelo assistencial diz respeito ao afastamento da identificação de problemas de saúde e sua correspondente prescrição terapêutica para a promoção da saúde em territórios de vida, como o bairro e a cidade.

Todavia a inclusão da criança ou adolescente de uma família LGBT+ não é um tema abordado como parte dos processos inclusivos escolares e nem o pré-natal e puericultura são óbvios nas unidades básicas para famílias LGBT+. Esse foi o resultado de uma primeira

¹ Usamos aqui a sigla LGBT+ sem sua descrição por extenso, de um lado simplesmente para não perder o ritmo do texto, de outra parte por supor que é de domínio popular. Conforme Vianna (2015) “são muitas as representações envolvidas, além das várias mudanças na sigla representativa desse movimento no Brasil”. A sigla tradicional, frequente até o fim dos anos 1990 correspondia ao agrupamento Gays, Lésbicas e Simpatizantes (GLS), então passou à inclusão de Bissexuais e Transgêneros, suprimindo Simpatizantes (GLBT). A sigla adotada hoje em dia corresponde à designação de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT), conforme indicativo da 1ª Conferência Nacional LGBT, transcorrida no ano de 2008, deliberando que a referência às mulheres deveria vir em primeiro lugar, como parte da visibilidade feminina. Deve-se apontar que existem controvérsias “quanto à nomeação de todos os T, a inclusão de um Q (para queers) ou um A (para assexuais) e um I (para intersexos), mas há consenso na busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção das desigualdades trazendo à tona pertencimentos sexuais e de gênero” (VIANNA, 2015), por isso agregamos o sinal de “+”.

pergunta à Internet (redes científicas e redes sociais), onde o tema aparece como pauta política dos movimentos LGBTQ+, dos movimentos por políticas inclusivas da agenda da diversidade sexual e de gênero e das redes sociais de famílias LGBTQ+, ou seja, a família LGBTQ+ não é idêntica à família heterocisnormativa na escola e nem é óbvia nos serviços de saúde não especializados.

Uma mudança de perspectiva epistemológica requer intervenções de mudança no pensamento, nos olhos de quem vê, nos ouvidos de quem escuta, na pele de quem sente. Se a estratégia é de acolher, atender e cuidar como saúde da família, a qualificação profissional, formação continuada de professores e a educação permanente em saúde precisam colocar em causa a própria noção de família, mas não apenas para si (professores, trabalhadores de administração escolar e serviços escolares, profissionais de saúde, equipes multiprofissionais e serviços sanitários), também, na sociedade, inclusive como parte da própria intervenção em educação e em promoção da saúde.

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Travestis, Transgêneros e demais dissidências da heterocisnormatividade (LGBT+), historicamente e ainda hoje, é alvo de preconceitos, sofre discriminações quando constitui família e poucas vezes é pensada como família com filhos, inclusive próprios. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais², publicada em 2011, foi um passo relevante na direção da maior equidade no acolhimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista dissipar a discriminação, eliminar o preconceito institucional e reduzir as desigualdades no acesso e acompanhamento de necessidades em saúde (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011).

Cláudia Pereira Vianna (2015) resume que o movimento LGBTQ+ tem recorrido “a uma rede imensa com diversos protagonistas e posições políticas distintas, aglutinando demandas e reivindicações”. Registra o papel e as interfaces do feminismo com o movimento LGBTQ+ quanto à influência junto ao Ministério da Educação (MEC), inclusive a introdução (imposição) de novos conceitos e aprendizados às políticas de educação, citando o debate em torno da homofobia nas escolas, da travestilidade e do *bullying*

² A Política Nacional foi apresentada como de “Saúde Integral” de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, modificamos para “Atenção Integral à Saúde” de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, enfocando o papel dos profissionais, equipes e serviços.

homofóbico. Para a pesquisadora, a formação docente que procurava desconstruir identidades de gênero e veicular os principais conceitos nessa área teve fortes protagonistas entre as organizações não governamentais e integrantes do movimento LGBT+. Refere os editais do MEC e o Programa Brasil Sem Homofobia: “ao organizarem cursos e encontros, praticaram ações diretas e criaram um campo de conflitos algumas vezes propício para a produção de novos aprendizados”.

Pesquisa recente, realizada junto ao atendimento de saúde de pessoas LGBT+ mostrou que essa população tem menor acesso ao sistema de saúde, encontra um atendimento não humanizado, uma atenção discriminatória e resistente às questões da diversidade sexual por parte de profissionais da saúde, inclusive profissionais residentes em Saúde da Família que rejeitam cumprir carga horária em Ambulatório LGBT+ do Sistema Único de Saúde (AVELINO, 2022). Esse dado revela mais o preconceito e a discriminação do que o desconhecimento dos profissionais em relação às necessidades de saúde da população LGBT+ e do atendimento a ela.

Portanto, além da lacuna de formação docente e dos profissionais de saúde na abordagem dessa temática, há uma questão de “educação da cultura” sobre a paternidade e a maternidade entre pessoas LGBT+. Se é essencial que haja formação básica e formação continuada para o acolhimento escolar e atendimento integral/humanizado de pessoas LGBT+, incluindo cursos de graduação, aperfeiçoamento e especialização, tendo em vista o ensino fundamental, no caso da escola básica, e a estratégia Saúde da Família, no caso da atenção básica, também é necessário fazer ver e acolher afetuosamente essas famílias.

A Portaria GM/MS nº 2.836, do Ministério da Saúde, de 1º de dezembro de 2011, definiu objetivos e diretrizes à política de saúde da população LGBT+, incluindo a garantia de uso do nome social de travestis e transexuais, a prevenção de novos casos de cânceres ginecológicos (cérvico-uterino e de mama) entre lésbicas, mulheres bissexuais e homens transsexuais, como novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e mulheres transexuais, além do amplo acesso ao tratamento especializado e hospitalar em oncologia (MINISTÉRIO DA SAÚDE, 2011). Avelino (2022) estudou um Consultório Familiar no atendimento de pacientes externos em um Hospital Maternidade na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte e relatou o atendimento de pré-natal em um homem trans casado com uma mulher trans. No caso desse serviço de saúde foi criada

a Carteira do Gestante e o pesquisador elaborou tal material gráfico em registro manual replicando os dados da Carteira da Gestante, onde a imagem era de um homem grávido e toda a linguagem de gênero estava no masculino.

A Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), movimento feminista que luta pela “democratização radical do Estado brasileiro e da vida social”, organizado em redes, fóruns, articulações e coletivos de mulheres, atuante a partir de “Coletivas de Luta”, definindo-se como antirracista, anticapitalista, antipatriarcal e não partidário, tem demonstrado que “a criminalização do aborto não impede que ele seja realizado, apenas impede que seja feito de forma segura, impondo sofrimentos – e às vezes mortes – que poderiam ser evitadas”, cita, então as mulheres e “pessoas que gestam”. A Articulação de Mulheres e suas redes de interlocução usam da expressão “pessoas que gestam” ou “pessoas grávidas”, não repetem acriticamente as referências às mulheres grávidas, mulheres gestantes, “as” gestantes. Pauta, na luta contra a criminalização das mulheres e pela legalização do aborto, a luta pela vida e dignidade das mulheres, meninas e “pessoas que gestam”. A Articulação de Mulheres demonstra a precarização das condições de vida da classe trabalhadora como um todo, mas sobretudo da população negra, indígena, das mulheres e das “pessoas que gestam”:

É sabido o quanto passar por uma violência sexual afeta a saúde física e emocional da pessoa e, mesmo tendo o direito ao aborto garantido por lei, muitas mulheres e pessoas que gestam deixam de procurar os serviços com receio de serem revitimizadas, ou da sua palavra não ser tida como verdade. Que as candidaturas ao pleito eleitoral de 2022 se comprometam com a defesa da legalização e descriminalização do aborto, com o reconhecimento da autonomia das mulheres e das pessoas que gestam, com a defesa do Sistema Único de Saúde e do Sistema Único de Assistência Social. (AMB, 2022)

Quanto à Educação, o movimento LGBTQ+ vem desde 2003 rejeitando a proposta de cartilhas de formação de professores e exigindo a construção de políticas públicas que tratem do tema. Foi por isso que a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), do MEC, constituída em 2004, assumiu a agenda de projetos envolvendo a inclusão das diversidades étnica, de gênero, de classe e sexual. Conforme Vianna (2015) foi neste contexto que o Programa de Combate à Violência e à Discriminação Contra a População LGBTQ+ e de Promoção da Cidadania Homossexual teve centralidade no resgate de demandas históricas, parcerias com Organizações Não-Governais (ONG) e universidades. A autora refere uma trajetória de destaque no MEC ao construir novos direcionamentos em suas políticas educacionais, de modo a contemplar a

diversidade sexual, não sem oposições como na própria gestão pública, parte da Conferência dos Bispos do Brasil (CNBB) e de grupos evangélicos organizados, tanto no legislativo quanto na sociedade civil. No período mais recente, desencadeado a partir de 2017, toda essa agenda foi pejorativamente designada ideologia de gênero e altamente combatida nos processos eleitorais desde então, agudizando como nunca um comportamento coletivo de combate à inclusão da diversidade sexual na escola básica.

A proposta de política nacional de saúde da população LGBT+ fala na eliminação do preconceito, mas essa ação não se esgota ao setor sanitário propriamente dito. A Atenção Básica inclui o Programa Saúde na Escola, já as escolas, não sendo serviços de saúde, participam fortemente de uma educação da cultura, onde a promoção da cidadania se revela. A Atenção Psicossocial tem recebido a população LGBT+ em sofrimento psíquico cuja origem é a violência de gênero e a violência contra a diversidade sexual. As lutas pela diversidade sexual e de gênero sugerem que cabe às escolas o melhor acolhimento e inserção social no caso de crianças e jovens.

Se essa população, de uma forma geral, encontra dificuldades em ter garantido um atendimento em saúde equitativo e integral, dificuldades e constrangimentos são correntes na escola diante de crianças e adolescentes LGBT+. Todavia, dentre as dificuldades e constrangimentos sofridos pelas crianças e adolescentes também estão aqueles sofridos em decorrência do pertencimento a famílias LGBT+. Além do preconceito e discriminação das pessoas LGBT+, há a discriminação e preconceito para com filhos de pessoas LGBT+ e com a parentalidade ou genitorialidade LGBT+. Embora a palavra corrente seja parentalidade, como referência à paternidade ou à maternidade, adotamos aqui a palavra genitorialidade, onde seja possível evidenciar não apenas a responsabilidade parental (que poderia ser de avós, padrinhos, tios ou outros), mas a materialidade de uma vida ou família que gera ou dá origem a filhos, não apenas os cria ou se responsabiliza pela manutenção, cuidados e educação de crianças e adolescentes tratados como familiares íntimos.

Assim apresentada nossa “zona costeira”, pretendemos apresentar nossa navegação em águas marginais: uma pesquisa exploratória dirigida à visibilidade da família LGBT+. Empreendemos uma pesquisa cujo objetivo foi “explorar” um campo reflexivo ou pragmático ao pensamento, isto é, colocar uma questão em cena. A questão é

portadora de sentidos éticos, políticos e estéticos que levam a refletir sobre práticas educacionais e sanitárias, abrangendo escolas de educação infantil e educação básica, serviços de atenção básica à saúde e formação de profissionais universitários em saúde, psicologia e licenciaturas. A intenção foi construir maior familiaridade com a situação-problema, visando construir “hipo-teses”, argumentos, temas para análise e perguntas para a problematização da realidade e contexto contemporâneo da família LGBT+.

Pretende-se auxiliar a situar o assunto para, então, a posteriori, aprofundá-lo e ensejar pesquisas de campo que envolvam ação, intervenção, formação e colaboração, utilizando autores, movimentos e redes interinstitucionais para uma explanação crítica e científica sobre o tema. A pesquisa exploratória envolveu: busca nas mídias de massa e científicas; conversas e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; análise de exemplos que estimulam a compreensão selecionados de diversas mídias e interações. Esperamos ter proporcionado uma maior familiaridade com o tema, que pode agora ser construído com base em hipóteses, intuições e desafios éticos e políticos em processos inclusivos por outros pesquisadores em formação ou grupo de pesquisa em educação, saúde e processos inclusivos.

GENITORIALIDADE: DA SEDIMENTAÇÃO À EROSÃO

O termo parentalidade tem sido o termo utilizado para reportar a vinculação de responsabilidade entre adultos e crianças, mais especificadamente à importância dessa vinculação entre pais e filhos. Conforme Fernanda Hermínia Oliveira Souza e Cristina Fontella, “pode-se observar o emprego frequente do vocábulo em discussões relacionadas à família e às relações familiares na contemporaneidade”, o que envolve as posições ocupadas por pais, mães e filhos, a homoparentalidade, as mutações das relações de família e mesmo a clínica da parentalidade. Para as autoras, em referência à parentalidade na psicologia, existiria uma polissemia do conceito e uma confusão conceitual entre parentalidade e paternidade. A utilização do termo se diversifica em diferentes contextos e adquire significados particulares, tais como: “parentalidade na adoção, parentalidade em contextos adversos (pobreza, situação de doença terminal, violência, privação de liberdade), parentalidade homoafetiva, relações de gênero na parentalidade e parentalidade na transição de vida” (SOUZA; FONTELLA, 2016, p. 107).

Na *zona costeira*, o conhecimento científico pode ser recolhido em três grandes domínios da ciência na identificação dos elementos para uma tentativa de definição da parentalidade: antropologia, psicologia e sociologia. Nas *águas marginais*, encontramos esta tentativa na pauta dos eventos por direitos, tais como as Conferências dos Direitos Humanos LGBT+, Conferências Nacionais de Políticas Públicas e Direitos Humanos LGBT+, Encontros Nacionais de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais; e Conferências Nacionais de Promoção da Cidadania LGBTQIA+, entre tantas outras instâncias de formulação de propostas de políticas públicas em prol de uma sociedade igualitária, com a participação das populações interessadas³.

Em janeiro de 2019, o professor Ricardo Burg Ceccim, orientador da presente pesquisa, participou como convidado internacional debatedor do projeto “Doing Right(s) – Innovative tools for professionals working with LGBT families”, financiado pelo programa europeu “Erasmus+, parceria estratégica para o ensino superior”, Chamada

³ Os nomes relativos à pauta de eventos aqui citados correspondem aos nomes de conferências e encontros efetivamente realizados em mais de uma ou em várias edições em nosso país.

2017, que nasceu com a finalidade de suprir o *gap* de formação no campo sanitário, educativo, social e jurídico dos profissionais que trabalhavam com famílias com filhos no contexto europeu de crescente diversificação familiar. Particular atenção veio à falta de conhecimento e de estratégias inclusivas a respeito das famílias não heterossexuais (famílias com genitores homossexuais, bissexuais ou com um genitor transexual). O projeto coordenado pela Universidade de Verona envolvia seis parceiros em três países europeus: Espanha, Itália e Polônia. O evento ocorreu na Itália e a liderança do projeto era da Universidade de Verona. Foi nesse momento que tomamos contato com o documento “Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialità LGBT+” (Palavras para incluir: um glossário europeu sobre a genitorialidade LGBT+).

Parentalidade LGBT+: um vocábulo para uma condição em movimento

Falar sobre a relação de cuidado e educação em que um pai e/ou uma mãe desenvolvem para com filhos e filhas é falar em parentalidade. A palavra parentalidade surge de forma recente (foi durante os anos 1980 que passou a fazer parte da linguagem corrente e a ser usada nos meios de comunicação e na discursividade política), necessitando de reflexão e compreensão. Áreas da saúde, da educação, social e jurídica abraçam esta expressão com afinco devido à urgência em se discutir a relação de responsabilidade entre adultos e crianças e as necessidades de cuidado e educação implicadas no crescimento e desenvolvimento infantil. Daí surgem concepções e teorizações que buscam auxiliar as famílias, as escolas, os serviços públicos e privados, a discutirem o desenvolvimento da criança e do adolescente, bem como as necessidades destes espaços em se reconhecerem como parte fundamental.

As famílias, principalmente na figura de mães e pais, são cada vez mais reconhecidas e compreendidas como grandes responsáveis pelo desenvolvimento de suas crianças e adolescentes. Portanto, os diversos espaços que atuam (direta ou indiretamente) no atendimento, acolhimento e orientação às famílias, vem entendendo cada vez mais a importância da parentalidade e do quanto precisam estar atualizados e em constante formação para compreender e auxiliar nesta relação. Escolas, serviços de

saúde, serviços sociais e serviços jurídicos se aproximam e passam a estabelecer uma relação de atenção e cuidado também a mães, pais, famílias e suas relações.

Com base em Gérard Neyrand (2015)⁴, Souza e Fontella (2016, p. 108) comentam o grande sucesso deste neologismo, que teria sido elaborado para referir “a nova importância dada às relações entre pais e filhos” e àquilo “que constitui a especificidade da relação parental”, substituindo o termo tanto mais conotativo quanto mais delimitado de “função parental”. O sucesso do termo parentalidade, contudo, não estaria ligado apenas à evidência da relação entre pais e filhos, o sufixo *-dade* ao adjetivo *parental*⁵ permitiria “designar uma *nova* dimensão do parental que seria distinta do parentesco”. A emergência do novo termo seria resposta à necessidade de designação “de uma realidade da relação entre pais e filhos ainda não verdadeiramente construída”. É por isso que o autor escolhido pelas pesquisadoras propôs a noção de *dispositivo* ao termo parentalidade. Como *dispositivo* carregaria um conjunto de conceitos, práticas e valores implicados com o governo da vida e da sociedade, com a regulação das relações e das populações.

Ao passo que a estrutura familiar vem sendo reconhecida como fundamental para o desenvolvimento das nossas crianças e adolescentes, esta mesma família vem sendo compreendida a partir de um modelo menos conservador e mais diverso. A tematização da família envolve as mutações da vida afetiva e da vida privada, relações de gênero, diversidade sexual, parentalidade, primeira infância, adolescência, juventude, conjugalidade e relações interculturais, entre outros aspectos, além de ter e criar filhos. Quantos tipos de famílias existem? Quantos tipos de mães e pais existem? Famílias com uma mãe, famílias com um pai, com duas mães, com dois pais, com pais ou mães heterossexuais, homossexuais, bissexuais, travestis, transexuais. Cabe, neste ponto, retomar de forma breve alguns marcos legais que o Brasil vem construindo nos últimos anos acerca da conquista de direitos da população LGBT+.

Inicialmente, a Constituição Federal de 1988, traz no artigo 1º, inciso III, o direito de toda e todo cidadão brasileiro à dignidade humana. Por meio do artigo 5º, afirma que

⁴ NEYRAND, Gérard. Dis, Gérard, c'est quoi la parentalité? In: 6e Journée Spirale “La parentalité, une notion à déconstruire, des pratiques à construire”, Toulouse, 1-3 avril 2015.

⁵ O sufixo “-dade” é acrescentado a adjetivos para formar substantivos que expressam a ideia de *característica*, efeito/ato ou *coleção* (SIMÕES, 2009).

“todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Nossa Constituição traz a garantia a todo cidadão e a toda cidadã do “direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 1988). Desta forma, a Constituição de 1988 assegurou a qualquer pessoa brasileira, e então também à comunidade LGBT+, todos os direitos previstos, tais como como direito à vida, à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à igualdade e à liberdade, direitos civis e direitos políticos.

Desde 2011, é reconhecida a União Estável entre pessoas do mesmo gênero e, em 2013, o Conselho Nacional de Justiça, por meio da Resolução nº 175, dispôs “sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo”, ficando vedada às autoridades competentes a recusa em realizá-los (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013). Já em 2018, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito à alteração de nome e gênero no registro civil sem necessidade de procedimento cirúrgico de redesignação (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2018). Em 13 de junho de 2019, por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, também o STF resolve que ações de Homofobia e Transfobia serão julgadas como racismo dentro da Lei nº 7.716/1989 (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 2019). A partir destes e outros movimentos no âmbito jurídico brasileiro, passou-se a entender que, apesar de não existir uma lei específica, não há nenhuma proibição ou impedimento para que pessoas e casais LGBT+ possam ser mãe/pai ou que possam adotar uma criança ou adolescente. O Estatuto da Criança e do Adolescente não faz nenhuma menção a este aspecto frente aos processos de adoção. Além disso, de tantas outras formas, pessoas e casais LGBT+ vem constituindo famílias com formatos e encontros diversos.

Temos direitos fundamentais sendo discutidos, conquistados e comemorados pelo movimento e pela população LGBT+, entretanto, estamos longe (e ultimamente bastante longe) de termos estes direitos assumidos como conceitos, práticas e valores universais. Conforme ressaltado por Renan Quinalha (2022), o Brasil possui hoje uma das melhores estruturas legais de amparo à população LBGT+, mas os direitos conquistados com muita luta e muita vida, vêm sofrendo ataques, assim como a própria população vem sofrendo violências diversas. Na prática, estes direitos continuam sendo negligenciados e violados. “Os direitos LGBT+ correm risco, temos um desafio gigantesco para acesso dessa população a esses direitos” (QUINALHA, 2022, n.p.). Também Oscar Vilhena (2022) nos

alerta sobre o quanto tantos marcos democráticos vêm sendo questionados, desde 2014/2015, por partes de nossa sociedade, não só no Brasil, mas em âmbito mundial. Vilhena aponta um retrocesso após importantes conquistas até a década de 1990, “uma recessão”, onde muitas pessoas e populações estão submetidas a regimes autoritários. “Democracia é algo indissociável dos Direitos Humanos, mas a política vem, há algumas décadas, se fragilizando” (VILHENA, 2022, n.p.). Quinalha e Vilhena nos relembram o básico: os direitos humanos são humanos direitos, direitos fundamentais, direitos universais. Contudo, Vilhena relembra um discurso do General Eduardo Dias da Costa Villas Bôas, quadro dirigente do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República durante o governo Jair Bolsonaro de 2019 a 2022: “o discurso dos Direitos Humanos desestabiliza nossas tradições”.

Pois a parentalidade não está ligada às tradições/sedimentações, está ligada às construções/erosões. O termo foi criado na *zona costeira*. Primeiro para abarcar qualquer situação que seria da ordem da condição parental, a condição e a construção do ser pai ou ser mãe de alguma maneira. Todavia, a disputa nos conceitos, práticas e valores é presente nos meios de comunicação, na publicidade governamental e nas manifestações de entidades e movimentos sociais. Gérard Neyrand, veiculado na voz de Souza e Fontella (2016, p. 110), como citado acima, sustenta que “a ciência se tornou o grande referencial das sociedades democráticas, tendo suplantado o referencial religioso e moral, sem estar ao abrigo de certos *retorno do recalcado* mais ou menos dramáticos”. Cita os exemplos, em Paris, do “Manifesto por todos” (Manif pour tous), ação de um coletivo de entidades francesas em oposição do movimento Casamento para todos (Marriage pour tous), em defesa da lei de proteção ao casamento entre pessoas do mesmo sexo, trazendo “as virulentas denúncias dos supostos malefícios de uma pseudoteoria do gênero na escola” e do massacre resultante do atentado ao semanário Charlie Hebdo, que publicava sátiras ao fundamentalismo islâmico.

O Brasil, desde a campanha pelo impeachment da presidenta Dilma, consumado pelo golpe parlamentar de 2016, e durante a preparação das eleições e processo eleitoral presidencial de 2018 viu crescer uma onda de ataques às teorias de gênero e às ações em políticas públicas intersetoriais pelo movimento Brasil sem Homofobia, especialmente dirigida às escolas de educação infantil e ensino fundamental, acusando a política pública de educação da introdução do uso da mamadeiras com bicos em forma de pênis e

veiculação de uma ideologia de gênero, onde se induziria, por meio de cartilhas, a crença na descontinuidade dos papéis de homem e mulher, onde todas as crianças deveriam se aceitar como sem gênero ou sob gênero fluido. Em que pese a desproporção ente aquilo que é racional e aquilo é puro sensacionalismo apelativo, vê-se o discurso religioso e moral rivalizando com o discurso científico.

A concepção de família já vinha se ampliando na educação, na saúde, na assistência social e na justiça de modo internacional, via estudos em antropologia, psicologia e sociologia, demonstrando que não há apenas “um” tipo de família, aquela formada por um pai homem heterocisgênero e uma mãe mulher heterocisgênero com um ou mais filhos (ou nenhum). Seguindo com Gérard Neyrand, “o termo monoparentalidade foi introduzido para designar as situações onde a criança é criada, no dia a dia, por apenas um dos pais, enquanto o outro, seja o pai ou a mãe, só vê o filho esporadicamente”. O vocábulo parentalidade serve à expansão das configurações parentais: parentalidade inclusiva de padrastos e/ou madrastas; parentalidade ampliada segundo as funções de pai, mãe, padrasto e madrastra; homoparentalidade para designar pais homossexuais; pluriparentalidade para incluir a pluralidade de formas às funções parentais (SOUZA; FONTELLA, 2016, p. 109).

O conservadorismo, a religião e a discriminação produzem fortes resistências (e violências) ao movimento de reconhecimento da diversidade humana e familiar, mas famílias não heterocisnormativas não deixam de existir. Mães e pais que não se reconhecem dentro do padrão heterocisnormativo não deixam de existir. Pais e mães LGBT+ estão diariamente precisando os tantos e diversos serviços (públicos ou privados) de saúde, de educação, de assistência social e jurídicos, não necessariamente os buscando e conseguindo acesso. É sobre essa existência e resistência que desejamos falar, mas antes de nos debruçarmos sobre esta questão objeto desta pesquisa, desejamos inserir a palavra genitorialidade, que remete à parentalidade, mas como um outro neologismo, como navegação em águas marginais.

Genitorialidade LGBT+: um vocábulo para ampliar a inclusão

Parentalidade, conjugalidade, sociabilidade familiar, parentalidade solitária e acolhimento familiar evocam à parentalidade, ao casal/casamento, aos pais e mães solteiros, às mães solo, às famílias de adoção e mesmo às famílias solidárias emergentes nas políticas de assistência social (pais e mães sociais), pluriparentalidades. Contudo, os discursos da psicologia e da pedagogia ainda destacam a célula familiar, o vínculo de amor materno, a subjetivação segundo as funções materna e paterna. Já as políticas públicas, desde meados dos anos 1990, no bojo dos direitos da criança e adolescente, tentam reconciliar as abordagens conservadora e progressista numa perspectiva de gestão da sociedade e regulação das populações, exercendo poder sobre a paternidade, a maternidade e a infância.

Temos outra palavra, além de “parentalidade” e “família”, a palavra “parentesco”. Todas dizem respeito à família, mas envolvem um caráter social (e não natural) de família. A não universalidade dos modelos de família, estudada pela antropologia, contribuiu para pensar a desnaturalização e a desuniversalização da família. Tal desnaturalização e desuniversalização modificaram profundamente as imposições morais e religiosas sobre as configurações familiares e sobre os invariantes científicos de cultura, sociedade e subjetividade. Os laços de parentesco seriam o elo fundamental das sociedades tribais, aquilo que regeria suas relações sociais, mas o parentesco, entretanto, não é a mesma coisa que a família. Parentesco e família tratam do fato biológico que enseja à produção de novas gerações: nascimento, acasalamento, reprodução e morte. Porém, os vínculos de filiação e de descendência podem ser diferentes, o que já exprime a possibilidade de variação do parentesco.

Cynthia Andersen Sarti, ao discutir parentesco e família, lembra que:

[...] a filiação do pai e a da mãe podem ser diferentes, elas podem não coincidir com a descendência; ou seja, se há sociedades onde você descende tanto do seu pai quanto da sua mãe, como a nossa, isto não é verdade para todas as sociedades. Nós temos uma descendência bilateral, mas em sociedades onde há descendência matrilinear, o pai não é parente. O filho está fora da linha de descendência do pai. O pai é o marido da mãe, logo se diferencia filiação de descendência. Não se é necessariamente descendente do pai biológico (SARTI, 1992, p. 71).

A descendência, conforme diferentes culturas, pode não ter nada a ver com o vínculo de parentesco biológico entre pai e filho, como lembra Sarti, mas com a definição social das regras de transmissão de direitos de uma geração para outra. Pode-se dizer que:

[...] se para a antropologia existisse um grupo natural, este grupo seria a mãe e seus filhos, não a mãe, o pai e seus filhos. [Para a Antropologia,] o casamento está dissociado da satisfação das necessidades sexuais também, [...] o casamento existe para legitimar a relação com os filhos e não para legitimar a relação do homem com a mulher e as relações sexuais. [...] O pai, a paternidade, é uma figura social, é uma figura construída socialmente pelo casamento. [...] O casamento existe para legitimar a prole, os filhos, para dizer qual é o lugar que aquele filho ocupa, qual é a posição da criança que vai nascer (SARTI, 1992, p. 72).

Natural e social tecem particularidades: nascimento, acasalamento, reprodução e morte ou afinidade, descendência e consanguinidade. Isto significa que, na unidade elementar do parentesco, tem um acasalamento e uma descendência, mas os membros do casal têm irmãos consanguíneos, assim,

[...] a constituição da família como fato cultural pressupõe a existência prévia de dois grupos que se casam fora de seu próprio grupo, dois grupos exógamos. Isso significa o reconhecimento de que o parentesco envolve relações além da relação de consanguinidade, ou seja, relações de aliança também, de afinidade. [...] A família não provém da unidade biológica, da mera reprodução. Constitui uma aliança de grupos (SARTI, 1992, p. 73).

Compreende-se que a discussão da parentalidade e parentesco fazem sair do isolamento da consanguinidade, para incluir a expansão dessas relações por meio da aliança (o casamento), o casamento era a forma de evitar o confronto entre tribos. Para Sarti, a comparação entre diferentes sistemas de parentesco “permite mais facilmente ver a não-naturalidade do núcleo conjugal, que em muitas sociedades não coincide com a unidade de parentesco”. A autora cita “o caso das sociedades onde a relação conjugal não é tão forte quanto a relação entre irmãos (sororal) e a paternidade não é um vínculo tão forte quanto o avunculado (ou seja, a relação do sobrinho com o tio, irmão da mãe)” (SARTI, 1992, p. 74)

Então a família conjugal não é universal, o casamento não está associado à satisfação sexual e as relações de parentesco podem ser “a) a relação de descendência, que é a relação entre pai e filho e mãe e filho; b) a relação de consanguinidade, que é a relação entre irmãos, e c) a relação de afinidade, ou seja, a que se dá através do casamento, pela aliança” (SARTI, 1992, p. 71). A combinação dessas relações, quais os seus significados, quais relações seriam proibidas e quais não seriam proibidas, “com quem se pode ou não

casar, o que isso significa em termos da descendência, tudo isso é enormemente variado” (SARTI, 1992, p. 75).

Zeidi Araujo Trindade e Sônia Regina Fiorim Enumo referem que em estudos antropológicos sobre a maternidade aparecem algumas tribos africanas cuja importância atribuída à fertilidade era demonstrada pelas estratégias utilizadas pelo casal: “se o marido fosse impotente, a mulher era incentivada a manter relações sexuais com parentes e amigos até que engravidasse; se a mulher não engravidava, encontrava-se outra que pudesse ter filhos *em seu nome*”. Também citam que na antiga cultura hebraica, “era permitido ao homem que se divorciasse caso a mulher fosse estéril e que a trocasse por outra quando a primeira envelhecesse”. Lembram que mesmo em nosso tempo as mulheres inférteis do grupo étnico Macua, de Moçambique, “sofrem diversas consequências pela infertilidade, sendo uma das mais importantes sua exclusão de algumas cerimônias tradicionais e de atividades sociais. A maioria delas comete adultério com a esperança de engravidar”. Para as autoras, raramente se encontram, nos estudos históricos e antropológicos, “referências à infertilidade masculina, o que sugere que os problemas reprodutivos do casal têm sido, desde sempre, atribuídos às mulheres, engendrando metáforas e simbologias pejorativas e humilhantes, principalmente nas sociedades patriarcais” (TRINDADE; ENUMO, 2002, n. p.)

Em uma outra abordagem, segundo a contribuição da história no Brasil, lembramos do “dote”. Renato Drummond Tapioca Neto e Marcello Moreira, recuperaram essa trajetória, situando-a como “uma instituição europeia que os portugueses, colonizadores do Brasil no século XVI, trouxeram com eles, juntamente com o cristianismo e outros implementos culturais europeus” (TAPIOCA NETO; MOREIRA, 2016, p. 40). De acordo com a lei e os costumes portugueses, conceder um dote a uma filha constituía um dever dos pais, análogo ao dever de alimentar e cuidar dos filhos, e só era limitado pela amplitude dos recursos de que dispusessem. O dote fazia do casamento, um contrato de compra e venda. Nem mais, nem menos. Isto não feria a consciência ética da época, pois os noivos deveriam ter-se escolhido por motivo afetivo, mas o casamento era, portanto, um negócio estabelecido entre dois homens, sendo um deles o pai da noiva e o outro o futuro genro, por meio do qual se trocavam mulheres e dinheiro, atividades exclusivas do espaço público masculino.

Tapioca Neto e Moreira asseveram que esse tipo de união foi predominante no Brasil do século XVII até a primeira metade do XX, “quando algumas mudanças de cunho social, em sua maioria importadas dos países europeus, alteraram o pacto matrimonial, tais como o crescimento do individualismo e a separação entre os negócios e a família”. Assim, conforme os autores, aos poucos, o dote foi deixando “de ser um requisito indispensável para a realização dos casamentos, que passaram a ser vistos mais como uma questão de vínculo pessoal, do que como uma questão de bens, o que deu aos jovens maior liberdade na escolha de seus parceiros”. O poder da família extensa entrava em decadência e a família conjugal tornava-se mais importante; o casamento se transformava “de questão predominantemente de propriedade, em relacionamento reconhecido como *de amor*”.

Depois desse rol apenas exemplificativo de realidades, poderíamos afirmar que não existe realmente um conceito histórico e continuativo de parentalidade e família, podendo-se ainda referir a poligamia e a decorrente supremacia do homem nesse tipo de relação, a poliandria e a irrelevância da paternidade nesse tipo de relação e povos que atribuem a paternidade legal ao marido abandonado pela mulher (ou em casamentos dissolvidos) em relação aos filhos que esta vier a dar à luz por pelo menos 10 meses. Quais seriam os elementos centrais ao ser pai e ser mãe? Os agrupamentos sociais dilatam a parentalidade. Conforme Gérard Neyrand, psicólogo e sociólogo, “a parentalidade passa a designar o conjunto de modos de ser e de viver o fato parental: de ser pai e de ser mãe” (SOUZA; FONTELLA, 2016, p. 112).

De tudo que lemos, a parentalidade vem marcada como um processo que congrega as diferentes dimensões da função parental, qualifica o laço entre um adulto e uma criança, independente da estrutura de parentesco e família onde essa relação se encontra inserida, destinando-se a um cuidado e educação da criança que favorece o seu crescimento (qualidade de vida) e desenvolvimento (inserção cidadã). A parentalidade implica um adulto responsável que, em nome desse vínculo, exerce um conjunto de funções em nome do interesse superior da criança. O casal homoafetivo e a homoparentalidade, como modalidades de família e parentalidade, apresentam significativas mudanças nas relações conjugais e parentais, que rompem de forma expressiva com os paradigmas dos quais se originam a família, o parentesco e parentalidade. Rompe-se, em parte a necessidade homem e mulher no casal, mas também se rompe a necessidade homem e mulher na genitorialidade, na reprodução.

A homoparentalidade tida como o desejo do casal homoafetivo de ter um filho ou uma filha, a análise do luto entre esses casais pela impossibilidade biológica de conceber filhos ou filhas e a escolha de uma forma, dentre várias, para realizar esse desejo, a relação com um terceiro sujeito que viabiliza a vinda do filho são alguns dos enfrentamentos sugeridos por Maria Consuelo Passos (2005). Passos faz um resumo das possibilidades da homoparentalidade:

[...]

Podemos pensar, nas seguintes composições familiares:

1. A recomposição, na qual um membro do casal traz para sua relação homossexual o(s) filho(s) de um casamento heterossexual anterior.
2. A co-parentalidade, em que um dos membros do casal homossexual gera um filho com um homem ou uma mulher, não necessariamente homossexual, e este filho passa a fazer parte do núcleo parental de um dos pais biológicos.
3. Uma terceira forma é a adoção, legalizada ou não, feita pelo casal.
4. Há ainda a possibilidade da inseminação artificial realizada com o sêmen de um doador, no caso de um casal de mulheres, ou de uma mãe substituta, que gera um filho com o sêmen de um dos parceiros do casal homossexual masculino.

Em todas elas há um terceiro, mediando o desejo de conceber um filho. Em última análise, o casal depende de um outro para realizar seu projeto.

[...]

É com base nesse resumo, amplamente acolhido, e com base em todo o apanhado que aqui fizemos é que a palavra parentalidade começou a parecer insuficiente, embora necessária desde os aspectos no mundo do direito de família. Acontece que este “terceiro” que, segundo Passos “permanecerá no imaginário da família e com o qual os pais precisam conviver”, poderá não existir, pois essa análise é cisnormativa e mesmo heteronormativa. Um casal onde um dos cônjuges ou um dos pares afetivos do casal for travesti, transgênero, transexual ou agênero poderá engravidar ou inseminar o(a) outro(a), o mesmo quando ambos ou um dos pares for(em) bissexual(is), ou ainda, quando os casais, como o reportado na primeira sessão dessa dissertação, forem ambos pessoas trans, situação em que a gravidez transcorre no corpo do pai, mediante a fecundação pela mãe. Também as pessoas agênero, demissexuais, gênero fluido, intersexo (em algumas situações), não-binárias, pansexuais, *queer* e dois-espíritos (designação cultural, usada pelos povos

indígenas da América do Norte)⁶ podem engravidar e/ou fecundar.

Um “terceiro” pode não se interpor na formação dos laços afetivos com os filhos de modos diferentes, como analisa Passos. Passos chega a sugerir que “algumas vezes, o outro imaginário toma a forma de uma figura que se superpõe aos pais” e também que em “outras vezes, aparece como sombra enigmática que acompanha e perturba o reconhecimento dos filhos, podendo ainda ser assimilado como elemento sem o qual a filiação não existiria”. Estamos afirmando que a filiação existe ou pode existir entre famílias homoparentais e nos pareceu muito mais apropriado seguir, sem traduzir, os dois enunciados italianos: genitorialidade LGBT+ e família LGBT+.

O Sindicato dos Registradores Públicos do Estado do Rio Grande do Sul (SINDIREGIS, s.d.), que representa os titulares de cartório do serviço registral gaúcho, publicou em seu sítio na Internet um breve artigo sobre as distinções entre genitores e pais/mães:

[...]

Há vários estudos psicológicos que demonstram que a figura paterna é essencial no desenvolvimento e amadurecimento saudável de uma criança, e neste sentido, é importante lembrar que nem sempre um **genitor** (no sentido genético ou biológico) é efetivamente um **pai**.

Pela lógica, **genitor** é aquele que “gerou um ou mais filhos biológicos”, mas quando falamos em **pai**, lembramos daquela pessoa que nos guia, nos dá carinho e atenção, e pela qual nutrimos sentimentos. Logo, nem sempre o **genitor** será **pai**, e nem sempre o **pai** será **genitor**, simultaneamente.

Até pouco tempo atrás, pela lei, pai era o marido da mãe, e filho era o ser nascido 180 dias após o casamento de um homem e uma mulher, ou 300 dias depois do fim do relacionamento. Filhos havidos fora do casamento (então definidos como incestuosos ou adúlteros) sequer eram reconhecidos: não possuíam direito ao nome do pai, convivência com este, ou herança. Foi somente com a promulgação da Constituição da República em 1988, que instituiu o termo “entidade familiar”, que esses conceitos foram deixados de lado, de uma vez. Desde então a Lei Brasileira passou a reconhecer, expressamente, a importância da família, que é regida pela afetividade. Logo, quando a Constituição Federal protege a família, acaba por estender sua proteção ao elo que a forma: o sentimento.

⁶ “De acordo com o *Indian Country Today*, todas as comunidades nativas reconheciam os seguintes papéis de gênero: ‘Fêmea, Macho, Fêmea de Dois Espíritos, Macho de Dois Espíritos e Transgênero’. Cada tribo tinha seu termo específico, mas era necessário um termo universal que a população inteira pudesse compreender. Os Navajos se referiam aos Dois Espíritos como Nádleehí (aquele que transforma); entre os Lakota era Winkté (indicativo de um macho que tem uma compulsão para comportar-se como uma fêmea); Niizh Manidoowag (Dois Espíritos) em Ojibwe e Hemaneh (metade homem, metade mulher) para os Cheyenne, para citar alguns” (BL MAG, 2021, n.p.).

Não raras vezes, a formação da família acaba fugindo do clássico padrão genético (são padrastos ou madrastas que se tornam pais/mães, pessoas que acolhem uma criança por meio da adoção e acabam assumindo o papel de pais etc.), e este tipo de afeto merece ser igualmente protegido.

Tal como aconteceu com o conceito de família, a filiação também passou por mudanças, passando a ser identificada pela existência de um vínculo de afeto “paterno-filial”; ou seja, o conceito de paternidade se ampliou para abranger a “paternidade/filiação psicológica”, que se sobrepõe às verdades biológica e legal.

[...]

O fato é que existe a parentalidade LGBTQ+ e a genitorialidade LGBTQ+. As pessoas LGBTQ+ geram um ou mais filhos biológicos, lhes é natural ter filhos e constituir famílias. O que nos pareceu é que a genitorialidade deve ser aceita, naturalizada e até mesmo universalizada entre as famílias homoparentais. Entendemos que genitorialidade LGBTQ+ e família LGBTQ+ introduzem novidade e desafiam à inclusão. O documento “Parole per includere: um glossário europeu sulla genitorialità LGBTQ+”, do projeto Doing Right(s), “ferramentas inovadoras para profissionais que trabalham com famílias LGBTQ+”, trazia duas perguntas inclusivas:

- 1) Quem são as pessoas e famílias LGBTQ+?
- 2) Como as pessoas LGBTQ+ se tornam genitores?

Para a primeira pergunta, “quem são as pessoas e famílias LGBTQ+”, respondia que a sigla LGBTQ+ era para se referir às pessoas “lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros e, de forma mais geral, a todas aquelas pessoas que não se sentem totalmente representadas sob o rótulo de mulher ou homem heterossexual”. Já as famílias LGBTQ+ eram “aquelas em que pelo menos um dos genitores se identifica como tal”. O documento discutia que “embora o modelo familiar mais comum ainda [fosse] o tradicional, ou seja, aquele formado por uma mulher e um homem que concebem e criam juntos as filhas e os filhos”, viria se tornando cada vez mais visível “uma pluralidade de configurações familiares”. Agrega que, “embora sempre tenham existido famílias de pessoas LGBTQ+, a maior aceitação social e a acessibilidade a novos percursos de genitorialidade têm tornado estas experiências familiares mais reconhecidas”. Exemplifica com: “genitores que criam filhas(os) sozinhas(os), famílias adotivas ou famílias que recorreram à procriação assistida, que não necessariamente compartilham dentro do núcleo familiar um vínculo genético ou biológico, famílias com duas mães ou dois pais etc.” Concluindo que “independentemente da sua composição ou da forma como se constituíram família, todas

estas tipologias podem proporcionar um ambiente amoroso e seguro para meninos e meninas, as suas necessidades e o seu desenvolvimento”.

Para a segunda pergunta, o documento respondia que “existem diferentes maneiras pelas quais as pessoas LGBTQ+ se tornam genitores”. Indica que “alguns têm filhas e filhos de relações heterossexuais anteriores”. Também indica que “na medida em que as crianças crescem com os(as) novas(os) parceiras(os), se formam as famílias recompostas”. Outras pessoas, de outra banda, deliberam por “terem seus bebês já dentro de um casal LGBTQ+”. Neste caso, seria a família dita de primeira constituição, “que pode ser constituída com recurso a técnicas de adoção ou de reprodução assistida, que incluem a doação de esperma e/ou ovócitos”, como também “a gestação por outrem – ou seja, um acordo em que uma mulher carrega uma gravidez e dá à luz para outra pessoa ou casal – em países onde isso é consentido”. Cita, por fim, que “outros ainda se envolvem em acordos privados com amigos e amigas”. Nesse último caso, “preveem a possibilidade de gravidez por via sexual, doação de gametas e, em menor grau, cogenitorialidade ou o compartilhamento de responsabilidade genitorial e econômica”. Comenta que, assim, “podemos nos encontrar diante de genitores que não têm, e não tiveram, uma relação sentimental-amorosa, mas se empenharam em um projeto familiar comum”. Exemplifica com o caso em que “alguns casais de lésbicas criaram seus filhos ou filhas junto com amigos do sexo masculino”. Situações ocorrem em que “podemos encontrar meninos e meninas com mais de um genitor, por exemplo, duas mães e um pai que não moram juntos, mas que se empenham em compartilhar a educação e o crescimento de seus filhos”.

A genitorialidade LGBTQ+ não corresponde ao conceito de homoparentalidade, não se refere apenas às pessoas de orientação homossexual, tampouco apenas às pessoas cisgênero. Genitorialidade LGBTQ+ inclui as pessoas transgênero (de orientação homo ou heterossexual), assume que Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, assim como pessoas *queer*, agênero, gênero fluido, não-binários, pansexuais, intersexo, demissexuais, dois-espíritos e toda a busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção dos pertencimentos sexuais e de gênero podem desejar e existir como mães e pais genitoras e genitores. A genitorialidade LGBTQ+ nos serve, provisoriamente, para desconstruir um discurso que insiste e incide numa sociedade patriarcal, machista, misógina, de padrão cisgênero e heteronormatizada. A proposta “exploratória” da genitorialidade LGBTQ+ é reconhecer e viver ser mãe/pai a partir de

tantas dimensões que atravessam ou podem atravessar este processo de ter filhos e filhas: biológica (genética, fisiológica), afetiva, antropológica, psicológica, sociológica e educacional. A noção de genitorialidade LGBT+ não se afasta da noção de parentalidade LGBT+. A noção de parentalidade é extremamente importante no campo dos direitos e na área do direito de família e inscreve conhecimentos, práticas e valores no ambiente de saúde, social e educativo onde estão inseridas a família e a criança. É no bojo de uma política da parentalidade que se inscreve a genitorialidade LGBT+.

Uma política da parentalidade comporta a possibilidade de abarcar todo o conjunto de transformações que afetam as relações entre pais/mães e filhos/filhas, englobando como uma dimensão a genitorialidade LGBT+ e as famílias LGBT+. A palavra parentalidade, adjetivada como “parentalidade LGBT+”, deve abranger utilizações pelo direito, assistência social, saúde e educação em suas ações e deliberações, sempre em consideração do conhecimento científico mais avançado, inclusivo e laico relativamente ao crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente. A palavra genitorialidade, também adjetivada como “genitorialidade LGBT+”, vem como “palavra para incluir”. Tomamos a genitorialidade LGBT+ nas águas marginais da educação e da saúde que fazem a escola básica e a atenção básica.

GENITORIALIDADE LGBT+ EM EDUCAÇÃO E SAÚDE: ÁGUAS MARGINAIS

Pensar saúde e educação é pensar nas suas potências quanto ao encontro de vidas e diversidades que acolhem, escutam e atendem. Importa reconhecer e escutar suas zonas costeiras e as interseções de suas águas marginais, o que está ali, no meio ou além, costeando a realidade heterocisnormativa. As relações de sexo e gênero com os contextos sanitário e educacional precisam ser reconhecidas por seus grandes papéis no desenvolvimento psíquico, cognitivo e social, assim como na promoção ampliada de saúde e na proteção ou produção de sofrimento.

Os cotidianos da escola básica e das unidades básicas de saúde mantêm relações permanentes com as questões de gênero e sexualidade: as descobertas infantis, as experimentações adolescentes, as reuniões de pais, as ações de orientação sexual na escola, a gestação na adolescência, as situações envolvendo abuso sexual ou sua suspeita, as consultas em saúde da família, o ensino-aprendizagem nas salas de aula. Nestes territórios sedimentares e suas zonas costeiras vivenciam-se os encontros com a família, a escuta, o acolhimento e o atendimento, compreendendo a necessidade de promover espaços de debate e construção das percepções de gênero e diversidade sexual. É inevitável discutir gênero e diversidade sexual na escola, na saúde escolar e na saúde da família. É necessário promover: o acolhimento e a escuta de estudantes; a formação docente, com diálogo e discussão com famílias; a saúde na comunidade, com participação popular e dos movimentos sociais; o acolhimento e a escuta dos pais e mães LGBT+, além das interações entre serviços de saúde locais e escola local, onde a temática gênero e sexualidade contribui ativamente na proteção da saúde e subjetividade e no desenvolvimento cognitivo e afetivo.

Todo esse debate, geralmente, acontece no cuidado e educação das crianças e adolescentes LGBT+, pensando-se no que se deve ou pode fazer com ou para as famílias que possuem filhos e filhas LGBT+ na escola ou na consulta da saúde da família, mas não há o debate sobre os pais LGBT+: como são acolhidos na escola à matrícula, nas reuniões de pais, no dia a dia das relações escola-família; como são acolhidos no planejamento familiar, no percurso gravidez-nascimento e na puericultura?

É fundamental para a construção de uma sociedade mais acolhedora, respeitosa e inclusiva que possamos compreender tanto a escola básica como a unidade básica de saúde (UBS) com potência de reverberar acolhimento e promover existências, onde possamos nos aproximar e conhecer o que está além dos nossos olhos e dos nossos ouvidos normatizados e normalizados, o que está à, na ou além da zona costeira, o que navega nas águas marginais. Pensar em espaço educativo, na educação em saúde, nas relações escolares e educacionais, na promoção de saúde e nas práticas participativas em políticas educacionais e sanitárias implica perceber a presença, o enfrentamento, a manutenção ou o desmanchamento de preconceitos, assim como a necessidade de desconstruir vigências morais e construir inclusividades.

Qual tem sido o espaço da originalidade, da inventividade, das proposições inéditas, da excentricidade, se não o das águas marginais? O negativo, o não incluído ou o fora, entretanto não são apenas diferenças. Devemos encontrar a força e a potência do diferir na desconstrução das vigências. O fora maquina pelas desconstruções da vigência, como numa guerra de expansão de território (sem invadir ou retirar território de outro). Conforme Gilles Deleuze e Félix Guattari (2014, p. 15), “do ponto de vista do Estado, a originalidade do homem de guerra, sua excentricidade, aparece necessariamente sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação, pecado”. Identificar, categorizar, oprimir, proibir, excluir, fazem parte do combate exercido pelos aparelhos de Estado. As máquinas de guerra, ao contrário desses aparelhos, querem a potência, a ressingularização permanente, as novidades que a vida pede. Loucura, pecado, deformidade: o que nos dizem, o que nos informam, de quem falam?

A escola ou a unidade básica são territórios que representam um todo, em uma intensidade que enlaça redes. Qual nosso modelo de educação e de saúde e, por conseguinte, quais nossos padrões e formatos de fazer e acontecer relações e processos de aprendizagem e de cuidado? Num movimento de contato dentro-fora/fora-dentro que catapulta ou captura a existência humana, encontra-se a sexualidade e, na sexualidade, o nascimento, o casamento/a afinidade, a reprodução, a filiação/a descendência e a morte, a parentalidade e a genitorialidade, a pulsão e o encontro, o reconhecimento de si e do outro, o afeto, o desejo, a potência, o desenvolvimento humano.

Michel Foucault (2014, p. 8) aponta que a sexualidade foi cuidadosamente encerrada dentro de casa com a imposição moral de uma família conjugal. A função de reproduzir ganhou voz, enquanto o sexo devia calar-se. Surge o casal, legítimo e procriador, como moral e lei, impondo-se como norma, verdade, direito e lugar de fala. Um único lugar é reconhecido como legítimo, legal e moral à sexualidade: o quarto do casal ou, mais particularmente, “o quarto dos pais”. O casal é heterossexual, o sexo é no quarto dos pais, o decoro e a decência reservam o sexo ao casal e à procriação, o recato das atitudes reserva o sexo ao casal e a decência preserva o sexo para a geração de uma família saudável e estruturada na relação pai, mãe e filhos/filhas. A genitorialidade, então, desponta como heterossexual e cisgênero, definindo os papéis de pai, mãe e filho ou filha. Este seria o decoro e a decência na criação das crianças.

Neste sentido, olhares e curiosidades (talvez em um desejo voyeurista) percebam o não-heterossexual e a pessoa não cisgênero (na zona costeira, com seu desejar-viver). Homossexuais, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis: com filhos na escola? Com filhos? Esses filhos com colegas de escola? Com necessidade de planejamento familiar? Com programação de pré-natal, plano de parto e puericultura? Com presença na sala de espera da puericultura? Seriam essas presenças do externo um corpo de acontecimentos na escola e na unidade básica? Presença do proibido, do pecado e da loucura? Novas normas, novas legitimidades, novas leis, nova moralidade, provocam erosões e modificam as paisagens das zonas costeiras.

Educação e saúde são espaços de gestão política: das políticas públicas de educação e de saúde, respectivamente, às políticas da vida. Aliás, é o que precisamos pensar, entender, compreender. No seio da escola básica ou da unidade básica estão sexualidades: masculinidades, feminilidades, heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades, transexualidades, travestilidades... Diversidades sexuais *no seio* da escola básica ou unidade básica, não fora delas. Carla Biancha Angelucci (2015, p. 18) nos fala da escola como lugar de reocupação do público, esfera de humanização e coletividade.

Guacira Lopes Louro (2019a), em sua fala na aula aberta de 30 de agosto de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instiga: “o que é do menino, o que é da menina?”. Dialogando com a produção de Virgínia Woolf, Louro (2019a) aponta para o quanto “homens e mulheres têm sido

educados de formas diferentes ao longo do tempo”. O que é do menino/da menina não heterossexual e/ou não cisgênero? Dos meninos/meninas não binários? O quanto meninos e meninas vêm sendo educados a partir de um padrão heteronormativo e, sobretudo, cisgênero! Sabemos o quanto somos classificados a partir de nossos corpos, mas ser “homem” e ser “mulher” é mais que ser uma expressão corporal. Virgínia Wolf, segundo Louro (2019b), sugere uma reestruturação da educação de homens e mulheres: *re-combinações*.

Precisamos entender que gênero é um conceito que vem se modificando, mas que nenhum conceito dá conta das existências. Falamos de “existências” por não ser um processo individual. “Eu” posso viver e suportar, segundo minhas condições de sujeito, mas se a minha existência não é admitida, posso ser assassinado, emboscado, alvo de *bullying*, excluído de times e equipes, postergado em indicações e representações. Os conceitos se sofisticam, evoluem, mas não dessubjetivam e nem singularizam instituições. Não se dissemina aquilo que deve desarmar (erodir) as moralidades conservadoras. Por quê? Como fazer?

Nesta direção, provavelmente, as respostas incluem a escola. A escola é um espaço essencial nas entranhas sociais (LOURO, 2019a). Conforme o documentário “Gênero sob ataque” (CLACAI, 2018)⁷, a educação é, sem dúvida, um eixo transformador e, acerca dos interesses religiosos e ideologias autoritárias e repressoras na educação, “nada é mais perigoso para seus propósitos, que uma educação livre”.

É urgente ouvir, escutar, pensar, questionar e ressignificar os olhares sobre o ser saúde e o ser educação. Entender de onde e como vêm as concepções e medos do que é ser e viver saúde e educação em compromisso com existências, como promoção da vida, com liberdade de ser-sentir-querer uma vida afirmativa, generosa, inclusiva, plural. Reconheçamos a cobiça pelo espaço escolar e educacional como espaço de fronteira e guerra, a escola como aparelho de cooptar e a escola como enfrentamento às capturas.

Berenice Bento e Larissa Pelúcio (2012) lembram que discutir gênero (e sexualidade) é ocupar/desejar “um espaço de lutas marcadas por interesses múltiplos”. Espaço este, então, extremamente cobiçado. Poder e potência se encontram em sua

⁷ CLACAI: Consorcio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro.

captura e sua resistência. As autoras, enfatizando que os preceitos heteronormativos fundamentam os saberes científicos, convocam-nos a pensar sobre o que escrevem aqueles que discutem gênero e sexualidade na ciência. A partir de então: quem discute gênero e sexualidade na escola ou nos serviços básicos de saúde? Como se discute gênero e sexualidade nesses lugares? Se discute? Se conversa? Se percebe?

Tendo a escola ou a unidade básica como um sedimento⁸ das políticas e lutas, precisamos reconhecer a presença do estado e a “inclusão excludente”. Corporifica-se o gênero, patologiza-se e anormaliza-se a sexualidade visando a uma pseudoinclusão (inclusão do diferente, não a inclusão da diferença). Precisamos questionar todo um discurso de “coerência” – pensado e “desejado” – baseado na norma em que “o masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementaridade da heterossexualidade” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 571). A escola e os serviços básicos de saúde precisam ser percebidos como espaços de encontro, de contato com a diferença e reinvenção pelo diverso. Espaços que contatam a vida em sua amplitude e tomam a vida como potência, resistência e construção de uma sociedade mais humana. Como escrevem Ricardo Burg Ceccim, Alcindo Antônio Ferla e Daniel Canavese de Oliveira (2017, p. 15), sobre a urgência em vivermos espaços de re-des-construção de vidas e corpos:

Lutar pela livre orientação sexual, livre expressão corporal de masculinidades e feminilidades; lutar pelo direito ao prazer com um corpo que sente e deseja; lutar por um corpo que experimenta e vive o querer-se; lutar por um corpo que pode afirmar sua diversidade e o prazer de singularizar-se, lutar tendo a posse do prazer, eis uma disposição pelo que e como lutar. O prazer como seleção de caminhos de luta e invenção de territórios, lutar em coletivos que nomeiam o prazer, defender o prazer, não ter medo do prazer. Prazer de poder ser. O prazer como cartografia de luta.

Ceccim (2018, p. 1762), discutindo ética na interprofissionalidade, apresenta um olhar muito especial sobre a resistência ao retomar aspectos de um aprender e um fazer a partir da diferença, em que:

[...] é por esta condição de abertura à diferença ou ressingularização que o aprender livre e criativo é “resistência”, e não “adaptação”. Resistência e “reexistência”; resistência como recusa às formas dadas e “reexistência” como invenção da existência. Resistir e existir, pois a recusa decorre de problematização dos saberes antecedentes (afeto de estranhamento) e invenção de outras formas de existir (cronogênese, invenção de mundo).

⁸ Sedimentos: sede e sedimento. Sedimentos são resultantes da erosão de rochas, da precipitação química a partir de oceanos. As características dos sedimentos dependem da composição da rocha erodida.

Ao propormos que as masculinidades, feminilidades, heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades, transexualidades, travestilidades... estão nas águas marginais que erodem a zona costeira sinalizamos que são as políticas de afirmação da vida que requerem *palavras* (conceitos, práticas e valores) *para incluir*. Nossa busca, como acima, em educação e saúde nos remete às crianças e adolescentes LGBTQ+ ou uma sociedade com pessoas LGBTQ+. No caso da saúde, em particular, remete aos ambulatórios para pessoas LGBTQ+, muitos no interior de hospitais escola ou hospitais universitários. Não encontramos os professores e professoras LGBTQ+ ou os profissionais do cuidado LGBTQ+ e sua atuação, mas, acima de tudo, não encontramos as famílias LGBTQ+ que vêm à escola ou à UBS para matrícula, para consultas etc. Não os filhos LGBTQ+ de casais heterocisnormativos, mas os filhos e filhas de pais e mães LGBTQ+. Esses e essas pais e mães são nossas águas marginais, nesse momento.

Inspiradas pelo projeto “Doing Right(s): innovative tools for professionals working with LGBTQ+ families”, as professoras Federica de Cordova, Giulia Selmi e Chiara Sità, do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade de Verona, coordenadoras gerais, trazem alguns exemplos de escuta às famílias e pessoas LGBTQ+, aqui retirados de um documento produto final do projeto, designado por “Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialità LGBTQ+” e editado pela coordenação de saúde da Região da Emilia-Romanha (DE CORDOVA, 2019)⁹:

Na Itália, não tínhamos acesso a clínicas de fertilidade, então fomos para Barcelona. Pelo estado italiano, eu não sou a mãe da minha filha, mas pode apostar que sou! Eu estou lá quando ela precisa, sou eu que cuido dela quando ela está doente, eu estou lá quando ela está triste ou feliz, ou quando ela precisa de ajuda. Não é isso que faz uma mãe? (Valentina, 42 anos)

Nós nos casamos assim que a lei [que introduziu o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Espanha] foi aprovada. E aí começamos o processo de adoção. Nosso filho tinha 6 anos quando o conhecemos. Agora sinto que tenho a família que sempre quis. (Pablo, 42 anos)

Eu congelei o esperma antes de começar a transição [...]. Não deu certo, então tivemos que recorrer à doação [de esperma]. O engraçado é que todo mundo diz que é a minha cópia. (Marta, 38 anos, mulher trans)

Eu adoro Clara... Gostaria de tê-la conhecido antes. Ele é o melhor pai do mundo! (Julia 25, filha de Clara, uma mulher trans de 52 anos)

⁹ A pesquisa internacional ocorreu na Espanha, Itália e Polônia. Todos esses países, especialmente a Itália, possuem muitos imigrantes. Então os nomes próprios dos informantes podem representar inúmeras nacionalidades.

Teresa e eu queríamos ser mães. Fizemos um acordo com um amigo nosso para termos juntos um bebê. Marc agora tem 6 anos, duas mães que o adoram e um pai fantástico. (Estel, 40 anos)

[Quando falamos das crianças] a minha parceira diz “os teus” e eu respondo “não os meus, os nossos”. Mas é uma mudança lenta. Eu digo “se eu faço alguma coisa não é por mim nem pelas crianças, mas por NÓS: por ti, pelo Jacek [o filho biológico da parceira] e, também, para os meus filhos. Então são os nossos, não os meus ou os teus, mas os nossos”. (Bożena, 35 anos, mãe biológica de 3 filhos e “comãe” de 1)

Eu: Como está sendo com a escola?

R: Francesco [o copai] tem uma autorização. Mesmo que a criança tenha ambos os sobrenomes e eles conheçam nossa situação, nos pediram a autorização. Não está bem que lhe exijam essa autorização, mas também sei que se não lhe pedem de alguma forma vão contra a lei... Não fico com raiva da escola, mas com o sistema como um todo que não lhe permite buscar o próprio filho. (Antonio, 44 anos, pai de um menino de 4 anos)

Fomos juntos à escola onde nosso filho havia passado no exame de admissão, porque havia a possibilidade de assistirmos às provas, então entramos juntas na sala. A senhora nos disse “somente os pais”, eu então permaneci sentada, com convicção, porque nos sentia como as genitoras, certo? Então ela perguntou “quem é a mãe?” e Klara [minha parceira] respondeu que era ela. Pois a senhora me convidou a sair e eu não resisti, desatei a chorar. (Kazia, 40, comãe de um adolescente de 18 anos)

... No hospital fiquei muito preocupada comigo e com a Aurora [a comãe]. Eu arriscava de ter um parto prematuro à 31ª semana, e se ela nascesse na trigésima primeira semana [a bebê] ela teria de ser levada para a neonatologia, para a terapia intensiva neonatal, onde somente poderiam entrar os genitores... Me preocupava em como se comportariam no hospital? Deixariam Aurora entrar ou não? (Marta, 29 anos, comãe de uma menina de 2 anos)

Contextualidades: erosão de rochas

Conforme o “pesquisar na diferença”, de Tânia Mara Galli da Fonseca, Maria Lúvia do Nascimento e Cleci Maraschin (2015, p. 10), precisamos buscar “vidências e não evidências”, precisamos descobrir e encontrar “outros mundos coalescentes a esse nosso atual presente. [...] essa seria nossa busca de reconciliação com aquilo que ainda não foi trazido à superfície e que ainda jaz nos lençóis do tempo como espera e suspensão em busca de agenciamento”. Rosane Neves pergunta se o pesquisar não implicaria um “mergulho micropolítico” no campo problemático, uma vez que “desejar é uma produção que se dá no próprio ato de pesquisar, como efeito sem causa que lhe seja anterior e na imanência dos campos fenomênicos em meio aos quais lhe seja anterior e na imanência

dos campos fenomênicos em meio aos quais se desdobra” (NEVES, 2015, p. 71).

A partir de um olhar frente à diversidade sexual presente nos laços entre saúde e educação, fez-se urgente pensarmos nas pessoas LGBTQ+, mais especificamente nas famílias LGBTQ+, sua presença-ausência nos serviços de saúde e nas escolas. Repensarmos o reconhecimento e ativa aceitação (ou a negação) da genitorialidade LGBTQ+ na saúde e na educação, buscando mergulhar em “um caso de pesquisa que é constituído não como um problema a resolver, mas como o próprio problema que gera novas problematizações e novas perguntas” (FONSECA, NASCIMENTO, MARASCHIN, 2015, p. 12).

É importante reconhecermos a educação básica e a atenção básica como espaços que acolhem, rechaçam, escondem, negam ou destacam. Parece-nos que as instituições de saúde e escolares propõem a ausência – discursos como “não é necessário dar pinta”, “não é necessário revelar” ou “não é necessário levantar bandeiras” habitam esses lugares. A produção e atualização do existir ficam veladas, quando não vetadas (ou vetadas, por isso, veladas). Seria possível discutir estes espaços a partir do conceito de liso e estriado, presente na obra de Deleuze e Guattari? Quando o serviço de saúde e a escola se fazem espaços lisos? O espaço liso é um campo sem condutos nem canais. Um campo, um espaço liso heterogêneo esposa um tipo muito particular de multiplicidades: as multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem “medi-lo”, e que só se pode explorar “avançando progressivamente” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 38).

Trouxemos a noção de território como espaço estriado e as águas marginais como espaço liso, tendo na zona costeira as sedimentações e erosões. A variabilidade, a polivocidade das direções, é um traço essencial dos espaços lisos, do tipo rizoma, e que modificam sua cartografia. O nômade, o espaço nômade, é localizado, mas não delimitado (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Nesse sentido, pensamos na possibilidade e necessidade de erodir os espaços estriados, deixá-los fustigados (“alisando” suas estrias), mais livres, mais sensíveis. Experimentar, criar, reinventar, agenciar, sermos mar, deixarmos de ser terra, navegarmos. E assim inventar novas possibilidades, novos espaços.

A situação é ainda muito mais complicada do que dizemos. O mar é talvez o principal espaço liso, o modelo hidráulico por excelência. Mas o mar é também, de todos os espaços lisos, aquele que mais cedo se tentou estriar, transformar em dependente da

terra, com caminhos fixos, direções constantes, movimentos relativos, toda uma contra-hidráulica dos canais ou condutos (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 61).

Seria possível pensar um espaço-relação sanitário e escolar a partir da ruptura com a genitorialidade heterossexual? Pais e mães não heterossexuais têm filhos na escola? Como os trazem e buscam? São homenageados nos dias dos pais e das mães? E nos dias do Orgulho LGBTQ+? Se beijam na frente dos coleguinhas? Uma coisa é certa: nas novelas sequer se beijam, enquanto os casais heterossexuais vivem cenas cotidianas de acasalamento. Pais e mães não heterossexuais trazem os filhos à puericultura na UBS? Como aguardam na sala de espera? Como recebem as orientações de cuidado? O que acontece com as palavras que não saem da ponta da língua dos e das enfermeiros e enfermeiras, dos e das médicos e médicas de família: “como ele ou ela está mãezinha? A mãezinha está dando o peito? O papai está ajudando? E as perguntas “graciosas”: quem está sendo a mamãezinha, quem está sendo o papaizinho?

Pensar a escola ou a UBS como espaço que acolhe ou marginaliza é pensar o que compõe e de onde vem a instituição escola e as UBS, o que elas representam. Não seria, então, inventar um outro espaço? Parece, por vezes, que encontrar uma escola ou uma UBS insurgentes é como encontrar uma agulha no palheiro. As escolas e as UBS fustigadas pelas águas marginais estão por aí, sabemos que sim, há muita erosão em cada uma, mas não é a instituição que mudou. Tanto mais fustigadas quanto maior a presença atuante das famílias LGBTQ+?

Já que é para reconhecer o complexo, tanto do palheiro quanto da agulha e do que existe no agenciamento dos dois, podemos singularizar mais as questões LGBTQ+ e localizar pulsações políticas vividas no âmago da explosão parental: sim, há o casal com filhos, mas pode não ser um par de pessoas cisgênero, pode não ser um casal heterossexual em uma união heteronormativa. Filhos, filhas, pais, mães, dois pais, duas mães, casais trans: não famílias aparelho de Estado, mas famílias máquinas de guerra. Alunos, alunas, professores, professoras, genitores, genitoras, a comunidade escolar: quantas agulhas, quanto palheiro. Quais agulhas, alfinetes, pregos, parafusos participam das engrenagens e concatenamentos de gênero e sexualidade na escola? Se a sexualidade é insurgente e a genitorialidade também, o que podemos encontrar? A escola acolhe ou discrimina, integra ou segrega, inclui ou dissimula? Como genitores LGBTQ+ escolhem a

escola de seus filhos e a ela comparecem? A UBS acolhe ou discrimina, integra ou segrega, inclui ou dissimula? Como genitores LGBT+ comparecem às consultas da pediatria na UBS?

Se desejamos olhar a escola e a UBS como esse território de encontro e diversidade, e absorver-observar-descobrir um recorte LGBT+ aos genitores, isso nos leva a um novo mundo dentro de um mundo. Encontramos palheiros dentro de agulhas. Então, o que é um recorte? Voltemo-nos para o próprio espaço. O que percebemos é o não LGBT+ desse espaço. As famílias LGBT+ não estão nos cartazes, na linguagem, na ficha de matrícula ou na caderneta da criança, no sistema de informações, no calendário de datas importantes. Há heterocisnormatividade nos discursos, nas performances, nos sedimentos. Percebemos, então, a partir da ausência e do não existir do LGBT+, o não existir da genitorialidade LGBT+. Se nos perguntarmos como este território “acolhe” e reconhece essas existências, o quanto essas subjetividades resistem e compõem esses territórios, perceberemos o quanto se faz presente essa ausência. O quanto as normas fazem morrer essas existências, uma vez que o tempo todo são resistência, não acolhimento.

Encontramos em Ailton Krenak (2019) um aconchego. As questões de Krenak nascem em outra demanda, nos falam da terra e da humanidade, como nossa cultura recebe essa díade como coisas distintas e, então, lidamos com o desperdício dos sentidos, um divórcio das integrações e interações, a negação da vida em lugar do compromisso com a vida. O filósofo indígena nos convida a reconhecer o conjunto das forças no mundo e critica o antropocentrismo. Há um heterociscentrismo assim, solapando as forças de afecção dos corpos que afirmariam existências diversas. Podemos despersonalizar e dessubjetivar esse lugar binário em nós, remover o sentido da genitorialidade como atributo exclusivo do casal heterossexual cisgênero e, então, compor forças geradoras de mais vida?

Pensando nas famílias, segundo as genitorialidades LGBT+, questionamos o acesso aos sistemas de educação e de saúde. Seria acessar um sistema que é “por natureza” heterocisnormatizado, para deseterocisnormatizá-lo? Foucault (2014, p. 14) alerta-nos (e desacomoda e incomoda e nos convoca):

Dir-me-ão que, se há tanta gente, atualmente, a afirmar essa repressão, é porque ela é historicamente evidente. E que se falam com uma tal profusão e a tanto

tempo, é porque essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de libertar-nos; o trabalho só pode ser longo.

Se pesquisadores e autores do campo educacional tratam de sugerir a introdução das teorias de gênero e sexualidade nos currículos escolares ou a inclusão da orientação sexual na escola como atividade pedagógico-educacional, percebe-se a ênfase no acesso a um conhecimento necessário. Contudo, levantamos, aqui, as relações diretas entre alunos, alunas, professores, professoras, pais e mães no ambiente da escola, das reuniões escolares, do compartilhamento dos ambientes de aprendizagem e ambientes de família. Quando os pais e mães são pessoas LGBT+ não significa apenas inserir assuntos referentes a este tema da diversidade no currículo, contemplar conteúdos curriculares ou criar uma matéria específica: é sobre o viver das relações, é afetar e ser afetado por olhos, olhares, ouvidos, escutas, toques, convites, escritas, desenhos, caronas, linguagens, piadas, xistes, xingamentos, elogios, comemorações, afastamentos...

A evolução morfológica da zona costeira está centrada principalmente na evolução dos processos de erosão e sedimentação. A erosão das falésias alimenta as praias e, localmente, os ventos que sopram do continente podem fornecer material às praias. Já as ondas obtêm sua energia a partir dos ventos, descarregando-a nas zonas costeiras, onde se constituem na principal causa de erosão, mas as ondas que promovem erosão em uma determinada linha de costa podem, em muitos casos, terem sido geradas em áreas de tempestades situadas a milhares de quilômetros de distância. As LGBT+fobias são o desprezo ao diverso, o desprezo às afecções que dessubjetivam e ressingularizam, a captura às identidades, mesmo que nefastas à vida em comum. Krenak (2019, p. 28) retoma: “em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento do(s) outro(s)?”

Vamos aproveitar novamente os recortes do projeto “Doing Right(s)”, escolhendo alguns dos relatos selecionados por Cordova, Selmi e Sità para o documento “Parole per includere” (DE CORDOVA, 2019):

Do ponto de vista legal, eu sou uma total estranha para a filha biológica da minha companheira. Na unidade de saúde, simplesmente não consegui vaciná-la. Me disseram que o fariam somente na presença dos genitores ou de alguém que tivesse responsabilidade parental. (Ilona, 35 anos, comãe de uma menina de 5)

Sempre e de modo geral, em cada módulo da escola, tem essa coisa de “nome do

pai” e “nome da mãe”. Devo ter riscado a casela “pai” milhares de vezes. (Maria, 49 anos, mãe de uma menina de 12)

Quando Nina começou a frequentar a creche, nos demos conta de que não tinha absolutamente nada sobre famílias como a nossa, livros, jogos ou qualquer outro tipo de referência: éramos completamente invisíveis. Então trouxemos nós às educadoras e aos educadores livros e outros kits educativos que a associação Família Arco-Íris produzira ao longo dos anos, queríamos ao menos dar alguns instrumentos para falarem adequadamente da nossa família. (Loretta, 37, mãe de uma menina de 4)

Andamos juntas por todos os lugares, não escondemos o fato de que estamos juntas, assim como não escondemos o fato de termos um bebê. Bom, mas também não saímos expondo isso imediatamente numa primeira conversa, porém se alguém pergunta ou tem dúvidas nós dizemos que é o nosso filho. (Ela, 41 anos, mãe social de uma bebezinha de 2)

Eu não saio com a bandeira arco-íris pelas ruas por causa das crianças. Porque embora minha filha aceite a gente, ela me disse: “Pai, eu não posso contar a ninguém na escola que tu estás com Tymon [o parceiro de Ireneuz], porque as outras crianças, elas não entenderiam”. Ela o esconde não porque se envergonhe de mim, mas enquanto se sabe parte de uma comunidade que pode feri-la. Eu a compreendo perfeitamente. Ela já compreendeu que é uma sociedade que não nos aceita. (Ireneusz, 40 anos, pai de uma menina de 9 anos e de um menino de 5)

Por fim, tivemos que decidir o que fazer com a creche. Havíamos participado da jornada de portas abertas de absolutamente todas as escolas do bairro... realmente um trabalhão! A coisa mais engraçada foi... é que chegamos em uma e nos apresentamos, com a nossa situação etc. e no final ela [a educadora] foi taxativa: “inscrevam-se aqui! Esta é a maior escola, com centenas de crianças, ninguém vai notar vocês!” (Alice, 39 anos, mãe de um menino de 3)

No aeroporto de Berlim, uma senhora no balcão de check-in estava telefonando a uma colega sobre o nosso voo e disse em alemão: “tenho aqui duas genitoras com o filho e eles precisariam de...” Nós, em polonês, havíamos feito notar que era nosso filho. Isso aconteceu há quase 5 anos e ele ainda se lembra que em Berlim eles reconheceram que éramos ambas as suas genitoras. (Magda, 40, mãe de Jakub, de 5)

Pais... não temos *pais* [na escola]! Tive a má ideia de fazer parte da comissão do refeitório... são 20 pessoas no total, eu sou o único pai! Quando escrevem e-mails, os escrevem todos no feminino, todos! Porque eles esperam que do outro lado esteja uma outra mãe! Então é uma situação estranha... quero dizer, pela manhã somos muitos pais levando os filhos para a creche, mas no dia a dia existem apenas as mães! Um casal de pais é um pouco desconcertante, não para as mães, mas sobretudo para os pais porque percebemos que não participam de toda a vida dos filhos, nunca trocaram fraldas, nunca cozinharam... coisas simples... (Alberto, 43 anos, pai de dois filhos de 2)

Havia um churrasco das famílias da escola. Quando chegamos, todas as mulheres estavam preparando a salada juntas, enquanto todos os homens estavam em volta da churrasqueira. Eu e meu marido começamos a rir imaginando onde cada um de nós se acharia melhor. (Joan, 49, pai de um filho de 8)

Encontro e experimentação: fornecer material às praias

Precisamos navegar, apreciar a paisagem, o pôr-do-sol e o luar. Precisamos observar a praia. As praias são depósitos das partes que se desagastam das rochas, areias, cascalhos e conchas acumulados predominantemente por ação das ondas. Representam um importante elemento de proteção costeira, ao mesmo tempo em que são amplamente usadas para turismo e lazer. Adentrar o território escolar ou o território sanitário, com o objetivo de se deixar afetar pela presença-ausência da família LGBTQ+ como um caminhar pela praia, imaginando e desejando possibilidades de ver e ouvir: as professoras e os professores, as crianças, os adolescentes, os adultos, a direção, a equipe matricial, as salas de aula, as salas de espera, os consultórios, as matérias escolares, o recreio, o barulho que cala, o silêncio que grita, as famílias, a heteronormatividade, a LGBTQ+fobia, o preconceito, a diversidade, a resistência, a “*resistência*”, o *bullying*, a dor, o amor...

Esther Maria Magalhães Arantes diz que “não se habita o mundo da mesma forma quando nos pomos a escutar o silêncio da noite, o farfalhar do vento nas folhagens, as ondas do mar quebrando nas praias ou a gaivota revolvendo a areia”. Gaivotas que vêm “ao final do dia, para dali catar algum resto esquecido e depois, em voo preciso, se afastar lentamente, como quem tem preguiça ou apenas não tem pressa para acompanhar o pescador em seu barco mar adentro” (Arantes, 2015, p. 93). Uma escuta que nos leve para as famílias LGBTQ+. Onde estão? Quem são? O que sentem? O que percebem? O que desejam? O que reconhecem? O que escutam? O que silenciam? O que sofrem? O que vivem? O que amam? Acreditamos que é preciso ver e ouvir o inaudito. As vozes, as falas, as vidas. Conseguimos ver e escutar? Temos sensibilidade para ver e escutar? A quem interessa escutar? O que precisamos para escutar?

Conforme Esther Arantes (2015, p. 94), “escutar, como se deve, para que a alma acolha a palavra que lhe é endereçada, é fundamental uma economia dos gestos e palavras, um silêncio ativo e um certo recolhimento, que se opõe à tagarelice”. A partir de um desejo que permita navegar de forma fluida, atenta e sensível, um olhar cartográfico se faz fundamental, de maneira a inibir formas e estruturas pré-conceitualizadas.

Tendo Luís Artur Costa, Andrea do Amparo Angeli e Tânia Mara Galli Fonseca

(2015, p. 47) na companhia, entendemos que acessar territórios, praias e águas marginais “é encontrar-se com reentrâncias fugidias, de dimensões mínimas, que abrem problemáticas ilimitadas, sem espaço para binarismos advindos da partição abstrata do mundo em categorias estanques”. Encontros que envolvem a disposição de um caminhar na praia, escuta atenta, ativa e sensível para perceber rochas, areias, cascalhos e conchas. Então, se entende que discutir a genitorialidade LGBTQ+ na escola e na UBS nos desacomoda, parece necessário relatar o quanto nos escutamos e nos percebemos incomodados. Processo necessário e essencial para o próprio caminhar, onde se possa escutar a si próprio, reconhecendo-se como parte do território, identificando-se com o espaço.

Conforme Neves (2015, p. 71), é essencial “ser digno do acontecimento como efeito de uma experimentação problematizadora, perturbadora, desestabilizadora no acompanhamento dos processos de composição e decomposição de uma realidade ou matéria” como pesquisador, apreender “seus índices imateriais e movimentos conectivos na produção do *socius* e dos modos de subjetivação”. Apreender aspectos tão marginais ao território educacional e sanitário, vidas tão periféricas ao espaço escolar, pessoas e famílias tão ausentes do discurso e da realidade que constituem nossas escolas e UBS. Entendemos que importa aproximar-nos destas margens e encostas que definem esses territórios e sedimentos desenhando contornos. Acreditamos que as experiências marginais, os limites costeiros e os territórios permitem a cartografia geológica de sedimentos, águas e afetos de uma sociedade a construir.

Aproveitando a abrangência do projeto “Doing Right(s)”, trazemos uma última navegação de suas águas marginais à nossa zona costeira, tendo em vista erodir a subjetividade discriminatória, preconceituosa e estigmatizadora que assolou nosso país de 2019 a 2022. O documento “Parole per includere”, sob os cuidados de Cordova, Selmi e Sità, organizado por Giulia Rodeschini nos rende inspiração (RODESCHINI, 2019):

Eu tenho duas mães, uma eu chamo de mama e a outra de mami. (Andrea, 4 anos e duas mães de 34 e 36)

Quando minha mãe transicionou para o gênero masculino, percebi que o verdadeiro desafio de ter dois pais biológicos era a barreira linguística. Eu chamo meu pai-ovo de “papi” e o meu pai-esperma de “papá”. (Karen, 21, filha de um pai trans)

Durante as aulas de religião falávamos de Sodoma e Gomorra e todos começaram a dizer como os homossexuais eram pessoas ruins e que a homossexualidade era um pecado, então eu disse ao professor que minha mãe era lésbica e perguntei: “Mas o senhor não acha que essas pessoas têm o direito de viver? A religião cristã diz para você amar todas as pessoas, então por que querem mandar pro inferno as pessoas homossexuais e transgênero?” (Malwina, 14 anos)

A primeira vez que eu fiquei realmente ofendido foi com um amigo meu a quem eu havia contado sobre minha mãe na escola primária. Então ele contou para uma pessoa de quem não gosto e que tem a mente muito fechada. Fiquei com muita raiva, queria discutir com ele e afrontá-lo publicamente na escola, mas minha namorada me disse que eu tinha que me acalmar porque se eu fizesse uma cena os outros pensariam que para mim isso era um problema, coisa que não é. E eu lhe dei razão. (Bartek, 19 anos)

Meus colegas sempre me perguntam sobre meus genitores. Eles me perguntam como nasci e de onde é minha mãe, porque todos têm uma. Sempre tenho que explicar o quanto meus pais me quiseram e me procuraram. Eles cruzaram o oceano para encontrar minha mãe e ela me dar à luz. Queria que isso fosse explicado em aula, assim parariam de me perguntar. (Aitor, 11 anos, filho de dois pais, nascido com gestação solidária)

Como filha de uma pessoa transgênero, aprendi muito sobre a vida e agora tenho uma melhor compreensão da identidade e expressão de gênero. Meu pai foi um exemplo para mim, me ensinou a ser realmente quem sou, e esse exemplo ele me deu simplesmente com seu jeito por ser *si mesma*. (Marta, 29 anos, filha de pai transgênero de 56 anos)

Minha mãe se assumiu transgênero há cerca de um ano e creio que as coisas na família mudaram para melhor desde então! (Miguel, 27 anos, filho de mãe transgênero de 56 anos)

Foi uma conversa totalmente normal, mas me deu muito poder. Contar a alguém sobre o relacionamento de meu pai com um homem me deu muito poder. (Kamila, 23, filha de Piotr, 47)

Quando alguém me pergunta sobre minha família eu me escapo, pra não responder. (Arek 7 anos, filho de Dorota e Anna, ambas de 35)

Não jogo na cara, mas também não escondo. Eu disse isso apenas uma vez à minha professora, mas meus amigos e minhas amigas sabem, com certeza. Se alguém me pergunta, eu digo a verdade. No princípio, há um ano, não me sentia seguro de dizer. Mas assim que comecei a confiar nas pessoas, comecei a dizer. (Krzysztof, 15, filho de Marcela, 40)

Escolho a quem contar e a quem não, e o que dizer. Para alguns, digo isso de maneira muito improvisada, mas também posso optar por evitar dizer pra todo mundo. Se não me sinto confortável, não digo. Se eu estiver diante de um idiota, ou um superconservador, às vezes gosto de dizer coisas como “a namorada da minha mãe pensa diferente sobre isso”. Mas se trata de casos extremos, situações nas quais quero marcar um território e enfatizar que é normal para mim, e que não tem sentido fazer disso uma discussão. (Karina, 26, filha de Ida, 50)

As coisas precisam ser vistas, precisam de lugar, de espaço, precisam ser faladas, navegadas. Não se deve tratar como igual aquilo que precisa afirmação desde sua diferença, que pode inserir novidade no ser-sentir-querer de todos nós. Precisamos igualdade de direitos, liberdade e ocupação dos espaços. Precisamos a presença do diverso como passagem à diferença.

Os sistemas de ensino e de saúde são espaços heterocisnormatizados. Reconhecer as famílias LGBT+ representa uma transformação cultural relevante, mesmo que a temática LGBT+ já esteja no debate educacional e sanitário. A escola ou a UBS são para todas e quaisquer famílias, seu relacionamento não pode ser moral. A educação e a saúde são espaços que vem sendo ocupados ou que precisam ser ocupados pelas famílias LGBT+. Esta relação precisa ser reconhecida para além de autorizada, sair desse espaço de autorização, de esperar que sejam “autorizados a ocupar”. A genitorialidade está aí, existe, não é evitável, exatamente como em todos os seres vivos, como na perseverança da vida: nascer, reproduzir, morrer.

UM NAVEGAR EXPLORATÓRIO DESCRITIVO PELAS EROSÕES E ENROCAMENTOS

Se existem os territórios, existem as águas marginais. E todos os territórios se desterritorializarão, o que desencadeia processos de reterritorialização, dando conta de territórios vivos. Contudo, do mesmo modo como podemos escolher as zonas costeiras para processo de ressingularização, outros haverá na luta pela contenção das erosões e seus processos ressingularizadores, contrários aos territórios vivos. Nesse caso providenciam “obras de contenção”. Essas obras de contenção, podem funcionar como “enrocamentos”, isto é, construções com o objetivo de proteger as zonas de fronteira do ataque frontal das ondas. São construções próximas ao mar que apresentam o “inconveniente” de impedir as trocas de areia entre território, zona costeira e águas marginais, chegando a reduzir a largura da praia e, portanto, reduzir a oportunidade do caminhar na praia, excluem o caminhar atento e sensível às rochas, areias, cascalhos e conchas. O enrocamento é o quebra-mar ou a proteção contra a erosão das ondas.

Seguindo uma metodologia exploratória descritiva, esta pesquisa se propôs a cercar e clarificar a “enunciação de um problema”, trazendo um tema ao campo científico, sem pretensão de qualquer tipo de resposta. O tema não estava posto e suas perguntas não eram evidentes. Constrói-se um problema identificando-o, indicando-o e desenhando-o. Assim, conforme sugeriam Fabiano Maury Raupp e Ilse Maria Beuren, buscou-se ensinar conhecer com maior profundidade um assunto, “de modo a torná-lo mais claro ou construir questões importantes” para a condução de uma pesquisa ou construção de um campo de pesquisa (RAUPP; BEUREN, 2006, p. 80).

O objetivo foi “explorar” um campo reflexivo ou pragmático ao pensamento, isto é, colocar uma questão em cena. A questão é portadora de sentidos éticos, políticos e estéticos que levam a refletir sobre práticas educacionais e sanitárias, abrangendo escolas (educação infantil e educação básica), serviços de atenção básica em saúde (estratégia saúde da família) e formação de profissionais universitários nas áreas da saúde, psicologia e licenciaturas. A intenção foi construir maior familiaridade com *uma* situação-problema (genitores/famílias LGBT), forjando “hipo-teses”, isto é, argumentos, temas para análise e perguntas para a problematização de uma realidade e contexto contemporâneos.

Raupp e Beuren (2006) assinalam como finalidades primordiais da pesquisa exploratória que ela proporciona “maiores informações sobre o assunto que se vai investigar”; facilita a “delimitação de um tema à pesquisa”; orienta a “fixação de objetivos e a formulação de hipóteses”; e permite “descobrir um novo tipo de enfoque sobre um assunto” (p. 80). Com esta metodologia, perscrutamos exploratoriamente (caminhamos pela praia...) o assunto nas mídias e em conversas interessadas para, então, a posteriori, em estudos da Linha de Pesquisa, aprofundá-lo e ensejar pesquisas sistematizadas que envolvam ação, intervenção, formação e colaboração, utilizando autores, movimentos e redes interinstitucionais para uma explanação crítica e científica sobre o tema.

A pesquisa exploratória visa a uma maior familiaridade do pesquisador com o tema, que pode ser construído com base em hipóteses, intuições e, em nosso caso, desafios éticos e políticos em processos inclusivos. Os assuntos das pesquisas exploratórias, geralmente, são pouco conhecidos e, por isto, este tipo de pesquisa costuma envolver levantamentos, exemplos, construção de perguntas, configuração de cenários, provocações em arco de ações interinstitucionais e intersetoriais. Interessa a gênese de um pensamento que se desdobre em práticas ético-estético-políticas. Esta pesquisa exploratória envolveu: busca nas mídias de massa e científicas; conversas e entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado; e recolhimento de exemplos selecionados de diversas mídias e interações, tendo em vista estimular entendimentos e compreensões.

Nossa pesquisa encontrou na “NETnografia” uma ferramenta para reconhecer um território de busca acessível, bem como para descobrir questões e vivências frente ao tema. A netnografia vem sendo bastante utilizada ao entendermos que os diversos espaços cibernéticos vêm oferecendo um vasto campo de contato com a cultura, com os discursos e relatos de experiências. Espaços como sites e redes sociais produzem conteúdo, científico ou não, reportagens, discussões, comunidades, debates, informações, desinformações e tantos outros conteúdos que podem ser acessados com cada vez mais facilidade, ao alcance de um celular, produzindo assim uma grande rede de produção de conhecimento, seja este conhecimento qual for.

Conforme destacado por Virgínia Bentes Pinto, Casemiro Silva Neto, Maria de Fátima Costa, Fabíola Maria Pereira Bezerra, Heliomar Cavati Sobrinho e Maria do Rosário

Fátima Cysme (PINTO *et al.*, 2007) “as chamadas tecnologias da informação e da comunicação se fazem presentes em todos os campos do conhecimento desestruturando, entre outros, a ordem tradicional na lógica de produção, disseminação e uso de informações e de conhecimentos”, justamente por isso, “provocando mudanças nas formas de pensar essa realidade” (p. 1). Os autores asseveram que “as pesquisas e buscas de informação nas unidades de documentação, antes territorializadas, também foram tocadas profundamente pelas invenções tecnológicas”. Essas invenções, conforme sinalizam, “trouxeram outros modos de construção investigatória no ciberespaço, e, mais uma vez, originaram novos conceitos ou ressignificaram os antigos” (p. 1). O ciberespaço se configuraria, então, como um novo local a se realizar pesquisa, não só no uso das ferramentas de busca, mas também como espaço a se pesquisar, a se perceber como vasto campo de produção de conteúdo, interação e cultura.

Esta pesquisa não só reconhece o ciberespaço como uma fonte potente à produção de conhecimento, mas, principalmente, como um espaço de produção de cultura: saberes, dizeres, desejos, opiniões, reflexões, descobertas, informações, trocas, encontros, ataques, críticas, projeções, preconceitos, discriminações, exaltações, opressões, liberdades. A Internet em todas as suas camadas oferece tudo. Do tolerado ao intolerante. Do autorizado ao proibido. Do revelado ao desejado. Do oprimido ao opressor. É indiscutível o quanto o ciberespaço tem sido, quase que exclusivamente, o espaço onde as pessoas buscam conhecimento. Reportagens, artigos, vídeos, podcasts, posts. Os sites de buscas, reconhecidos como plataformas científicas ou não, tem sido a principal ferramenta de busca de conhecimento. É indiscutível, então, o quando estes espaços são produtores de conhecimento, formadores de opinião, produtores de preconceitos e formadores de discriminação.

Percebe-se, cada vez mais, que nossa cultura e nossa sociedade se desenvolvem por meio e através das redes. Redes, tramas, conexões. Ressaltamos a potência que o ciberespaço tem em produzir cultura, discursos e comportamentos. Muito se busca nas redes. Muito se encontra nas redes. Muito se aprende nas redes. Muito se vive e se morre nas redes. Tudo se encontra nas redes. Tudo existe nas redes, seja pelo que se encontra ou pelo que não se encontra. A invisibilidade mostra. O silenciar mostra. O explícito e o implícito se mostram. Neste navegar cibernético, netnografando espaços e conteúdos, encontramos ditos e não ditos.

O que se discute sobre genitorialidade LGBT+? O que se produz sobre pais e mães LGBT+? O que se conversa sobre famílias LGBT+? O que se encontra sobre ser mãe/pai LGBT+ na educação escolar e atenção básica à saúde? No que diz respeito às questões éticas que envolvem uma pesquisa, esta se fez a partir da coleta de dados pré-existentes em diversos dispositivos de mídias sociais e acadêmicas. Foram coletados dados, exemplos de casos, informações e situações de sites, plataformas de busca on-line, plataformas de dados científicos e acadêmicos, mídias sociais e redes de conversas.

Neste sentido, a presente pesquisa não ofereceu qualquer risco a pessoas, pois o material coletado e analisado não foi oriundo de informações obtidas de forma íntima nem confidencial. Os dados estão disponibilizados, por vezes pelas próprias pessoas, sob possibilidade de acesso de toda população. A pesquisa se ampara na resolução nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2016), que aponta em seu parágrafo único do artigo 1º situações em que uma pesquisa não precisará ser registrada ou avaliada pelo sistema Conselhos de Ética em Pesquisa/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), a partir dos seguintes incisos:

- [...]
- II. pesquisa que utilize informações de acesso público, nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011;
- III. pesquisa que utilize informações de domínio público;
- [...]
- V. pesquisa com bancos de dados, cujas informações são agregadas, sem possibilidade de identificação individual;
- [...]
- VII. pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito;
- [...]

Esta pesquisa se faz de forma ética, promovendo cuidado com os dados e sua análise. Objetivando enunciar uma situação problema e entendendo a urgência em formular uma pergunta de pesquisa em diversos contextos sociais atuais. Este pesquisar se deu de forma a respeitar os informantes e a preservar dados necessários de preservar.

A busca por enunciar uma situações-problema se deu em dois campos: o campo da mídia acadêmica e o campo das mídias sociais. Nos sites acadêmicos buscou-se encontrar artigos que falassem sobre genitorialidade e sobre parentalidade LGBT+. Nesses, produziu-se uma busca por meio das palavras-chave genitorialidade e parentalidade, que

de alguma forma estivessem associadas à população LGBT+ (independente da sigla utilizada). A partir destes achados, identificou-se aqueles materiais que tratassem de forma específica das famílias LGBT+, pessoas LGBT+ com filhos e filhas. Em sites e mídias sociais (Google, Twitter, Instagram e Youtube) se fez a busca a partir das mesmas palavras-chave e contexto, pessoas LGBT+ com filhos e filhas. Em ambos os casos interessa separar as condições de contato/relações com a educação básica (escolas) e atenção básica (saúde da família). Nos dois casos se objetivou identificar a existência desta discussão e nada mais que fazer emergir uma situação-problema à pesquisa científica sistemática.

Processos costeiros: caminhando livremente pela linha da costa

Definitivamente, a Internet é uma grande fossa oceânica impossível de se explorar completamente. Além de infinita, a Internet é incrivelmente dinâmica e veloz. Os conteúdos surgem aos milhares, em segundos. A produção, seja ela qual for, é feroz. A vida e a morte pulsam no ciberespaço. Nesse “cyberoceano”, nosso objetivo netnográfico foi encontrar conteúdos, em diversas plataformas, sobre a genitorialidade LGBT+. A um primeiro olhar, mais delimitado, confirmou-se o que imaginávamos. Mas, ampliando um pouco este mergulho, encontramos mais do que esperávamos.

Eleveu-se o que se considera hoje os principais dispositivos de pesquisa/criação/troca de conteúdo: Google, YouTube, Twitter, Instagram, SciELO, Periódicos CAPES e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), pois entendemos que estes espaços são grandes responsáveis pela produção de cultura atualmente. A partir da identificação destes ambientes, precisou-se de alguns filtros para limitar a pesquisa: conteúdos brasileiros (produzidos no Brasil em língua portuguesa) no último ano. Esta delimitação visou encontrar conteúdos mais atuais, produzidos e pensados por situações e pessoas brasileiras que, estando em língua portuguesa, oferecem acesso mais facilitado a mais pessoas da população.

A partir desta proposta de mergulho mais detalhada, elegemos palavras/expressões chave a serem colocadas nos sistemas de busca desses ambientes a

fim de descobrir quantos ou quais conteúdos ali se encontravam. “Genitorialidade” foi a principal palavra a se buscar, sendo o grande objetivo de discussão desta pesquisa. Entretanto, entendendo a baixa probabilidade de encontrar materiais sobre genitorialidade e a possibilidade de que outras palavras/expressões estivessem associadas a este conteúdo, buscamos materiais por meio das palavras/expressões: “Parentalidade”, “Homoparentalidade” e “Família”. A estas palavras foram associadas as palavras/expressões: “LGBT” ou “Lésbica” ou “Gay” ou “Bissexual” ou “Transexual” ou “Travesti” ou “Transgênero” ou “Homossexual” ou “Homoafetiva”, também em associação com as palavras “Educação” e/ou “Saúde”. Assim, em cada um dos ambientes virtuais foi feita uma busca utilizando estas palavras e a junção delas, visando a identificar conteúdos que falassem, direta ou indiretamente, sobre a genitorialidade LGBTQ+ e sua vivência/presença com/em espaços de saúde (atenção básica/saúde da família) e educação (educação infantil e educação básica).

A pesquisa envolveu explorar:

1. Se e o que se fala sobre Genitorialidade;
2. Se há relação entre Genitorialidade e população LGBTQ+;
3. O que se fala sobre Parentalidade/Família LGBTQ+, Parentalidade/Família Homoafetiva e/ou Homossexual e/ou Homoparentalidade;
4. A relação destas configurações familiares com os espaços de saúde e/ou educação;
5. Se ou como se associam as vivências da genitorialidade, parentalidade e homoparentalidade às pessoas transexuais e travestis.

Vale ressaltar que essa proposta é de cunho qualitativo, visando **explorar** e **descrever**, mas explicitamente “tematizar” uma situação-problema à investigação: a genitorialidade LGBTQ+. Ao ampliarmos a busca para além dos limites iniciais, muitos foram os conteúdos encontrados: sites jornalísticos, religiosos, de venda de livros, de artigos científicos, páginas institucionais, páginas pessoais, conteúdos desenvolvidos por profissionais ou grupos/instituições etc. Encontrar conteúdos diversos (independentes) interessa à exploração, pois entendemos que todo esse conteúdo é e/ou será acessado pelo grande público e, independente da preocupação ética para sua construção, este material produzirá discursos, opiniões e cultura.

Arquivos de vídeo e áudio se tornaram mais complexos, já que a busca não identifica a presença dessas palavras no conteúdo audiovisual. Entretanto, muitos destes materiais possuem títulos, descrições, resumos ou comentários que apresentam, de forma interessante, as expressões buscadas e, assim, puderam ser melhor percebidos. Até porque, é desta forma que o grande público acessa tais materiais.

Certamente, cada um desses ambientes virtuais, com cada uma dessas palavras/expressões ou junção delas, merece uma pesquisa mais detalhada. Parte dos resultados com palavras associadas identificaram a palavra em parte da página do site, em áreas que não estavam vinculadas a um texto: alguns resultados apresentaram uma mesma página com diversos conteúdos, por isso as palavras “LGBT” e “saúde”, por vezes, foram identificadas pela busca, mas não estavam presentes no mesmo texto/discussão. A palavra saúde, em especial, esteve presente de formas variadas: na identificação de algum setor público/privado, como Sistema Único de Saúde; na identificação da revista em caso de artigos; e/ou reconhecendo os cuidados em saúde com a mãe progenitora. Alguns artigos apresentaram uma ou outra palavra apenas nas referências. Em muitos casos, a associação de palavras não encontrou, necessariamente, uma associação de ideias ou discussão.

LINHA DA COSTA: livre caminhar netnográfico

GENITORIALIDADE	Google	YouTube	Twitter	Instagram	SciELO	CAPES	BVS
	1	1	0	1	0	0	0
LGBT	1	1	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	1	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	1	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	1	0	0	0	0	0	0
Lésbica	1	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Gay	1	1	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Bissexual	1	1	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0

Transexual	1	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Travesti	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Transgênero	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Homoafetiva	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
Homossexual	1	1	0	0	0	0	0
<i>Educação</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: do autor.

PARENTALIDADE	Google	YouTube	Twitter	Instagram	SciELO	CAPES	BVS
	13600	< 100	87	sim	4	42	32
LGBT	479	9	5	sim	0	0	1
<i>Educação</i>	403	1	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	471	2	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	431	1	0	não	0	0	0
Lésbica	181	2	0	não	0	1	1
<i>Educação</i>	106	1	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	156	1	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	131	1	0	não	0	0	0
Gay	624	18	2	não	0	1	1
<i>Educação</i>	294	2	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	354	3	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	283	1	0	não	0	0	0
Bissexual	299	10	3	não	0	0	1
<i>Educação</i>	193	1	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	339	4	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	169	1	0	não	0	0	0
Transexual/Trans	481	2	12 (trans)	não	0	0	0
<i>Educação</i>	172	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	179	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	197	0	0	não	0	0	0

Travesti	436	1	1	não	0	0	0
<i>Educação</i>	404	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	371	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	236	0	0	não	0	0	0
Transgênero	7	0	1	sim	0	0	0
<i>Educação</i>	5	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	7	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	5	0	0	não	0	0	0
Homoafetiva	1020	9	2	sim	0	0	0
<i>Educação</i>	1110	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	705	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	716	0	0	não	0	0	0
Homossexual	653	5	3	sim	0	0	1
<i>Educação</i>	196	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	243	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	456	0	0	não	0	0	0

Fonte: do autor.

HOMOPARENTALIDADE	Google	YouTube	Twitter	Instagram	SciELO	CAPES	BVS
	460	29	5	sim	0	2	0
<i>Educação</i>	293	2	0	sim	0	2	0
<i>Saúde</i>	334	1	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	269	1	0	não	0	0	0
LGBT	115	0	2	sim	0	0	0
<i>Educação</i>	105	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	111	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	101	0	0	não	0	0	0
Lésbica	56	1	0	sim	0	0	0
<i>Educação</i>	8	1	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	7	1	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	6	1	0	não	0	0	0
Gay	292	0	0	não	0	0	0
<i>Educação</i>	250	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	240	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	169	0	0	não	0	0	0
Bissexual	149	0	0	não	0	0	0
<i>Educação</i>	127	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	105	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	10	0	0	não	0	0	0
Transexual	63	0	0	não	0	0	0
<i>Educação</i>	9	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	9	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	8	0	0	não	0	0	0

Travesti	50	0	0	não	0	0	0
<i>Educação</i>	10	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	10	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	10	0	0	não	0	0	0
Transgênero	2	1	0	não	0	0	0
<i>Educação</i>	2	0	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	2	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	2	0	0	não	0	0	0
Homoafetiva	145	1	0	não	0	1	0
<i>Educação</i>	80	0	0	não	0	1	0
<i>Saúde</i>	178	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	145	0	0	não	0	0	0
Homossexual	529	2	0	não	0	1	0
<i>Educação</i>	394	1	0	não	0	1	0
<i>Saúde</i>	372	0	0	não	0	0	0
<i>Educação + Saúde</i>	581	0	0	não	0	0	0

Fonte: do autor.

FAMÍLIA	Google	YouTube	Twitter	Instagram	SciELO	CAPES	BVS
	<104000000	milhares	milhares	sim	129	1860	795
LGBT	106000	< 100	89	sim	1	13	3
<i>Educação</i>	74300	< 50	33	sim	1	1	0
<i>Saúde</i>	83500	< 50	39	sim	1	4	2
<i>Educação + Saúde</i>	75800	34	2	sim	1	1	0
Lésbica	35700	< 50	107	sim	0	9	3
<i>Educação</i>	9150	40	7	sim	0	3	0
<i>Saúde</i>	11000	< 50	13	sim	0	4	2
<i>Educação + Saúde</i>	5880	10	2	não	0	0	0
Gay	232000	< 50	98	sim	1	6	4
<i>Educação</i>	48800	< 50	93	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	66200	< 50	74	não	1	4	3
<i>Educação + Saúde</i>	52800	45	14	não	0	0	0
Bissexual	32500	<50	91	sim	0	4	3
<i>Educação</i>	10400	44	2	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	5710	< 50	6	não	0	4	2
<i>Educação + Saúde</i>	7940	11	0	não	0	0	0
Transexual	19500	< 50	80	sim	0	6	0
<i>Educação</i>	6110	< 50	0	não	0	0	0
<i>Saúde</i>	8650	< 50	1	não	0	5	0
<i>Educação + Saúde</i>	6700	18	0	não	0	0	0
Travesti	106000	< 50	70	não	0	6	0
<i>Educação</i>	10300	< 50	2	não	0	1	0
<i>Saúde</i>	14300	< 50	4	não	0	4	0
<i>Educação + Saúde</i>	10800	24	1	não	0	0	0

Transgênero	21900	< 50	93	sim	1	4	0
Educação	14200	27	1	não	0	1	0
Saúde	13400	< 50	2	não	1	2	0
Educação + Saúde	11600	11	0	não	0	0	0
Homoafetiva	16400	< 50	89	sim	0	9	0
Educação	9090	35	3	sim	0	1	0
Saúde	11100	< 50	2	sim	0	1	0
Educação + Saúde	7300	6	1	não	0	0	0
Homossexual	39300	< 50	96	sim	0	8	4
Educação	9390	43	14	não	0	0	0
Saúde	15400	< 50	2	não	0	3	3
Educação + Saúde	8760	12	0	não	0	0	0

Fonte: do autor.

Caminhando pela praia: encontrando famílias LGBT+

Como primeiro objetivo, descobrir “se e o que se fala sobre Genitorialidade”, principalmente, dentro do último ano em conteúdos brasileiros em português, nos confirma a hipótese inicial: no último ano, nada ou quase nada se fala sobre genitorialidade. A plataforma de pesquisa Google aponta apenas um resultado e este se refere ao projeto que originou esta dissertação: “Genitorialidade LGBT+ na escola: navegando em águas marginais”. O título aparece no site “escavador”, uma ferramenta/site que compila materiais públicos, desde processos/documentos jurídicos até referências capturadas dos currículos constantes da Plataforma Lattes. Neste aspecto, o site identifica o título do projeto nos currículos acadêmicos dos profissionais que compuseram a banca de defesa do projeto, bem como do autor e do orientador do mesmo. Assim, pela plataforma Google, todos os resultados obtidos, mesmo a partir de algumas associações de palavras, referem-se ao projeto desta pesquisa. Contudo, buscando verificar se a expressão genitorialidade habitava o *cyberoceano*, optamos por retirar o período do filtro de busca, desvelando-se uma interessante surpresa.

Diferentemente do que se imaginava, em período progresso ao último ano, esta pesquisa encontrou a palavra Genitorialidade bastante presente em muitos materiais.

Mesmo não sendo uma expressão oficial da língua portuguesa brasileira, encontrou-se um número significativo de discussões que a utilizam, especialmente, na plataforma de pesquisa Google, onde se obteve, aproximadamente, 172 resultados. Desde sites com função de dicionário até sites que referem movimentos políticos europeus (onde esta palavra possui mais presença, especialmente remetida ao uso da palavra na Itália), a expressão vai ganhando contornos e perspectivas distintas nos campos jurídico, social, religioso e político.

O site Dicionário Informal, que se apresenta como “dicionário de português gratuito para Internet, onde as palavras são definidas pelos usuários”, em parceria com o Grupo UOL, dentro de sua proposta, traz uma “definição” para a palavra genitorialidade e também um exemplo bastante curioso ao associar o termo à homossexualidade (DICIONÁRIO INFORMAL, 2014). A definição/comentário aponta uma possível compreensão/acusação da “genitorialidade reprodutiva” em contraste com a “dignidade da filiação” a partir de um viés tecnológico assistencial (a reprodução assistida). Já o exemplo de uso da expressão destaca a genitorialidade homossexual como fato excepcional, como o seria a clonagem humana. A genitorialidade homossexual não seria uma “união de fato”, como no casal heterossexual:

Significado de Genitorialidade:

A finalidade “reprodutiva”, mediante a substituição técnica da genitorialidade responsável, está em contraste com a dignidade da filiação.

Exemplo do uso da palavra Genitorialidade:

“...as uniões de fato, mas também as uniões e a genitorialidade homossexual...” (DICIONÁRIO INFORMAL, 2014)

Encontramos a fonte do Dicionário Informal: o portal Santa Sé (a jurisdição eclesiástica da Igreja Católica no mundo) em português. Neste portal havia uma aba para o Pontifício Conselho para a Família. Esta aba informa que, em 2016, “o Pontifício Conselho para a Família cessou a suas atividades. Suas competências e funções foram assumidas pelo Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida”. Contudo, resta disponível o artigo denominado “Clonagem: desaparecimento da progénie e negação da família”, correspondente às “reflexões do Cardeal Alfonso López Trujillo”, de 8 de agosto de 2003:

A preocupante possibilidade de clonagem de seres humanos com a finalidade “reprodutiva”, mediante a substituição técnica da genitorialidade responsável, está em contraste com a dignidade da filiação. Ainda mais preocupantes são os pedidos prementes, feitos

por grupos de investigação, de legalizar a clonagem com a finalidade de submeter embriões humanos “produzidos” com manipulações e experimentações, para os destruir. Esta situação evidencia uma grave deterioração, quer do reconhecimento da dignidade da vida e da procriação humana, quer da consciência de como é insubstituível e fundamental o papel da família para o homem, e de como é fundamental o seu valor para toda a humanidade (TRUJILLO, 2003, n.p.)¹⁰

A busca pela palavra genitorialidade nos levou também ao site do Instituto Humanitas Unisinos (IHU), um instituto vinculado à Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que se apresenta com o objetivo de “apontar novas questões e buscar respostas para os grandes desafios de nossa época, a partir da visão do humanismo social cristão, participando, ativa e ousadamente, do debate cultural em que se configura a sociedade do futuro”. Em uma matéria/reportagem, intitulada “Parlamento Europeu reconhece o direito das famílias gays”. A palavra genitorialidade surge no texto, que é a tradução de uma reportagem do jornal italiano La Stampa:

Uma frase pesada, não só para o burocratês com o qual foi escrita: “A partir do momento em que a composição e a definição das famílias evoluem ao longo do tempo, o Parlamento Europeu recomenda que as normativas em âmbito familiar e de trabalho se tornem mais completas no que diz respeito às famílias monoparentais e à genitorialidade LGBT”. Tudo aqui, mas é o suficiente. É o suficiente para registrar, embora o apelo faça parte de um documento não vinculante, em que a maioria dos deputados de Estrasburgo reconhece a existência de núcleos formados por pessoas do mesmo sexo. E é o suficiente para provocar a reação daqueles que defendem o casal “tradicional” que, pela terceira vez, vê a assembleia comunitária votar o desejo de uma ampliação de horizontes. (ZATTERIN, 2015)

O material em si não sugere comentários acerca da genitorialidade, mas um ponto nos chama a atenção: um site brasileiro com viés e vínculo católico reporta, já em 2015, a discussão sobre genitorialidade LGBT+. O que não surpreende é que se esteja trazendo o conteúdo de um jornal italiano e a questão discutida na Europa, o que a presente pesquisa já fez submergir, mas algo surpreende: o material traduzido para o português, como sugere a própria página do IHU, não traduziu a palavra “genitorialità” como parentalidade, que seria o mais comum, usou genitorialidade. Parece que, de alguma maneira, se atribuiu singularidade (ou novidade) à palavra (águas marginais?).

O site Baby Center, de um grupo com diversas plataformas pelo mundo que oferece

¹⁰ A data de publicação do artigo do Cardeal Trujillo foi encontrada no site Linguee: Dicionário alemão-português e buscador de traduções, cujo texto foi usado para exemplificar o uso da palavra “negação” (<https://www.linguee.com.br/alemao-portugues/traducao/negierung.html>).

espaços para debates, discussões e grupos com o objetivo de “contribuir para um mundo de gestações saudáveis, crianças com condições de desenvolver todo o seu potencial e mães e pais confiantes”, se reconhece no Brasil como “a principal plataforma sobre gestação e bebês no país”. Neste portal, a palavra genitorialidade aparece em um comentário de um “desabafo”. Se percebe que a palavra genitorialidade inserida no comentário/desabafo ocorre em um contexto heterocisnormativo de discussão das relações e realidades familiares sem inclusão LGBT+. Um/uma internauta comenta uma situação/desabafo sobre pais/mães que não deixam os filhos/filhas terem decisões próprias, ao que uma pessoa comenta:

Aqui eu vivo o outro lado da moeda, pais que não sabem exercer a genitorialidade, é o filho que decide tudo, o que vai comer, quando vai comer, aonde vão passear, e também é um pesadelo! (BABYCENTER BRASIL, 2022)

O portal “No Amazonas é assim”, dedica-se a informar “as principais notícias de Manaus, do Amazonas e do Brasil”, trazendo “infoentretenimento”, apresentando-se como “o portal de notícias e entretenimento do Amazonas”. A busca encontrou uma reportagem intitulada “Prefeitura de Tefé apresenta projeto no 9º Seminário Internacional na Itália”. Junto da chamada, este recorte:

A 9ª edição do Seminário Internacional do Laboratório Ítalo-Brasileiro de Formação está dividido em seminários e oficinas temáticas/experienciais dedicadas: ao *Projeto Estratégico “RER-SUS – Cuidados Intermediário: encontros e transferência de instrumentos de gestão entre Itália e Brasil”*; *workshops experimentais – “As praças”* para o intercâmbio ativo de práticas dedicadas ao “trabalho de proximidade”; *estudos temáticos aprofundados* sobre aspectos de interesse comum como o fenômeno migratório e o sistema de saúde e de serviços sociais, estratégias para o envelhecimento ativo, as transformações necessárias dos serviços territoriais e de proximidade dedicados ao apoio à família, à afetividade e à genitorialidade (NO AMAZONAS É ASSIM, 2020).

O recorte se reporta aos desdobramentos da pesquisa europeia sediada na Universidade de Verona “Genitorialità LGBT+”, destacando a colaboração entre Brasil e Itália. A palavra genitorialidade surge como transposição semântica, uma vez que já se encontrava em outras traduções do italiano para o português brasileiro, como citado acima.

No cyberoceano, encontramos ainda a palavra genitorialidade em um artigo intitulado “O sínodo da família: da Relatio Synodi ao Instrumentum Laboris”, de autoria de Edson Adolfo Deretti, publicado na revista Encontros Teológicos, da Faculdade Católica

de Santa Catarina (FACASC). Nesse artigo, Deretti discute o percurso “desde o Relatório do Sínodo de 2014 ao Documento preparatório do Sínodo de 2015” e suas percepções quanto ao entendimento e desenvolvimentos da Igreja Católica acerca da instituição família e os desafios da igreja. No recorte em que aparece a palavra genitorialidade, por meio de um apontamento, surge a clara e contínua associação da paternidade/maternidade com fatores biológicos e o discurso heterocisnormativo acerca da constituição familiar enunciada pela Santa Sé:

[...]Além disso, fazem-se acenos aos desafios provenientes da revolução biotecnológica, à possibilidade de separar a procriação da relação sexual entre um homem e uma mulher e à tendência a considerar a vida humana e a genitorialidade, realidades sujeitas aos desejos pessoais (DERETTI, 2016, p. 19).

O que chama a atenção nesse resultado é o quanto a palavra genitorialidade está presente em fontes ligadas ao catolicismo. São sites institucionais vinculados ao catolicismo que trazem a palavra genitorialidade junto às discussões sobre família e a perspectiva religiosa. Nessas discussões, seja pelos próprios documentos desenvolvidos pela Igreja Católica ou pela vasta escrita produzida nas redes a partir deles, percebe-se uma questão bastante significativa: a genitorialidade está associada à constituição da relação mãe/pai-filhos/filhas a partir dos aspectos biológicos/fisiológicos/genéticos.

No portal “O Fiel Católico” encontramos outra vez a palavra genitorialidade. O portal pertence à Fraternidade Laical São Próspero, sediada em Santa Catarina: “um grupo de leigos fiéis católicos dirigido pelo professor e jornalista Henrique Sebastião e orientados por santos sacerdotes” que aponta como missão e objetivo “a evangelização por meio da formação, com a catequese e a defesa e propagação da verdadeira Fé, da espiritualidade e da sã e imutável Doutrina da Igreja de Cristo”. A página identificada pela busca traz “Considerações sobre o Sínodo Ordinário dos Bispos sobre a Família (2015)”, onde se discute o ser família a partir de conceitos religiosos conservadores embasados na lógica heterocisnormativa:

O crescente individualismo leva a confundir os confins de instituições fundamentais como o matrimônio e a família, enquanto a sociedade consumista separa sexualidade e procriação, tornando a vida humana e a genitorialidade “realidades componíveis e decomponíveis” (O FIEL CATÓLICO, 2015).

Em uma entidade religiosa conservadora, a Editora Cléofas, sediada em Lorena-SP, a palavra genitorialidade aparece. A editora diz ter como missão “levar às pessoas o

melhor da literatura católica”. A página encontrada apresenta o resumo de um artigo publicado por Abelardo Lobato Casado, onde ele discorre sobre procriação, aspectos biológicos, a tarefa dos pais e a formação da pessoa à imagem de Deus. Nessa página, especificamente, a palavra genitorialidade surge como “palavra-chave”. O resumo associa a genitorialidade à procriação (uma realidade biológica, educativa e ética, um evento social e cristão):

O conceito de pessoa é uma das maiores contribuições que a reflexão teológica deu para a filosofia, o direito e a educação. Contudo, muitas vezes tende-se a separar os aspectos biológicos de outros aspectos que participam da magnífica realidade da procriação humana. A procriação, com enorme empobrecimento, é então entendida como um termo somente biológico. Isso acontece na base de uma antropologia unidimensional redutiva, que perdeu a concepção da riqueza ontológica da pessoa. A procriação não é só uma realidade biológica: é também uma realidade educativa e ética, um evento social e cristão. Com o nascimento da criança, a procriação continua na tarefa educativa dos pais: uma geração integral da pessoa. A tarefa dos pais exprime-se na procriação integral dos filhos, na formação da pessoa, imagem de Deus (CLEOFAS, 2011).

A Comissão Arquidiocesana de Iniciação à Vida Cristã (CAIVIC) disponibiliza em seu blog um texto sobre “Família, pessoa e sociedade”, tendo em vista o Encontro de Formação Arquidiocesano para Catequistas. Esta comissão está vinculada à Arquidiocese de Niterói-RJ e organiza o blog com o fim de “levar até vocês o que a nossa querida Igreja nos orienta a respeito da Iniciação à Vida Cristã”. A “iniciação para a vida cristã” é desenvolvida por meio da Catequese, isto é, por meio de encontros com formato de aulas oferecidos para crianças e adolescentes nascidos de famílias cristãs católicas. E as filhas e os filhos de pessoas LGBT+, caso se identifiquem com a religião Católica, têm espaço na catequese? No material encontrado, a palavra genitorialidade segue relacionada à paternidade (homens pais) e maternidade (mulheres mães) a partir dos preceitos católicos conservadores.

É frisada com muita frequência a necessidade de uma pastoral familiar que tenha como objetivo uma formação constante e sistemática acerca do valor do matrimônio como vocação, da redescoberta da genitorialidade (paternidade e maternidade) como dom (CAIVIC, 2015).

No que diz respeito às plataformas científicas, percebe-se que a palavra Genitorialidade está pouco ou nada presente em conteúdos acadêmicos ou científicos: sem resultados encontrados nas plataformas SciELO, CAPES ou BVS no último ano, o que reforça o desejo desta pesquisa, de tematizar a genitorialidade LGBT+ e produzir maior compreensão e entendimento. Os únicos dois materiais acadêmicos encontrados para

períodos anteriores ao último ano estavam disponíveis na plataforma Google, sendo uma monografia de conclusão de curso de graduação e um artigo. A monografia intitulada “Reprodução humana assistida: aspectos bioéticos e jurídicos”, de Luiza Bonatto, graduanda em direito na Universidade Federal de Rio Grande (BONATTO, 2014) foi encontrado a partir das associações: “Genitorialidade” + “Homoafetiva” + “Saúde” e “Genitorialidade” + “Homoafetiva” + “Educação” + “Saúde”:

Neste sentido inclusive, a autora Anna de Moraes Salles Beraldo faz importante diferenciação entre genitorialidade e paternidade, sendo a primeira relação configurada no provimento de material genético para a concepção, enquanto a segunda é a relação instaurada no estabelecimento de um vínculo de parentesco (BONATTO, 2014, p. 39).

O artigo intitulado “Feminismo, identidades de gênero e sexologia”, de Suelma Souza Moraes e Aureliano Pacciola, pesquisadores em ciências da religião (MORAES; PACCIOLA, 2015) foi encontrado a partir das associações “Genitorialidade” + “LGBT” + “Saúde”, “Genitorialidade” + “Homossexual” + “Saúde”, “Genitorialidade” + “LGBT” + “Educação”, “Genitorialidade” + “Homossexual” + “Educação”, “Genitorialidade” + “Homoafetiva” + “Educação”, “Genitorialidade” + “LGBT” + “Educação” + “Saúde” e “Genitorialidade” + “Homossexual” + “Educação” + “Saúde”:

A segunda questão muito recente é aquela ligada à genitorialidade gay e lésbica, ou também indicada como "homogenitorialidade". A pergunta para a qual necessitaria dar uma resposta motivada e sustentada por evidências científicas é a seguinte: um genitor homossexual tem a capacidade de ser genitor? Em primeira instância, a resposta parece simples. A partir do momento que a homossexualidade não é uma patologia, por que um homossexual não deveria ter a capacidade de ser genitor? Portanto, até prova em contrário, um homossexual também tem a capacidade de ser genitor e pode dar uma base segura como um genitor heterossexual (MORAES; PACCIOLA, 2015, p. 121-122).

A presença destes dois materiais torna-se muito interessante ao olhar desta pesquisa. Ambos datam de 2014/2015, o que revela a quanto tempo, pelo que esta busca sugere, não se inclui a genitorialidade aos trabalhos e pesquisas acadêmicas. O artigo foi também encontrado na plataforma Periódicos CAPES por busca direta pelo título, mas o texto completo não estava disponível pela plataforma, o que sugere a dificuldade de acesso ao pouco que se venha discutindo e produzindo. Vale lembrar que, enquanto um oceano de infinitas possibilidades, a Internet exige muitas cartas náuticas, bússolas, radares e tantos mais “aparelhos” para descobrirmos tanto de tudo.

Estes dois materiais apontam outras percepções: a monografia se faz a partir da graduação em Direito, direcionando a discussão a partir do campo jurídico, e o artigo está presente numa revista científica sobre Ciência e Religião. Tais questões revelam o quanto vem se discutindo o ser mãe/pai LGBT+ através dos aspectos jurídicos e religiosos, ainda que de forma científica e acadêmica. Vale ressaltar o quanto as dimensões jurídica e religiosa são fundamentais para a reconstrução e ressignificação de discursos e direitos. No entanto, percebe-se a ausência desta discussão a partir de outros campos, como educação e saúde, que dizem respeito diretamente à qualidade de vida ou às existências.

A ausência do vocábulo genitorialidade na relação pai/mãe LGBT+ pode se relacionar com sua localização como um neologismo em português, buscou-se, então, o tema por outras palavras. A intenção era encontrar materiais que discutissem esta questão. A busca se fez, então, com a palavra parentalidade. A plataforma Google apresenta milhares de resultados contendo esta palavra, algumas centenas inclusive associadas àquelas que indicam a parentalidade LGBT+. Nota-se que, conforme associada às palavras “saúde” e/ou “educação”, a busca não apresenta, diretamente, uma redução significativa dos resultados, como esperado. Entretanto, nosso mergulhar por estas águas encontrou o fato de que estas palavras não indicam, necessariamente, que o conteúdo encontrado discute a relação da pessoa LGBT+ com a paternidade/maternidade ou com os espaços públicos ou privados de educação e de saúde. Pelo contrário, a grande maioria desses materiais tende apenas a usar estas palavras, independentemente de qualquer tematização associada entre si. De forma geral, não houve um cruzamento significativo destas expressões, onde pouco se encontrou a associação das palavras que identificassem vivência paterna/materna LGBT+ com os espaços de saúde e educação, segundo a condição de mãe e/ou pai.

O próprio processo de busca apresentou um outro termo: homoparentalidade. Este termo está diretamente ligado ao processo de tornar-se pai ou mãe, por pessoas LGBT+. A plataforma Google apresenta algumas centenas de resultados, que vão decaindo às dezenas conforme a associação de palavras é inserida. Também, a leitura sobre a presença das palavras “saúde” e “educação” é a mesma: pouco se tem sobre a relação entre estes espaços e as pessoas LGBT+.

A palavra “Família” associada às palavras “LGBT” ou “Lésbica” ou “Gay” ou “Bissexual” ou “Transexual” ou “Travesti” ou “Transgênero” ou “Homoafetiva” ou “Homossexual” surgiu com o intuito de revelar conteúdos desta relação. Surpreendentemente, a busca “Família” + “LGBT” revelou mais de 100 mil resultados, a busca “Família” + “Gay” revelou mais de 230 mil resultados e a busca “Família” + “Travesti” encontrou mais de 100 mil resultados, para o ano de 2022, na plataforma Google. Também associada às demais palavras, a busca por “Família” apresentou números expressivos, variando entre 39.300 e 16.400 resultados. Este montante de resultados tão alto revela que, sem dúvida, vem se falando sobre esta configuração familiar. Entretanto, estas palavras estão presentes de diversas formas nos diversos materiais. Não se fala, necessariamente sobre mães ou pais LGBTQ+, mas principalmente sobre casamento homoafetivo, sobre filhas/filhos LGBTQ+, sobre adoção, sobre os direitos conquistados pela comunidade LGBTQ+, ou seja, sobre tantas outras questões importantíssimas que apresentam estas expressões, e, como esperado, quase nada sobre a relação dessas pessoas com os espaços de educação e saúde na condição de pais/mães (genitores LGBTQ+).

Nas demais plataformas pesquisadas, YouTube, Twitter e Instagram, os resultados são similares aos anteriores: pouco ou nada sobre Genitorialidade; muitos resultados sobre parentalidade/homoparentalidade; e uma redução significativa conforme a busca vai se associando à pessoa mãe/pai LGBTQ+ e, ainda mais, aos contextos de Saúde e Educação. Porém, ainda assim, alguns materiais merecem atenção.

No YouTube, a busca sobre Genitorialidade para materiais publicados no ano de 2022 resultou em um vídeo, intitulado “Alteração da linguagem e como a ideologia de gênero dará fim ao homem, a mulher e ao feminismo”, de Taísa Fontana, jornalista com um canal sobre catolicismo (“um pouco de vida dos Santos, História da Igreja, heresias, apologética e espiritualidade”), livros (“resenhas e indicação de leituras”) e guerra cultural (“indicação de livros clássicos da literatura e reflexões”). Segundo o canal, seu objetivo é levar “à busca da verdade, do bem e do belo por meio do conhecimento, sempre apoiada nos ombros de gigantes” (FONTANA, 2022). Seu vídeo foi publicado em 14 de junho de 2022, teve 503 visualizações em 6 meses, trazendo a resenha do Livro: “Contra o cristianismo: a ONU e a União Europeia como nova ideologia”, de Eugenia Roccella e Lucetta Sccaraffia (2014), apresentando recortes, tais como:

Quando se refere à contracepção e ao aborto o vocabulário sofre alterações linguísticas, como por exemplo: aborto é interrupção voluntária da gravidez, os termos pai e mãe, foram abandonados e substituídos por projeto parental ou genitorialidade.

Temos, então, mais um material, neste caso audiovisual, que utiliza a expressão genitorialidade em discursos religiosos, com o claro intuito de enaltecer o caráter biológico/genético na concepção de um filho/filha segundo uma relação entre um homem e uma mulher (cisgêneros e heterossexuais).

A partir do termo “Parentalidade” associado à questão “LGBT+”, no YouTube, apenas dois materiais surgiram como resultados para “publicados no último ano”: um vídeo atribuído ao perfil “Psi Uninassau” (2022), cuja descrição é “Vídeos destinados a psicologia social – Valber Sampaio”, intitulado “A psicologia com a população LGBTQIAP+”, publicado em 09 de outubro de 2022, com 101 visualizações; e um atribuído ao perfil “Instituto Gerar” (2022), intitulado “I Debate do Núcleo de Psicanálise e Relações de Gênero”, publicado em 03 de setembro de 2022, com 752 visualizações em 3 meses. O Instituto Gerar se apresenta como entidade fundada em 1999, tendo “como objetivo promover a transmissão, oferecer tratamento e desenvolver pesquisas no âmbito da perinatalidade e da parentalidade, a partir do referencial psicanalítico”.

Diante do pequeno número de resultados associados à “parentalidade LGBT+ na plataforma YouTube, decidiu-se retirar a limitação do período “último ano” das publicações, mas ainda assim os resultados foram considerados pequenos: pouco mais de 20 resultados. Apesar de pouco expressiva, esta busca trouxe materiais importantes: vídeos com conteúdos que relacionam a parentalidade LGBT+ a questões sociais, jurídicas, maternidade e famílias diversas. Estes materiais remetem à percepção trazida anteriormente: conteúdos que tratam sobre a questão da parentalidade LGBT+, mas não associadas ao ser mãe/pai e suas relações com os espaços de saúde e educação.

No Twitter, o termo “parentalidade”, para o ano de 2022, apresenta um impacto significativo de resultados, mas relacionados ao padrão heteronormativo e cisgênero: ser pai e mãe responsáveis afetiva e psicologicamente pelo desenvolvimento dos filhos e famílias heterocisnormatizadas. Ao retirar o filtro de período, o termo genitorialidade surge e um tweet chama atenção. Um tweet “inspirado”, mas o link sugerido estava indisponível. O perfil diz de uma Organização Não Governamental que trata sobre parto e

gestação frente às questões maternas e do ser mulher/mãe, também a partir do viés lésbico (ONG AMIGAS DO PARTO, 2018):



Assim como o Twitter, o Instagram oferece centenas ou milhares de contas, perfis, posts e publicações a partir do termo “Parentalidade” e, da mesma forma, a grande maioria destes materiais tende a discutir esta questão a partir das relações heterocisnormativas. Aqui, o termo “genitorialidade” apresenta apenas um resultado, mas dada a ausência de resultados nas mídias sociais, esse resultado único parece interessante. No Instagram, o resultado revela uma “hashtag”: #genitorialidadeconsciente. Esta hashtag apresenta uma única publicação: uma foto de duas crianças, de um perfil que se entende ser da mãe dessas crianças. A foto traz um texto associando o termo genitorialidade aos cuidados e responsabilidades de pais e mães com filhas/filhos. Nessa publicação não fica clara a possibilidade de essa mãe ser LGBTQ+. Nesse ambiente virtual, não surpreende a ausência de resultados para a associação entre os termos “parentalidade” + “Lésbica” ou “Gay” ou “Bissexual” ou “Transexual” ou “Travesti” devido, principalmente, aos resultados percebidos nas demais plataformas. A associação de “parentalidade” com “homossexual” ou “homoafetiva” traz, como esperado, alguns resultados. A surpresa fica por conta do resultado encontrado na associação “Parentalidade” + “Transgênero”. Aqui a busca no Instagram apresenta outra hashtag: #parentalidatransgenero. Essa hashtag nos leva a cinco publicações muito interessantes. Uma das publicações, datada de 31 de março de 2022, está associada ao perfil de Erika Novaes e faz alusão ao dia 31 de março, dia da visibilidade trans, e apresenta um texto:

Dia, portanto, de honrar e lutar pelas famílias transgênero. Mais um dia do ano em que venho dizer que estas famílias existem em suas potências e questões. Em suas especificidades e vulnerabilidades, existem! Não é possível apagá-las! Não é uma opção respeitá-las! É obrigação! E que cada vez mais, a visibilidade deste dia possa ser parte de uma transformação social tamanha que a existência destas pessoas, destas famílias, não esteja mais ameaçada (NOVAES, 2022).

Erika se apresenta como psicóloga (CRP 06.102892), arteterapeuta, facilitadora de grupos e palestrante, se diz identificada com os temas descolonização dos afetos; perinatalidade e parentalidade; sexualidade. Único resultado que apresenta uma profissional da saúde discutindo questões como sexualidade e parentalidade na relação com a comunidade LGBTQ+. Nessa publicação, refere as famílias transgênero e a luta por elas.

Passando para as plataformas de pesquisas acadêmicas, desenvolveu-se este mesmo processo de busca na SciELO, Periódicos CAPES e BVS. Com o termo “genitorialidade”, nenhum resultado foi encontrado para publicações no ano de 2022. O termo “parentalidade” resulta em algumas dezenas de materiais. Tal qual as percepções anteriores, os resultados praticamente inexistem conforme associados às expressões “LGBT” ou “Lésbica” ou “Gay” ou “Bissexual” ou “Transexual” ou “Travesti” ou “Transgênero” ou “Homoafetiva” ou “Homossexual”, e assim permanecem, por óbvio, quando associadas à “Saúde” e/ou “Educação”. Dos poucos artigos que associam algumas destas expressões, a percepção se mantém: não se fala sobre a pessoa do pai ou da mãe LGBTQ+ e sua relação com os espaços de educação ou saúde. As questões levantadas, de forma geral se destinam às reflexões relativas aos aspectos médico-gestacionais e jurídico-adoptivos.

Pela plataforma SciELO, ao associarmos as palavras “Família” e “Transgênero”, surge um único resultado para o período estabelecido na nossa busca. Este resultado revela o artigo intitulado “Atenção integral à saúde dos adolescentes transgêneros: subsídios para a prática da Enfermagem”. De autoria de Paula Daniella de Abreu *et al.* e publicado na Revista Latino-Americana de Enfermagem, o material discute a atenção dos profissionais de saúde a adolescentes transgênero pela perspectiva dos seus responsáveis, ou seja, como os responsáveis pelas/os adolescentes transgênero percebem o atendimento nos espaços de saúde direcionados a seus filhos/filhas. Paula e os demais autores revelam a “falta de ambiência e despreparo técnico de profissionais da saúde em relação à temática em todos os níveis de atenção, transfobia, centralização do cuidado em escassos serviços habilitados para pessoas trans no período infantojuvenil”, apontando a ausência da promoção de estratégias coletivas perante a “invisibilidade do apoio à família, ausência de ações de promoção da saúde no âmbito comunitário, sobretudo, escolar, e, ainda, o acolhimento promovido, comumente, pelas iniciativas não governamentais”

(ABREU *et al.*, 2022, p. 1). Assim, as autoras e autores concluem que há “centralização de ações em escassos serviços especializados no país” e que há “a transfobia estrutural”, condições que “podem comprometer a atenção integral à saúde dos adolescentes trans”.

Se por um lado olhar para a adolescência trans possa parecer distante dos objetivos da presente pesquisa, já que não se percebe, necessariamente, a genitorialidade LGBTQ+, há aqui uma tempestade se formando em algum ponto do oceano. Precisamos olhar e perceber que, por mais distantes que estas perspectivas de pesquisas pareçam estar, é urgente reconhecermos um encontro num futuro não muito distante, pois estas e estes adolescentes transgênero, mesmo com muitas dificuldades, crescerão, chegarão à vida adulta e, talvez desejem ser mães ou pais. Essas pessoas precisarão dos diversos serviços de saúde e de educação para viver sua genitorialidade. Não parece difícil imaginar o quanto essas vivências atuais no encontro com os serviços de saúde produzirão medos, angústias e, talvez, desistências.

Pela plataforma CAPES, para o período “último ano”, estabelecido como filtro na busca, encontramos seis resultados aos associarmos as palavras “Família” e “Transexual”, sendo que destes, cinco aparecem na associação destas com a palavra “Saúde” e nenhum com a palavra “Educação”. Nesse caso, os materiais encontrados discutem a relação da pessoa transexual com os serviços de saúde por diversos aspectos e questões, mas não trazem a questão da genitorialidade/parentalidade transexual ou LGBTQ+. A associação das palavras “Família” e “Travesti” ou “Transgênero” encontra poucos, mas significativos resultados também nessa plataforma: seis e quatro resultados, respectivamente. A maioria destes resultados traz alguma associação com a palavra “saúde”, apresentando estudos e discussões extremamente pertinentes e necessárias, mas mantendo a linha de discussão dos resultados anteriores: a relação das pessoas com os serviços. O único resultado obtido na associação das palavras “Família” e “Transgênero” e “Educação” não foi relevante para a presente pesquisa, mas nos chama a atenção um estudo encontrado a partir da associação das palavras “Família” e “Travesti” e “Educação”. Sob autoria de Ribamar José de Oliveira Junior, doutorando em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o artigo intitulado “Corpo Brincante: a presença travesti nas performances dos quilombos de Reisado” está publicado pela Revista Brasileira de Estudos da Presença e traz vivências e discussões bastante “marginais”: o corpo transexual e travesti e sua relação com o território

quilombola e a religião de matriz africana. Águas marginais que nosso pesquisar ainda não ousou navegar. Entretanto, cabem rápidas reflexões: as questões religiosas encontradas na perspectiva da genitorialidade LGBT foram relativas à religião católica. Precisamos perceber outras religiões, como as de matriz africana, assim como considerar as incidências de raça e cor da pele sobre as vidas e corpos LGBTQ+, saber como pais e mães LGBTQ+ negros vivenciam a parentalidade/genitorialidade LGBTQ+ nos espaços educativos e de saúde da família.

Pela BVS, para o período aqui estipulado, encontramos um artigo ao associarmos as palavras “Parentalidade” e “LGBT” ou “Lésbica” ou “Gay” ou “Bissexual” ou “Homossexual”. Apenas um, profundo e potente, mas apenas um. O artigo intitulado “Infâncias, gêneros e sexualidades: implicações ético-políticas das parentalidades”, de autoria de Leonardo Lemos de Souza, Raquel Gonçalves Salgado e Amana Rocha Mattos, publicado na Revista Psicologia em Estudo, problematiza a dimensão hierárquica e as relações de poder parental “na determinação das expressões de gênero de crianças” a partir dos estudos de gênero e teoria *queer*. O artigo destaca os “discursos antigênero” que buscam a afirmação de um modelo hegemônico de família como o lugar que salvaguarda a heteronormatividade e a cisgeneridade (DE SOUZA; SALGADO; MATTOS, 2022). Discute, contudo a “prole”, não os “progenitores”. Os poucos materiais encontrados nas plataformas de pesquisas científicas se mostraram potentes, necessários e essenciais à produção dessas discussões, mas para o que se dispõe a presente pesquisa, revela-se o silêncio sobre os pais e mães LGBTQ+, o que temos são os filhos e filhas LGBTQ+.

A partir desta impressionante ausência de discussões, optou-se, novamente, por aprofundar este livre mergulho e retirar o filtro referente ao período das publicações, o que nos oportunizou encontrar materiais muito interessantes à temática da pesquisa. Na plataforma SciELO, ao associarmos “homoparentalidade” e “educação”, o único artigo encontrado chama atenção à nossa tematização. Intitulado “Atitudes dos/as estudantes universitários/as face à homossexualidade: tradução e validação de uma escala de medida” de autoria da socióloga portuguesa Regina Ferreira Alves, doutoranda em Educação na Universidade do Minho, em Braga, Portugal. O artigo, publicado em Educar em Revista, de Curitiba/PR, discute a atitude de estudantes do Mestrado em Ensino e Educação daquela instituição frente à homossexualidade e homoparentalidade. Tal proposta de discussão se aproxima muito de nossa exploração, pois discute a relação de

mães/pais LGBT+ com os espaços de educação e saúde. Alves (2018), ao propor este estudo, traz à tona a necessidade de percebermos a formação básica, técnica e universitária dos tantos estudantes em formação profissional e como estão desconstruindo e ressignificando preconceitos e discriminações, neste caso, especificamente relacionados a homens gays e mulheres lésbicas, não abrangendo a população LGBT+ em sua diversidade mais ampla, especialmente a população transgênero.

O objetivo deste estudo passa por compreendermos quais são os níveis de homonegatividade que os futuros profissionais nas áreas de ensino e educação apresentam, ou seja, avaliar as atitudes dos/as estudantes universitários/as dos mestrados em ensino e em educação face às mulheres lésbicas e aos homens gays. (ALVES, 2018, p. 193)

Na plataforma de Periódicos CAPES, ao associarmos “Homoparentalidade” e “Educação”, encontramos poucos resultados (oito), mas muito interessantes. Thais Blankenheim, da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (doutoranda em Psicologia), Lisiane Machado de Oliveira Menegotto, da Universidade Feevale, de Novo Hamburgo-RS (doutora em Educação), e Denise Regina Quaresma da Silva, da Universidade La Salle, de Canoas-RS (professora do Programa de Pós-Graduação em Educação), com o artigo publicado na Revista Psicologia em Estudo, de Maringá/PR, intitulado “A homossexualidade e a homoparentalidade em cena: narrativas de professoras de educação infantil”, percebem a presença de preconceitos e discriminação através da narrativa de professoras da educação infantil e questionam como essas temáticas são trabalhadas no espaço escolar. Semelhante ao anterior, estudos como este são necessários para entendermos que as educadoras constroem e constroem os espaços educativos, mantendo ou desconstruindo discursos. Mais interessante este estudo se mostra ao revelar as falas acerca da homoparentalidade:

Nessas duas narrativas, as participantes Mara e Bia se posicionam claramente de forma contrária quanto à decisão do casal de ter um filho e justificam o seu posicionamento com os preconceitos que iriam enfrentar:

Mostraria todos os pontos que iriam enfrentar, se estariam preparados para isso, que deveriam estar certos do que queriam, fazendo-os refletir sobre essa decisão que mudaria suas vidas, enfrentando todos os pré-conceitos que uma sociedade tem. Com isso não incentivaria tomarem essa decisão.

Para mim é situação complexa e delicada. Penso que depende muito do posicionamento das partes (aqui no caso Luciano e Bruno), devido ao fato de que com o passar do tempo este filho pedirá instintivamente respostas sobre si, sua

identidade – bem como estrutura familiar. E com certeza sempre haverá por parte da sociedade preconceitos para com os pais e com a criança. Eu não aconselharia ter este filho. (BLANKENHEIM; MENEGOTTO; SILVA, 2022, p. 5)

Observamos, nas visões religiosas apresentadas, a seguir, nas narrativas de Vera e Luci, clara concepção de desvio no que diz respeito à homossexualidade e que, a partir disso, embasa a posição de não aceitação da família homoparental:

Se eu fosse essa pessoa provavelmente eles já saberiam meu posicionamento em relação à opção sexual deles. Diria para eles o quanto os amo e respeito, independente da escolha que fizerem. Também diria que para mim dois homens não conseguem dar a estrutura necessária e saudável para uma criança. Para mim o modelo de família criado por Deus, aquele que Ele deixou em suas escrituras é o fundamental. Também entendo que o Senhor ama essas pessoas! – mas, contudo, não entendo correto tratar essas práticas – [riscado pela participante]. Percebo que os valores estão sendo invertidos e muitas práticas sendo impostas como saudáveis. Mas respeito e amo cada um deles!

Eu diria que ao iniciar a sua relação, meu posicionamento quanto à sua união estável não é favorável. Creio na instituição da família criada por Deus, entre homem e mulher, pai e mãe. A criança precisa crescer em um lar com referências claras de posicionamento. Família em que papéis são invertidos, valores são confundidos e distorcidos. No entanto, respeito e amo esse casal mesmo não concordando com sua posição sexual, creio que devemos acolher e respeitar enquanto indivíduos. (BLANKENHEIM; MENEGOTTO; SILVA, 2022, p. 8).

Pela plataforma de periódicos da CAPES, um artigo intitulado “*Chamei os dois e perguntei abertamente, quem era o pai e quem era a mãe: homoparentalidade, docência e educação infantil*”, de André Morando e Nádia Geisa Silveira de Souza, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Paloma Nascimento dos Santos, esta da Universidade Federal da Bahia, traz a rede de enunciados sobre família e homoparentalidade em um grupo virtual do Facebook. Inspirados na netnografia, a análise mostrou como saberes sobre corpo, gênero e sexualidade são investidos como “discursos verdadeiros” e, sobretudo, como a comemoração do dia da família opera como estratégia heteronormativa de invisibilização social das famílias homoparentais na escola. O artigo, publicado na Revista Diversidade e Educação, de Rio Grande/RS (MORANDO; SOUZA; SANTOS, 2020):

[...]

No debate sobre a comemoração do dia da família, na escola, mesmo reconhecendo a existência de outras composições familiares, que não somente pela via biológica, as pessoas participantes do grupo comentam sobre a necessidade de trabalhar o papel de mãe e de pai. Elas argumentam:

Concordo em trabalhar um projeto sobre família, mas que trabalhe o papel da mãe e o papel do pai. Sei que os papéis estão sendo terceirizados e sei que a desvalorização da família está em alta, mas como formadora de opiniões preciso orientar essas crianças e dizer que ainda há esperança e que honrar quem está

fazendo esse papel em sua vida é importante (Professora Margarida).

Eu creio que temos que trabalhar o papel da mãe E do pai, pois mesmo aqueles que não têm os [pais] biológicos eles têm alguém que faz este papel. Toda criança precisa de figura materna para aprender a ser dócil e amar e da figura paterna para aprender a ser firme e [ter] valores. Concordo que têm crianças que não têm seus [pais] biológicos criando, mas com certeza têm quem [as] criam e faz[em] o papel de pai e mãe, portanto a escola tem que valorizar e evidenciar qual [a] importância dessas figuras numa família (Professora Violeta). (p. 464)

[...]

Na narrativa da professora, é possível ver que para ela a família era composta por pai e mãe, ao tomar a família heterossexual e nuclear como modelo de normalidade e inteligibilidade, aquele “desajuste” naturalmente viria “numa boa” para a norma, tornando “tudo muito tranquilo pra todos”, como aparece no seguinte excerto:

Na primeira reunião, eu chamei os dois e perguntei abertamente, quem era o pai e quem era a mãe. Eles me responderam numa boa. E passei a chamá-los de pai e mãe. Inclusive nos bilhetes. Foi muito tranquilo pra todos. Tratando com naturalidade não gera problemas (Professora Lavanda) (p. 465)

Tais recortes apresentam, conforme discutido pelos autores, a forma como cada uma das professoras da educação infantil produz um discurso sobre a genitorialidade LGBTQ+ com o espaço escolar. Os pesquisadores reconhecem a vigência de uma invisibilização da homoparentalidade pela heteronormatização e de uma relação com as configurações familiares em que as comemorações e os papéis de “ser pai” e “ser mãe” são mais valorizadas.

Ainda pela plataforma CAPES, um outro artigo, intitulado “Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades”, de Mariana de Oliveira Farias, publicado pela Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, de Araraquara/SP. A autora objetivou refletir e analisar questões acerca da homossexualidade e famílias e como podem interferir na maneira como as escolas lidam com a homoparentalidade (FARIAS, 2016). Novamente, um estudo essencial para discutirmos este encontro Escola/Educação e genitorialidade LGBTQ+. Aqui, Farias nos presenteia com um relato de um profissional que atua na área de psicologia jurídica:

[...] o relato de um dos participantes entrevistados que atuava na área da psicologia jurídica, confirma a dificuldade de alguns profissionais de educação em lidar com a temática:

Tivemos que intervir com isso junto à escola, chamar a diretora de escola, conversar, colocar, vamos dizer, às claras [...] o que estava acontecendo, e questionar posturas [...] É, na verdade a requerente, né, a guardiã acabou optando

por tirar a criança da escola. [...] Porque ela viu que o osso era meio duro de roer, vamos dizer, não ia... ela ia só se machucar e machucar a criança [...] entrar num, num embate, tá?! Mas assim, serviu pra gente ir lá e posicionar essa diretora das posturas que ela tem que ter, ainda que não seja com essa criança, mas com outras [...] e era algo assim [...] no caso a companheira na época ia buscar o menino. “Não, ela não é responsável pelo menino”. Mas já que a própria guardiã delegou para ela, podia ser uma empregada dela, poderia ser o pai, poderia ser a irmã, poderia ser vizinha [...] É alguém que ela delegou responsabilidade [...] Então boicotava informações para essa companheira dela [...] E alegavam que era porque não era responsável pela criança? [...] Você sabe que noventa por cento das pessoas que vão buscar a criança na escola não são o responsável legal pela criança, são responsáveis delegados [...] (FARIAS, 2016, p. 1482)

Assim, Farias, professora de pedagogia e psicologia, consegue resumir com precisão necessária:

A questão que fica é: onde fica o papel da escola como instituição da educação, que deveria preparar os indivíduos para atuarem de forma cidadã na sociedade? A escola também contribui para o fortalecimento do preconceito e dos mitos que envolvem as famílias homoparentais (FARIAS, 2016, p. 1483).

Pela BVS, os resultados foram similares aos percebidos anteriormente. O que chama a atenção é que os poucos materiais encontrados, de forma mais específica, tratam das questões gestacionais de mulheres lésbicas e atenção a estas nos espaços de saúde. Vale lembrar que esta plataforma, em específico, se propõe como um espaço virtual “para gestão da informação e conhecimento em saúde”, o que traz sentido para nossa busca ter encontrado materiais que relacionam a questão LGBTQ+ com os espaços e serviços de saúde. Percebemos que, no que tange ao espaço Escolar e Educacional, as discussões recaem em maior número sobre a homoparentalidade na relação de homens gays, a concepção da escola e seus profissionais e o acolhimento e aceitação desta configuração familiar. No que tange ao espaço de atenção à saúde, as discussões recaem sobre o gestar e a gestação, principalmente, no ser mulher lésbica em uma relação homoafetiva ou não. Neste sentido, os discursos na escola se direcionam ao aspecto familiar e na saúde ao aspecto gravidez/gestação. E quando vamos falar na relação de ambos? Genitorialidade é ser pai/mãe, é constituir família também através de um acontecimento biológico e constituir família a partir das vivências socioculturais.

Toda esta percepção não foge ao que se esperava: que não se discute o termo genitorialidade de maneira ético-científica; que muito se fala sobre parentalidade, mas pouco sobre parentalidade LGBTQ+; que se esteja falando sobre homoparentalidade na escola, mas que se precisa falar da parentalidade LGBTQ+; que se esteja começando a falar

sobre pais e mães LGBT+ na saúde e que se possa acolher a família LGBT+; e, por fim, mas não menos importante, pelo contrário, assustadoramente necessário: que não se fala nada sobre genitorialidade ou parentalidade transexual e travesti.

As expressões “homoparental” ou “homossexual” estão, comumente, associadas à pessoa homem-cisgênero-homossexual e, quando muito, à pessoa mulher-cisgênero-homossexual. Pessoas bissexuais, provavelmente, são “enquadradas” nos grupos heterossexuais e, portanto, invisibilizadas. Pessoas transexuais e travestis, onde estão?

DESLOCAMENTO DA LINHA DE COSTA: ESCUTAS SENSÍVEIS

A partir de agora nosso movimento exploratório intenciona o “sensoriamento remoto” da paisagem litorânea. Um sensoriamento remoto envolve ações para levantar dados, informações e imagens da superfície terrestre, com o intuito de representá-la e melhor entender os seus aspectos. Quanto ao “se e o que se fala sobre Genitorialidade”; ao “se há relação entre Genitorialidade e população LGBT+”; ao “o que se fala sobre Parentalidade/Família LGBT+, Parentalidade/Família Homoafetiva e/ou Homossexual e/ou Homoparentalidade; e ao “se ou como se associam as vivências da genitorialidade, parentalidade e homoparentalidade às pessoas transexuais e travestis” ocorre algum deslocamento da costa?

O sensoriamento remoto nos daria uma definição do comportamento da linha de costa, bem como de outras feições litorâneas presentes nessa área de estudo, e que associadas permitem um melhor conhecimento dos parâmetros responsáveis pelos processos de erosão e/ou acumulação de sedimentos. Neste “sensoriamento remoto”, além de vocábulos, expressões, espaços e relações implicadas com a genitorialidade LGBT+, buscou-se, também, relatos, cenas, encontros. Buscamos as pessoas que habitam (ou são) águas marginais. O levantamento netnográfico realizado encontrou silêncios, muitos silêncios. Onde estão as mães e pais LGBT+? E se buscarmos a nossa volta? Temos amigos, conhecidos, conhecidos de amigos?

O sensoriamento remoto, geologicamente falando, envolve um conjunto de técnicas para ver na distância. E escutar na proximidade? Na proximidade! Isto é, conversa sensível, informal, afetiva, entre amigos. No sensoriamento remoto toda informação é obtida por meio de sensores e instrumentos em geral. No sensório da audição (aos inauditos) tal processo vincula-se à exploração da zona costeira. Então propomos na replicação do sensoriamento remoto, o sensório da audição, ainda que assistemático, sem roteiro, sem planejamento prévio.

A ideia de “dar voz”, comumente associada às “minorias” – mulheres, pessoas pretas, periféricas, homossexuais, transexuais, soa arrogante. Quem decide dar voz? Quem decide quem pode ou precisa ter voz? Por que um certo grupo de certas pessoas (brancas,

heterossexuais e cisgênero) é quem mais tem o direito de dar voz? Quem detém o poder decide quem pode o quê, predominantemente. Esta perspectiva, de “dar voz”, reproduz um sistema patriarcal onde uma dita maioria, detentora do poder, entende que alguns marginalizados podem ter voz. É claro que as lutas de tantas minorias vêm produzindo incômodo, um incômodo social necessário. Um desacomodar. É necessário desacomodar as estruturas socioculturais vigentes.

A luta de tantos extratos sociais excluídos é e vem sendo imprescindível para que os territórios sejam repensados e reestruturados, para que o que é diverso tenha espaço, lugar, direitos e fala. Reconhecendo uma estrutura que impera, ainda, e resiste em manter padrões, a pergunta é: conseguimos escutá-las? Estas minorias? Conseguimos escutar essas vozes? Há escuta? Tantas vozes não falam ou tantos de nós não conseguem escutá-las? É sobre o não dito ou sobre o não escutado? Este silêncio, a este pesquisar, representa muito mais uma incapacidade de escuta do que uma impossibilidade de fala. As falas estão por todos os lados. Os sussurros, os lamentos, os desejos, os pedidos, os amores, as dores, as alegrias, os gritos.

A dança da criança é um grito. O bullying é um grito. O medo da adolescência é um grito. A arte do artista é um grito. O esconder-se do adulto é um grito. A discriminação por ser pai/mãe LGBTQ+ é um grito. A expulsão de um filho de casa é um grito. O abandono escolar é um grito. A prostituição daquela que não consegue finalizar o ensino básico é um grito. O espancamento de uma travesti num carrinho de mão é um grito. A morte na esquina é um grito. O não conseguir trocar carinho em público é um grito. A repressão de desejo é um grito. As diversas paradas do Orgulho LGBTQ+ são muitos gritos. Conseguimos ouvir? Talvez sim. Conseguimos escutar? Talvez não.

Escutar, ter escuta, ser escuta é um exercício. Ser escuta exige um silenciamento de si para acolher o que vive o outro. Ser escuta é permitir-se experimentar o que é do outro através do que fala no outro. É necessário disponibilidade para escutar. O que fala no outro nem sempre encontra espaço em nós. O que fala no outro pode produzir estranhamentos difíceis. O que fala no outro pode encontrar resistências, medos e preconceitos em nós. A escuta sensível e disponível exige condição de desapegar-se do que é seu, para poder acolher o que fala no outro. Produzir encontro, a potência do encontro que constrói, que ressignifica experiências e vida. Escutar e conseguir experimentar a vida e o mundo

através do olhar do outro. E através desta escuta-encontro, ressignificar o mundo. O mundo que há em nós, para repensar e reconstruir mundos para nós *todes*.

Nossa exploração e tematização não pode evitar um propor-se à escuta. Esta pesquisa se propôs encontrar vozes, falas, silêncios, vidas. Vidas marginalizadas. Vidas que existem, e resistem, às margens. Vidas que compõem as margens. Vidas e experiências de vida para as quais pouco temos escuta. Então, o convite é para escutarmos.

Escutar um amigo

Durante a pesquisa, re-descobri um amigo gay que tem uma filha com cinco anos. Aqui vou chamá-lo de “um amigo”. Convidei-o para me enviar um áudio com um relato de experiência. Propus que pudesse me falar sobre sua experiência de vida como homem gay, pai biológico de uma menina nascida de uma relação heterossexual. Sua primeira frase não foi apenas o início da conversa, quis escutá-lo:

Pouco se fala nisso, ou pouco se vê falar nisso, a respeito de um assunto que é tão importante que são os pais LGBTQIA+. Quais são os nossos anseios e quais as angústias que temos em relação a isso? (Um amigo)

O quanto se fala ou o quanto se ouve falar nisso? O quanto nos permitimos escutar experiências tão significativas. Escutas que não falam só sobre o outro, falam sobre nós.

Um colega me diz:

Quando meu filho, então com 8 anos, fez um passeio de escola, sentou lado a lado com um colega por algumas horas, tempo de os assuntos de conversa se prologarem, o amigo disse a ele: “não gosto de falar do meu pai porque ele é gay”. Meu filho respondeu: “o meu também, mas ninguém na escola sabe disso, nem eu falo”. Quando chegou em casa, me contou como um certo recado pra mim: “não é tranquilo, mas não é só eu”.

Eu: Sériio?

Esse jamais foi um assunto nas escolas de meus filhos. Quando ele teve namorada e ela namorado, ficavam em casa conosco, mas tampouco estive com os pais e mães dessas namoradas e namorados com meu companheiro, sempre sozinho ou com a mãe deles. (Um colega)

Em uma matéria de imprensa sobre o governador do Rio Grande do Sul ter-se

assumido gay publicamente, seu namorado, que é médico pediatra, relata que durante a pandemia, em manifestações populares diante do Palácio, se ouvia, como acusação de incapacidade do governador que não poderia falar e ter opinião sobre família porque não era capaz de ter filhos¹¹.

Recortamos esse ponto porque de seu relato buscado pela imprensa, esse foi o exemplo da reação de populares à revelação pública da orientação homossexual. Quanto à experiência de preconceito, relatou a vivência com seus pais e do governador com os próprios pais, ou seja, filhos gays em relação aos genitores heterocisnormativos. Já os dois homens gays portariam como “defeito” não poderem se tornar genitores. A matéria foi da imprensa local, após a reeleição do governador.

Escutas que falam sobre a escolha de uma escola

Na continuidade de sua fala, “meu amigo” relata sua experiência quanto à escolha da escola para sua filha. Quais questões surgem para um homem gay ao ter que encontrar-se como pai com o espaço escolar?

Sempre foi um cuidado muito grande que nós tivemos em relação à escolha da escola. Claro que tu vais dar uma olhada no plano pedagógico, vai dar uma olhada na estrutura da escola, tu vais dar uma olhada em valores [...] e acaba que a gente acabou ficando com uma escola [...] principalmente pelo olhar que a escola tem. Por ser uma escola católica a gente ficou com bastante receio em relação a isso, de que forma a escola iria reagir ou de que forma iria tratar isso, né? E foi superpositivo. A escola, por exemplo, tem o dia da família, não se comemora dia dos pais ou dia das mães. Acredito que não seja só por uma questão de pais gays, mas por uma questão assim de que algumas crianças não têm pais porque o pai já é falecido, ou alguma produção independente, ou tem duas mães, ou dois pais, enfim... então, a escola trata como dia da família. Mas, sim, é uma parte bem interessante da escola tratar isso. Eu não vejo nenhum tipo de preconceito da escola, pais de outros alunos, alunos... até assim, pode ser por uma situação de que eu não tenho um parceiro.

¹¹ O governador do Rio Grande do Sul no período da pandemia era Eduardo Leite, do PSDB, que em meio aos riscos de acusação de colegas de partido sobre não ser o melhor candidato do partido às eleições para presidente pelo possível uso da sua orientação sexual durante a campanha, optou por naturalizá-la em programa da televisão aberta.

Escutas que falam sobre a ida ao sistema de saúde

“Meu amigo” relata, também, como percebe a relação estabelecida por ele com o sistema de saúde nos diversos momentos em que precisa acompanhar sua filha em consultas. Nesse caso, o fato de não estar na companhia de um parceiro surge como “facilitador”, mas é como se não houvesse o casal LGBTQ+ na parentalidade:

Questão de médicos a gente não tem situação nenhuma. Eu levo ela sozinho no médico, a mãe dela leva sozinha, levamos os dois, então não temos situação nenhuma. Acredito que pra nós seja mais fácil e as nossas angústias sejam menores por nós sermos um pai e uma mãe. Então acredito que, daqui a pouco, possa ter algum tipo de estresse ou criar alguma barreira pra dois pais ou duas mães...

Escutas que falam sobre o preconceito

Também, a fala do meu amigo revela o preconceito experimentado na “curiosidade” alheia. As perguntas e os questionamentos produzem incômodo, acionam uma experiência desconfortável no convívio com a heteronormatização da vida e da genitorialidade.

As pessoas são muito curiosas... uma coisa que me incomoda um pouco é que as pessoas são muito curiosas no sentido assim de quererem saber: “ah, mas tu sempre foi gay?; como tu trata com ela em relação a isso?”. Eu acho que a forma como eu trato com ela com relação ao amor, ao carinho, vai muito além de qualquer outra situação.

Escutar na pesquisa

Aline Nogueira Lira, Normanda Araújo Morais e Georges Daniel Janja Bloc Boris, escutam um grupo de mulheres lésbicas. Em “A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos”, os autores escutam um grupo de mães lésbicas para perceber suas experiências e vivências (LIRA; MORAIS; BORIS, 2015). A escuta revela relatos necessários:

O Lucas fez uma peça na escola onde ele fazia uma lésbica. Se vestiu, botou o salto e ele era a lésbica. Então, ele não tem nenhum problema na escola. Não tinha menina pra fazer a peça, ele disse: eu faço a menina. Dentro da cabeça dele, pra mim, isso fica muito resolvido (p. 84).

Quando parte para a coisa do social, eu acho que é um problema que os filhos dos homossexuais têm. É difícil na escola colocar que a mãe é lésbica... Eu acho que é difícil para as crianças, por causa do *bullying*, é muito grande (p. 86).

Estes recortes trazem as construções e a angústia que uma mãe lésbica vivencia na relação de sua filha/o com o espaço escolar. São angústias e desejos de mães que compõem uma estrutura familiar diferente do padrão sociocultural preestabelecido, mas que precisam produzir e vivenciar as relações com espaços estruturados e instituídos a partir deste mesmo padrão para o qual elas não estão incluídas.

Escutando um podcast que escuta

Neste navegar/mergulhar infundável pelo cyberoceano, lembramos dos podcasts. Atualmente, tão inseridos em nosso meio, os podcasts são materiais disponibilizados em plataformas de áudio com conteúdo diverso: entrevistas, bate-papos, conversas, gravações de programas, monólogos, discussões. Tudo cabe num podcast. Minutos, horas. Falas, diversas falas. Não os inserimos como ferramenta de pesquisa devido à complexidade em pesquisar e identificar seus conteúdos. Como saber sobre o que estão falando? Onde identifico as expressões usadas? Olha a ironia: escutando. Parece que não há forma mais eficiente de descobrir esses conteúdos senão escutando. Sensório da escuta.

Reconhecemos os podcasts como materiais a serem melhor descobertos e mais discutidos como espaços de produção de cultura. Esta pesquisa os encontrou sem tempo de conseguir escutá-los com mais atenção. Não conseguimos mergulhar e revelar quantidades ou tipos de podcasts, mas fomos brincar na água. Neste brincar, encontramos um material incrível. Encontramos escuta dentro da escuta. Escutamos.

O perfil, denominado “Fora do Meio”, é produzido por Fernando Arazão (2019) e propõe discutir assuntos da comunidade LGBTQ+. Neste descobrir, encontramos o episódio

#14 intitulado “LGBTQIPais”. Este episódio, disponibilizado em 15 de agosto de 2019, traz uma conversa com pais LGBTQ+ com o objetivo de “falar sobre como é ser um pai inserido no meio LGBTQI+, seus medos, suas alegrias e sobre desafios”. Entendemos aqui um espaço de troca, de relatos de experiências e de falas que nos convidam a escutar. Escutar o que nem sequer imaginamos que possa ser dito. Transcrições:

Eu tenho duas perguntas que normalmente me fazem. Primeiro é se o Gregori é meu irmão, porque a gente é parecido e aí todo mundo acha que a gente é irmão, aí o povo fala “ele é seu irmão?” aí eu digo “não, ele é meu marido”. Aí quando veem a gente com as meninas, sempre quem tem um pouquinho de intimidade ou que tem um pouquinho de curiosidade pergunta, e aí dá a entender da pergunta que “ah, então quer dizer que você foi casado por fachada, você sempre gostou de homem” (00:25:32-00:25:55)

Eu tenho muito medo da escola. Porque eu sei como a escola é cruel. Então assim, eu sei que elas podem sofrer muito na escola por causa disso e a gente tem que estar pronto pra bater de frente, falar pra elas “olha, não é assim... conversa com o coleguinha e fala isso com ele” né, ou então a gente ir na escola... sabe que isso pode acontecer. Queremos que aconteça? De jeito nenhum. Mas a gente tem que estar preparado porque infelizmente escola, criança e adolescente são muito cruéis. (00:33:58-00:34:32)

Ele vai para escolinha, mas como ele é muito pequenininho ainda, a salinha dele é todo mundo de 2 anos pra menos, ainda não tive nenhum problema com. E acredito que como eu não tenho um relacionamento, festinhas escolares eu sempre vá com minha mãe, ou qualquer coisa do tipo, ainda não sofri nenhum problema, ainda não. Ainda mais quando eu falo que ele mora comigo, sem a mãe, aí as pessoas ficam muito impressionadas “como assim sem a mãe?”. (00:39:35-00:40:03)

Confesso que no final do ano passado eu fiquei meio receoso porque, teve a festinha de final de ano da escola. Aí teve a área separada dos pais e aí entrou a mãe com padrasto e eu e o Gregori. Então assim, você fica meio assim né, de como é que as pessoas vão olhar isso... algum tipo de preconceito. (00:40:23-00:40:43)

Pais que têm filhas é uma dificuldade enorme pra levar no banheiro quando sai. A grande maioria dos Shoppings já tem o banheiro família, né, o espaço família. Mas é uma dificuldade enorme sair com menina porque você não consegue levar a minha filha no banheiro. Você não pode entrar com ela no banheiro masculino e você não pode deixar ela ir sozinha no banheiro feminino. Então assim, antes quando era mais novinha eu ficava olhando realmente onde que eu poderia ir com elas que eu conseguiria levar elas num banheiro. (00:49:10-00:49:40)

Entrando nessa pauta de trabalho e licença, quando ele nasceu eu trabalhava num lugar e agora eu trabalho em outro. Ele ficou muito doente, principalmente quando entrou na escola, ficava muito doente. Eu levava ele no hospital, mas eu ia trabalhar depois, deixava ele com a minha mãe, ia trabalhar e levava a declaração. Muitas vezes eu tive que brigar pra aceitarem a declaração do hospital. Porque eles falavam “e a mãe da criança, não pode levar?”. Não, ele mora comigo sabe. E outra coisa que agora eu ainda sofro nesse atual trabalho, é não ter direito, por exemplo, ao auxílio creche, mesmo que o meu filho more comigo, que eu tenho como comprovar que ele mora comigo, mas eles não dão auxílio creche para homem, só pra mulher. (01:12:40-01:13:17)

É aquela frase clichê né, que a gente não basta existir, nós temos que resistir o tempo todo. E sendo caras LGBTs com filhos e tudo mais, é o tempo inteiro você tem que estar se reafirmando, porque a todo momento vão tentar te desmerecer, assim, como pai, como homem, como uma pessoa. A gente tem que se estabelecer mesmo, chegar de uma forma não tão pacífica e falar “olha, se você não quer aceitar o problema é seu, mas você tem que no mínimo respeitar, é o mínimo que eu exijo. (01:18:35-01:19:06)

Escutando a violência

Em nove de março de 2015 o site do Jornal Extra noticia: “Morre adolescente que teria sido agredido por ter pais gays”. Segundo a reportagem, um adolescente de 14 anos vem a óbito após quatro dias internado num hospital na Grande São Paulo devido uma hemorragia cerebral. Conforme apurado, “o pai do menino disse que o filho foi espancado dentro de uma escola pública na Vila Jamil, na manhã da última quinta-feira”. No dia da internação do filho, dias antes do óbito, o pai fez um relato:

Eu não sabia que meu filho sofria preconceito por ser filho de um casal homossexual. O delegado que nos informou. Estamos tristes e decidimos divulgar o que aconteceu para que isso não se repita com outras crianças. Eu estou pedindo muito que meu filho sobreviva a tudo isso, mas queremos também que a Justiça seja feita. (JORNAL EXTRA, 2015)

Escutando a vida travesti

Pepita é uma travesti que ganhou visibilidade nacional como cantora de funk. Arte e representatividade. Sua música exige escuta. Sua música grita. Sua existência e sua resistência gritam. Pepita é uma travesti. Pepita anunciou, às vésperas do Dia das Mães de 2022, que adotou um filho. Pepita é mãe.

Conforme publicado em suas redes sociais, ela e o marido adotaram um menino, constituindo assim uma linda família não tradicional brasileira. Em sua postagem sobre a chegada do filho ela escreve: “Prometemos te dar todo o amor do mundo... Bem-vindo meu filho” (PEPITA, 2022a). Mas nossa escuta precisa ir além. Ela sabe que sua existência não é só sua.

Sei que outras manas também têm esse mesmo sonho que eu e torço para que consigam realizar. Sei que tenho representatividade, mas quero ver outras alcançando tudo que alcancei. Tem muita Pepita por aí que precisa ser enxergada como ser humano e merece ser feliz, se casar e ser mãe. (REVISTA MARIE CLAIRE, 2022)

Em sete de maio de 2022, em entrevista à Revista Marie Claire (2022), Pepita conversou sobre maternidade. Uma entrevista que revela amor e preconceito. Uma reportagem que nos convida a escutar a vida de uma mãe travesti.

Senti muito carinho e respeito, além de uma torcida enorme para tudo dar certo. Toda vez que eu me encontrava com as assistentes sociais e psicólogas eu via uma torcida muito grande delas em me ver como mãe, conta. Elas diziam que eu seria a melhor mãe do mundo e ouvir isso de mulheres cis é assustador e emocionante ao mesmo tempo, porque você não espera ouvir isso das pessoas nesse país cercado de preconceito, de mãos e de dedos apontados para nós.

Lembro da primeira mamada e da primeira vez que troquei uma fralda. Hoje também entendo que às vezes ele chora mas nem sabe o porquê. Carrego a letra T de travesti e tenho muito orgulho de dizer que sou mãe e ele também tem um pai maravilhoso que acorda de madrugada e ajuda a amamentar e trocar a fralda, comemora Pepita.

Sei que virão mensagens negativas dizendo que não é de Deus, que nunca vou ser mãe e que sou homem, mas a pessoa que quero que me ame já está nos meus braços. A única coisa que peço é respeito com meu filho. Eu tenho uma imagem pública e estou pronta para muito processo, mas ele não. Não estou nem aí para os comentários, desde que não envolvam o meu filho. Podem falar o que quiserem de mim, mas não encostem no meu filho que ainda nem entende o que se passa nesse mundo sujo.

Me cobro muito para ser uma boa mãe. Sei que isso também representa muito porque a maioria das pessoas trans na minha idade (37 anos) não estão vivas e não conseguiram realizar metade das minhas conquistas. Para quem carrega a letra T é tudo muito difícil e complicado, mas é muito legal e gratificante eu conseguir realizar isso e quebrar um pedaço de um muro sendo mãe, sempre lutando para ser a melhor possível.

Em nove de novembro de 2022, Pepita publica em sua conta no Twitter uma foto com seu marido e o filho, uma foto de um casal com um filho: “me sinto a mulher mais feliz do mundo” (PEPITA, 2022b). Mas Pepita é uma mãe travesti. Pepita, infelizmente, tinha razão. Muitos comentários transfóbicos viriam. Muita violência. Em 20 de novembro de 2022 ela revela comentários transfóbicos que aquela postagem recebeu. A postagem, ela, o marido e o filho, covardemente atacados: “A foto... os comentários. Meu filho é apenas uma criança de 11 meses gente, isso me dói tanto, mas tantooooo” (PEPITA, 2022c).

Um recorte dos comentários:

Nojentos, a primeira palavra da criança vai ser: eu deveria ter morrido.

Dois homens, onde vamos parar!

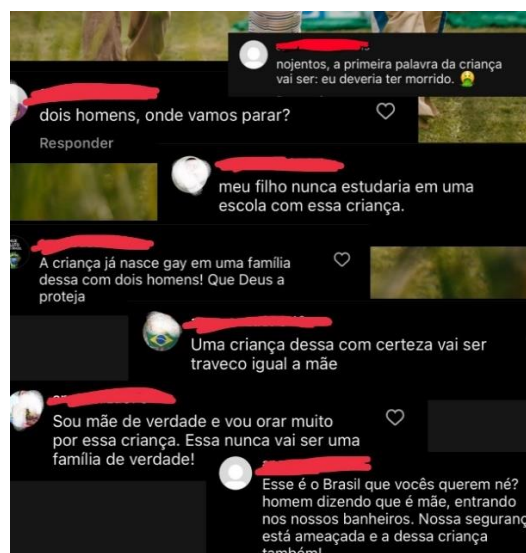
Meu filho nunca estudaria em uma escola com essa criança!

A criança já nasce gay em uma família dessa, com dois homens! Que Deus a proteja!

Uma criança dessa com certeza vai ser travesso, igual a mãe.

Sou mãe de verdade e vou orar muito por essa criança. Essa nunca vai ser uma família de verdade!

Esse é o Brasil que vocês querem né? Homem dizendo que é mãe, entrando nos nossos banheiros. Nossa segurança está ameaçada e a dessa criança também.



É difícil escutar. É difícil não só porque não sabemos ou não entendemos, mas é difícil porque dói. É difícil escutar porque a escuta da violência produz violência em quem escuta, produz encontro com o que nos dói. Mas precisa doer. Precisa destruir, desconstruir, para (re)construirmos.

Escutar a genitorialidade LGBT+

Duda Salabert é ativista pelos direitos das pessoas transgênero, foi a vereadora mais votada da história da cidade de Belo Horizontes, a primeira candidata transexual ao

Senado pelo estado de Minas Gerais e, atualmente, é Deputada Federal tendo sido a mais votada de história de Minas Gerais. Em 07 de janeiro de 2019, Duda anunciou em suas redes sociais que seria mãe. Em um *post* na sua página do Instagram, como legenda do vídeo do ultrassom, Duda revela:

Sou mãe dessa fofura aí na imagem. Está com 13 semanas de muita vida e de amor. Escolhemos um nome de gênero neutro: se for uma criança trans, não terá que se preocupar em retificar nome. Chama-se Sol! É música que encanta, é luz que revigora. Sol. (SALABERT, 2019)

Duda não apenas revela que seria mãe. Duda revelou sua genitorialidade transexual. Duda revelou sua preocupação e cuidado com um nome neutro, reconhecendo a diversidade na experiência de vida da criança. Duda luta, sonha, busca, trabalha e deseja um mundo mais diverso. Sobre o nome da criança tão esperada, em uma reportagem feita por Cíntia Paes (Minas Gerais) e disponibilizada no site de notícias G1 do Grupo Globo, Duda ainda relata uma esperança trazida pelo nome escolhido:

A ideia é essa mesmo. Iluminar a sociedade com muito afeto. E esse iluminar com afeto e com amor significa reconhecer esta vida que está vindo independente do seu gênero e de sua identidade (G1 MINAS, 2019).

Duda é uma mulher transexual e lésbica, casada com Raísa Novaes. Sua mulher engravidou. Duda é uma mulher transexual, casada com uma mulher cisgênero. Duda é mãe de uma criança gerada no ventre de sua esposa. Duda conquistou na Câmara de Vereadores o direito às licenças gestante e lactante por ser mãe. São duas genitoras biológicas em um casal LGBTQ+. Duda foi demitida na escola em que dava aulas, quando os pais dos alunos a viram na tela das aulas remotas no período da pandemia, o que resultou na sua demissão. Duda é encontro das águas com a costa, sua onda bate na costa, abala sedimentos porquanto porta sentimentos. Sua vida é força que produz erosão entre os sentimentos e os sedimentos.

HIPO-TESES: SOBRE ÁGUAS, MARGENS, SEDIMENTOS E EROSÕES

A noção de hipótese em pesquisa envolve a elaboração de possíveis compreensões explicativas de um problema de investigação, questão-problema, problema em questão. Muitas pesquisas se instauraram a partir da formulação de uma hipótese a ser verificada, observada, testada, mas também hipóteses fundamentais do problema, que são diferentes alternativas. Essa dissertação se propôs a uma tematização que pudesse apoiar a formulação de um problema. O problema passava por situar uma questão: a genitorialidade LGBT+ e a família LGBT+.

Desta forma, uma lista de hipóteses poderia ser apresentada. O(s) pesquisador(es) deve(m) considerar a viabilidade da(s) hipótese(s). Existem dados e fontes? Serão produzidas informações relevantes? Existem as condições de viabilidade, recursos financeiros e equipe de pesquisadores? Existem interesses contrariados? Por aí vai. O uso do hífen coloca a primeira parte do vocábulo como prefixo destacado: “hipo-”. Assim as hipóteses viram hipóteses de noção diminuída ou com grau reduzido, como quando dizemos hipossuficiente.

Espera-se da pesquisa exploratória descritiva a formulação de hipóteses; propusemo-nos à formulação de hipo-teses. Procedemos apenas à tematização de uma situação-problema, então não teceremos hipóteses, mas não nos furtaremos das hipo-teses.

O ponto de chegada desta pesquisa é o encontro das águas marginais com a zona costeira, alterando a linha da costa. Ampliamos a tensão nas águas marginais, estimando ondas sobre a praia, erosão de suas rochas. Outra intenção era fustigar o enrocamento desses últimos 6 anos. Nas ondas batendo sobre o quebra-mar aquilo que existe e resiste invisibilizado. Nas ondas aquilo que se cala, a vida que insiste em desejar viver, mesmo submersa, mesmo marginalizada, mesmo violentada, mesmo morrendo, vidas que vivem de tantas formas, em tantas águas, em tantas redes, em tantos nós-de-nós. Nossas hipo-teses não são o encontro fim-solução, mas o encontro com começos-problematização. Precisamos escutar, encontrar, estranhar e problematizar.

Em “Anais da Eleição”, o site da Revista Piauí, publicou em 28 de outubro de 2022, o editorial “Da mamadeira de piroca ao banheiro unissex” (PIAUI, 2022), referida à pauta de costumes utilizada na campanha eleitoral identificada com o bolsonarismo (movimento neofascista emergente no Brasil em torno do nome de Jair Bolsonaro, presidente da república de 2019 a 2022 e figura de destaque no golpe parlamentar de 2016 que destituiu da presidência da república a presidenta Dilma Rousseff, sob alegação de “pedaladas fiscais”, o que não se confirmou na justiça). O editorial chama a atenção para a produção de notícias falsas disparadas em massa em inúmeras redes sociais em 2018 e continuada como denúncia falsa ao longo de todo o último mandato presidencial.

Os conteúdos falsos diziam respeito à introdução de “mamadeira de piroca” nas creches e nas atividades de educação infantil, gerando bebês de orientação gay, e de cartilhas de educação sexual veiculando a “ideologia de gênero”, gerando crianças e adolescentes agênero ou com orientação bissexual. Assuntos como aborto e filhos gays se tornaram cotidianos, sempre pelo viés da criminalização e eliminação. Mulheres e meninas impedidas de abortar, mesmo em gestações resultantes de extrema violência sexual e evidente risco à vida da mulher; como casos famosos no Brasil de impedimento do abortamento legal em uma menina de 9 anos grávida de gêmeos após estupros reiterados pelo padrasto ou outra de 11 anos, igualmente estuprada e que foi mantida judicialmente em um abrigo para que a família não recorresse ao abortamento legal. Discursos do presidente na grande mídia de que meninos afeminados ou com interesse afetivo por outros meninos deveriam ser “corrigidos” precocemente por meio do espancamento pelo pai.

Todos esses temas foram abordados incessantemente pela campanha de Jair Bolsonaro, candidato à reeleição em 2022. No segundo turno, Bolsonaro afirmou que seu adversário Luiz Inácio Lula da Silva defendia a implementação de banheiro unissex nas escolas. O tema foi insistente enquanto quase 4 mil escolas públicas no Brasil sequer têm banheiro, como a revista mostrava em reportagem de Luigi Mazza e Vitória Pilar.

Por outro lado, das eleições de 2002 resultaram, pela primeira vez, a chegada de pessoas trans ao Congresso Nacional, as travetis Erika Hilton (Psol-SP) e Duda Salabert

(PDT-MG, ex-Psol-MG)¹², que receberam mais de 200 mil votos. Graças à ação persistente da pedagoga Erika Hilton, o programa de cuidados com as estudantes nas escolas da Rede Municipal de Ensino de São Paulo teve a inclusão de pessoas transmasculinas, cujas necessidades de cuidados não são idênticas às das estudantes mulheres cisgênero. A professora de literatura na educação básica Duda Salabert foi demitida da escola privada em pleno 2021. Apesar da representatividade dessas candidaturas para a causa da diversidade sexual e de gênero, ambas carregam marcadas cicatrizes da violência. Érika foi moradora de rua e teve de se prostituir para poder sobreviver.

Próximo às eleições de 2022 o diretor de cinema Fernando Grostein Andrade lançou o documentário *Quebrando Mitos*, denunciando a “masculinidade catastrófica” representada pelos homens na política durante o governo Bolsonaro (ANDRADE, 2022). Relatou, à *Revista Piauí*, como cotidianamente é alvo de ataques e mensagens de ódio. A *Revista Piauí* também revelou reportagem de Felipe Aníbal a “intimidação presente na porta de casa”, quando uma mulher bissexual foi obrigada a tirar uma bandeira do arco-íris da sua varanda em um edifício cujas sacadas exibiam a bandeira do Brasil.

A história dos banheiros unissex, como informa a *Revista Piauí*, surgiu quando o Psol entrou na Justiça Federal, em 2020, com uma Ação elaborada para proteger crianças de *bullying* homofóbico junto ao Plano Nacional de Educação Básica. As notícias falsas incluíam que o Psol pretendia tornar obrigatória a ideologia de gênero nas escolas públicas e privadas, facultar às crianças escolher se querem ser meninos ou meninas e tornar os banheiros públicos comuns. A Ação Direta de Inconstitucionalidade era que o Plano Nacional de Educação Básica não previa ações para prevenir e coibir ataques homofóbicos na escola, que ocorriam na forma de discriminações por gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Também reivindicava o respeito à identidade de crianças e adolescentes LGBT+ no ambiente escolar. E que a falta dessas indicações feria o dever constitucional da educação inclusiva.

¹² Embora as importantes medidas adotadas pelo Psol no campo jurídico e legislativo, tem sido comum o abandono de militantes da política pela falta de apoio e às suas candidaturas. Candidatas trans se queixam da falta de apoio e mesmo de práticas transfóbicas, como foi o caso de Duda Salabert e da suplente de vereadora em Porto Alegre e candidata gaúcha à Assembleia Legislativa Natascha Ferreira, responsável pelo indiciamento da policial aposentada Flávia Cristina Abreu que declarou em entrevista de rádio no período pré-eleitoral que o “A+” da sigla “LGBTQIA+” representava a pedofilia: “[...] o LGBTQIA+ envolve, para quem não sabe, o A+ envolve a pedofilia. Quando se diz LGBTQIA+, o A+ quer dizer pedofilia. Esse tal de poliamor aí que essa gente da esquerda prega. Só que muitos não sabem” (G1 Rio Grande do Sul, 2022).

Nossas hipóteses, resumidamente, na direção de gerar pesquisas acadêmicas é de que:

- a produção intelectual e política atual em Educação se orienta às crianças e adolescentes LGBT+ na escola, mas não aos filhos de pais e mães LGBT+ ou às famílias LGBT+;
- a produção intelectual e política atual em Saúde se orienta ao acolhimento de pessoas LGBT+ e não às famílias LGBT+;
- é rara a produção intelectual sobre pais e mães LGBT+ na escola;
- é rara a produção intelectual sobre pré-natal, parto, puerpério e puericultura com pessoas, casais e famílias LGBT+ na atenção básica e saúde da família;
- parentalidade e genitorialidade LGBT+, quando presentes aparecem como adoção, como filhos e filhas com uma terceira pessoa fora do casal e como pais ou mães solo, mas jamais a naturalização de casar, ter filhos e constituir família LGBT+;
- que a genitorialidade LGBT+ é assunto estranho à ciência em educação básica e atenção básica;
- que a produção intelectual é pequena, insuficiente e dirigida à homoparentalidade, segmento populacional que não abarca a diversidade LGBT+;
- que a produção intelectual em parentalidade LGBT+ é maior no campo jurídico e jurisprudencial, mas não na escola básica ou na atenção básica;
- que a produção intelectual sobre parentalidade LGBT+ na saúde aparece como especialidade médica ou serviço de acolhimento especializado e não atenção básica e saúde da família;
- que não há estudos sobre as experiências de bebês e escolares ou crianças e adolescentes na escola ou na UBS sobre preconceitos, estigmas e discriminações quando filhas e filhos de pais e mães LGBT+;
- que não há produção intelectual sobre ser LGBT+, casar e ter filhos ou qualquer produção sobre a genitorialidade LGBT+;
- que os estudos de processos inclusivos na educação e na saúde precisam considerar a família LGBT+...

O que está acontecendo e o que precisa acontecer/deixar de acontecer? O que estamos fazendo e deixando de fazer? Afinal de contas: o que queremos - para nós, para a

nossa sociedade, para a vida? Queremos uma sociedade mais diversa e mais igualitária ou na contraparte: por que não queremos uma sociedade mais diversa e mais igualitária? Queremos reestruturar a zona costeira, as praias e as margens das escolas e das UBS? Como, se as estruturas que desejamos modificar estão profundamente presentes na estrutura subjetiva de cada um de nós, de nossos professores e professoras, de nossos profissionais de saúde e agentes de comunidade?

A estrutura da sociedade atual, aqui cabem dezenas de analogias e reflexões: o falomachista, o poder capitalista, a salvação cristã, a cura gay, o discurso da verdade, as certezas... não busca as múltiplas formas de experimentar a vida, estar no fora. O erro, o pecado, o perigo, a doença e a loucura nos rotulam. A vida fora da estrutura é perigosa, mas buscamos uma outra perspectiva? Onde está esta estrutura em cada uma de nós? Onde estamos no encontro destas águas e na *dessedimentação* das nossas zonas costeiras?

Não somos apenas parte de uma sociedade estruturada de forma heteronormativa e cisgênero, somos aqueles que mantêm ou ressignificam as estruturas. Somos também onda, praia, costa, sedimentos, areia e conchas. Somos erosão. Como o discurso que produzimos e reproduzimos fortalece ou desconstrói nossa estrutura? Tantos espaços e serviços construídos, mantidos e desenvolvidos a partir de estruturas embasadas em discursos padronizados por uma lógica heterocisnormativa binária ou em educação, escuta e acolhimento?

Esta pesquisa tematizou uma questão, não respondeu nada, mas em especial contornou ou deu existência ao tema da genitorialidade LGBTQ+. Nosso sistema educacional, como formador de professores, de profissionais de saúde, de técnicos de apoio à educação e à saúde, de pesquisadores e de pensadores: como vem (des)construindo ou (re)forçando padrões? Como nossos espaços de formação estão ocupados em formar/formatar/conformar profissionais mais acolhedores, mais conscientes, mais preocupados e ocupados com todos, todas e todes? Como nossas professoras e nossos professores se percebem e se sentem frente à genitorialidade LGBTQ+? Como nossas equipes pedagógicas estão entendendo a necessidade de discutir as questões LGBTQ+ para além dos currículos, mas no encontro dos discursos, do acolhimento e da escuta?

Qual o lugar do pai gay, da mãe lésbica, do pai/mãe transexual e da mãe travesti? Como as vidas LGBT+ estão implorando por acesso, por acolhimento e por estudos menos estruturados heterocisnormativamente? Para alguns a escolha da escola para um filho ou uma filha vai além do plano pedagógico, da estrutura e dos custos financeiros, por quê? Por que é importante escutarmos que, para muitos, estar em situações cotidianas com um parceiro ou parceira pode ser tão ameaçador? Numa sala de espera de um atendimento em saúde? Numa secretaria? Numa cantina? No atendimento ambulatorial? Por que precisamos estranhar que o disfarçar-se em uma lógica binária cisgênero e heterossexual pode ser facilitador? Por que é mais fácil não parecer gay, não parecer lésbica? Por que ser LGBT+ soa bizarro? Por que esse olhar? O que fala e o que cala toda essa curiosidade? E as pessoas Travestis e Transexuais? Onde estão os filhos e filhas de pais e mães transexuais e travestis? Onde estão as mães travestis? Onde estão as mães e os pais transexuais?

Machismo estrutural. Racismo estrutural. Temos uma sociedade estruturada a partir de um padrão heterocisnormativo-binário. Há uma estrutura que produz, que fundamenta nossa sociedade, que baliza nossas águas e nossa navegação, que delinea nossas costas e margens, que tenta represar o movimento das águas e impedir a força dos ventos. Existimos e resistimos vivendo uma estrutura que fundamenta nosso viver, nosso existir, nosso pensar, nosso fazer, nosso escutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Internet se fez oceano profundo. Se fez zona costeira, praia, águas, mares, marés, correntes, margens, sedimentos, erosão e formação territorial. Num navegar que encontra tanto de tudo e mais um pouco, onde as possibilidades são infinitas e infindáveis, navegar é preciso. Com tantos espaços e discursos produzidos e produzindo nossa sociedade, a Internet foi lugar para se perceber, reconhecer e pesquisar. Esta pesquisa encontrou muitas questões, necessidades, possibilidades e potências.

Nos mais diversos materiais que foram encontrados, muito se tem falado nos últimos anos sobre parentalidade. Não só dentro das questões LGBTQ+, mas muito sobre parentalidade responsável e afetiva. A psicologia discute os estilos parentais a partir de formas de perceber e desenvolver essa relação, desejando-a mais saudável a partir da importância de quem está presente no desenvolvimento da criança e do adolescente. Mas pouco se fala sobre a genitorialidade.

É interessante o quanto, das poucas vezes em que essa palavra (genitorialidade) aparece com algum teor ou alguma intenção mais técnica ou científica, costuma estar presente em conteúdo de cunho religioso. Principalmente pela igreja católica. Nestes materiais, genitorialidade está fortemente associada a aspectos biológicos, genéticos e fisiológicos e a concepção de família e, então, de se ser pai e mãe. O que é curioso, porque quando esta pesquisa se propôs a discutir a genitorialidade LGBTQ+ também se desejava discutir o caráter biológico/genético/fisiológico da maternidade e da paternidade, mas também os estilos parentais e a parentalidade responsável e afetiva. Ser mãe/pai LGBTQ+ é ser tanto de tudo. A intenção foi, então, questionar e repensar os discursos. Escutar e ressignificar os discursos.

O discurso na Saúde e na Educação tem se constituído também como discurso na Escola Básica e na Unidade Básica? Os discursos presentes nas escolas e na atenção em saúde ainda aprisionam? Em que pesem as discussões avançadas em Saúde e em Educação, precisamos reconhecer que uma mudança na cultura ainda se arrasta, carregando prejuízos à saúde mental e à saúde física, assim como violências, abusos, assassinatos e suicídios. Precisamos reconhecer a potência que os espaços educacionais e

de atenção à saúde possuem para incidir na cultura. Mulheres e homens (cis ou transgênero, homo, bi, inter, a ou heterossexuais) cresceriam e conviveriam mais saudáveis frente às suas questões sexuais se dispuséssemos de mais espaços de discussão nos territórios de educação e saúde. Vivenciaríamos espaços de convivência e desenvolvimento humano mais saudáveis se dispuséssemos de espaços de escuta sobre as diversidades de gênero e sexualidade. Viveríamos menos violências, principalmente contra mulheres e pessoas LGBTQ+, se de fato construíssemos diálogos e convivência sobre gênero e sexualidade em nossas escolas, unidades básicas, formações continuadas e educação permanente em saúde.

É fundamental mudarmos nossa forma de ver, escutar e sentir o outro, o que soa diferente, o que está à margem, o que produz novas zonas e novos sedimentos, o que produz novos contornos de acolhimento e recombinação. É necessário acatarmos a (re)invenção de espaços e territórios a uma nova educação da cultura. Saúde e Educação são territórios a uma nova educação da cultura que produz subjetividade e singularização. São territórios que produzem vida. Saúde e Educação são territórios que acolhem, mas que também rechaçam, tratam, destrutam e maltratam pessoas e famílias LGBTQ+.

Desconhecimento não justifica preconceito e discriminação. Junto à produção de conhecimento, essencial aos processos de atenção e educação, precisamos produzir vivências. Viver a diversidade e conviver com o diverso. Saúde e Educação oferecem lugares de promoção de aprendizados e de vida. A saúde é território do cuidado, mas a educação é território do desenvolvimento humano, é território do psicossocial e do psicossocial.

A ausência da existência LGBTQ+, a discriminação da pessoa LGBTQ+, a exclusão da genitorialidade LGBTQ+ mata. O tornar ausente mata. O discriminar mata. O excluir mata. Encontra-se a violência (de tantas formas) e o sofrimento: *bullying*, medo, angústias, ansiedades, repressões, depressões, desistências, suicídios, assassinatos. Morre a potência do viver. Morre a possibilidade do viver. Morre o desejo. São tantas as mortes vividas e as vidas não vividas quando desprezamos o diverso do humano.

Falar em Saúde/Educação frente às existências LGBTQ+ e às famílias LGBTQ+ é falar em encontro: encontrar o que parece distante, mas está perto, encontrar o que parece

diferente, mas é humano, encontrar o que parece difícil, mas é diverso. Mergulhar no que é complexo nos torna melhores.

Ao direcionar nossa escuta às questões LGBTQ+ e sua genitorialidade, outras margens surgiram a serem visitadas. Questões que atravessam e encontram a genitorialidade LGBTQ+: raças, gêneros, classes, indígenas... muito a se discutir, questionar e ressignificar neste entrelaçamento de uma rede de seres (sermos) humanos de tantas formas e maneiras de existir e resistir. É necessário aprimorar as ferramentas de busca e aprofundar a escuta.

Fim?

REFERÊNCIAS

ABREU, Paula Daniella; PALHA, Pedro Fredemir; ANDRADE, Rubia Laine de Paula; ALMEIDA, Sandra Aparecida; NOGUEIRA, Jordana de Almeida; MONROE, Aline Aparecida. Atenção integral à saúde dos adolescentes transgêneros: subsídios para a prática da Enfermagem. *Revista Latino-Americana de Enfermagem*. 30 (spe):e3810. 2022. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rlae/a/VQM4gKgXfmx7RpLGwtXrCc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. Apresentação: uma cartografia das margens. *In: _____ (Org.). Cartografias de Foucault*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; p. 9-12.

ALVES, Regina Ferreira. Atitudes dos/as estudantes universitários/as face à homossexualidade: tradução e validação de uma escala de medida. *Educar em Revista*, v. 34, n. 71, p. 191-204, set./out., Curitiba, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/w97HM79dfFkBnJsMcPdwZ3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 13 dez. 2022.

AMB, Articulação de Mulheres Brasileiras. Pela vida das mulheres, por justiça reprodutiva, em defesa da democracia! 28 set. 2022. Disponível em <https://ambfeminista.org.br/28-de-setembro-pela-vida-das-mulheres-por-justica-reprodutiva-em-defesa-da-democracia/>. Acesso em: 29 dez. 2022.

ANDRADE, Fernando Grostein. Documentário - Quebrando Mitos. 2022. Disponível em: <https://quebrandomitos.com.br>. Acesso em: 22 dez. 2022.

ANGELUCCI, Carla Biancha. A patologização das diferenças humanas e seus desdobramentos para a educação especial. (Trabalho encomendado GT-15 Educação Especial). *In: 37ª Reunião Nacional da Anped*. 2015. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-de-carla-biancha-angelucci-para-o-gt15.pdf>

ARANTES, Esther Maria Magalhães. Escutar. *In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci (Org.). Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina. 2015; p. 93-96.

ARAZÃO, Fernando. Fora do Meio - episódio #14: LGBTQIPais. 2019. Spotify: Fora do Meio - Podcast LGBTQIA+. Disponível em <https://open.spotify.com/episode/0MYrPipP9aDBPggk9xhOM>. Acesso em: 13 dez. 2022.

AVELINO, Matheus Madson Lima. Cartografias da produção de cuidado em saúde à população LGBT+. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições. Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró: UFERSA, 2022.

BABYCENTER BRASIL. Desabafo - criação. 2022. Disponível em <https://brasil.babycenter.com/thread/8649790/desabafo---cria%C3%A7%C3%A3o->. Acesso em: 17 dez. 2022.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*. 20(2), p. 569-581, 2012.

BLANKENHEIM, Thais; MENEGOTTO, Lisiane Machado de Oliveira; SILVA, Denise Regina Quaresma. A homossexualidade e a homoparentalidade em cena: narrativas de professoras de educação infantil. *Psicologia em Estudo*, v. 27, 22 ago. 2022. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BL MAG (BL Magazine: Italian Mirror of Human Rights). Storie e cultura. I nativi americani pionieri del non-binary: la cultura dei "due spiriti" e dei cinque generi. 10 days of human rights. Da redazione. 21 mar. 2021. [Associazione Culturale NICHE - New Ideas Create Human Equality] Disponível em: <https://www.blmagazine.it/i-nativi-americani-pionieri-del-non-binary-la-cultura-dei-due-spiriti-e-dei-cinque-generi/>. Acesso em: 17 dez. 2022.

BONATTO, Luisa. Reprodução humana assistida: aspectos bioéticos e jurídicos. Rio Grande, 2014. Disponível em <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/7491/Luiza%20Bonatto.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 13 dez. 2022.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasil, 1988. Disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 11 dez. 2022.

CAIVIC - Comissão Arquidiocesana de Iniciação à Vida Cristã. Encontro de formação arquidiocesano para catequistas 2015 - textos. 2015. Disponível em <http://iniciacaoavidacrista.blogspot.com/2015/02/encontro-de-formacao-arquidiocesano.html>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CECCIM, Ricardo Burg. Réplica: sobre adaptação, resistência e competência ética na interprofissionalidade. *Interface - comunicação, saúde e educação*, 22 (Supl. 2), p. 1760-1762, 2018.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio; OLIVEIRA, Daniel Canavese. Prefácio - Lutar com e pelo prazer: as pistas do corpo para buscar caminhos. *In*: MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan de. A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. Porto Alegre: Rede Unida/Nuances. 2017; p. 15-22.

CLACAI - Consorcio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro. Gênero sob ataque. Peru: 2019. Documentário disponível em https://youtu.be/Aj3St_zUM7M

CLÉOFAS EDITORA. Conselho Pontifício para a Família: pessoa e procriação integral. Lorena, SP. 25 mar. 2011. Disponível em <https://cleofas.com.br/conselho-pontificio-para-a-familia-pessoa-e-procriacao-integral/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 175 de 14 de maio de 2013. Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo. Brasília, 2013. Disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/1754>. Acesso em: 11 dez. 2022.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Resolução nº 510 de 07 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais [...]. Brasília, 2016. Disponível em <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2022.

COSTA, Luís Artur; ANGELI, Andréa do Amparo Carotta; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografar. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina. 2015. p. 45-48.

DE CORDOVA, Federica. (Coord). Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialità LGBT+ (Progetto Europeo Doing Rights, Erasmus+ dell'Unione Europea). Bolonha: Centro stampa della Regione Emilia-Romagna, 2019. Disponível em: <https://sites.hss.univr.it/doingrights/wp-content/uploads/2019/01/Glossary-IT-Digitale.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DE OLIVEIRA JUNIOR, Ribamar José. Corpo brincante: a presença travesti nas performances dos quilombos de Reisado. Revista Brasileira de Estudos da Presença, v. 13, n. 3. 2022. Porto Alegre. Disponível em <https://www.scielo.br/j/rbep/a/r8WmFBC7L36MhrqFXhs4WmB/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 dez. 2022.

DE SOUZA, Leonardo Lemos; SALGADO, Raquel Gonçalves; MATTOS, Amana Rocha. Infâncias, gêneros e sexualidades: implicações ético-políticas das parentalidades. Psicologia em Estudo. v. 2. 2022. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/article/view/58910>. Acesso em: 15 dez. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Mil platôs – v. 5. 2. ed. São Paulo: Editora 34. 2014.

DERETTI, Edson Adolfo. O sínodo da família: da Relatio Synodi ao Instrumentum Laboris. Revista Encontros Teológicos, [S. l.], v. 30, n. 2, p. 13-23, 2016. Disponível em: <https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/44>. Acesso em: 11 dez. 2022.

DICIONÁRIO INFORMAL. Genitorialidade. 2014. Disponível em <https://www.dicionarioinformal.com.br/genitorialidade/>. Acesso em: 11 dez. 2022.

FARIAS, Mariana de Oliviera. Famílias homoparentais e escola: reflexões e possibilidades. Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v.10, (esp. n.2), p. 1477-1488. 2016. Disponível em: <https://www-periodicos-capes-gov-br.ezl.periodicos.capes.gov.br/index.php/buscador-primo.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina. 2015.

FONTANA, Taís. Alteração da linguagem e como a ideologia de gênero dará fim ao homem, a mulher e ao feminismo. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=uCn00Ljxba4&t=14s>. Acesso em: 13 dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade 1: a vontade de saber. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

G1 MINAS. Duda Salabert, criadora da ONG Transvest, anuncia gravidez da mulher pelas redes sociais. 7 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/07/duda-salabert-criadora-da-ong-transvest-anuncia-gravidez-da-mulher-pelas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 17 dez. 2022.

G1 RIO GRANDE DO SUL. Policial militar aposentada é ré por associar membros da comunidade LGBTQIA+ à pedofilia no RS. 26 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2022/08/26/policial-militar-aposentada-e-re-por-associar-membros-da-comunidade-lgbtqia-a-pedofilia-no-rs.ghtml>. Acesso em 18 dez. 2022.

IHU - Instituto Humanitas Unisinos. Parlamento Europeu reconhece os direitos das famílias gays. São Leopoldo, RS, 11 jun. 2015. Disponível em <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/169-noticias-2015/543406-parlamento-europeu-reconhece-os-direitos-das-familias-gay>. Acesso em: 11 dez. 2022.

INSTITUTO GERAR. I Debate do Núcleo de Psicanálise e Relações de Gênero. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Tj50sXdObco>. Acesso em: 13 dez. 2022.

JORNAL EXTRA. Morre adolescente que teria sido agredido por ter pais gays. 9 mar. 2015. Disponível em <https://extra.globo.com/noticias/brasil/morre-adolescente-que-teria-sido-agredido-por-ter-pais-gays-15548894.html>. Acesso em: 13 dez. 2022.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LIRA, Aline Nogueira; MORAIS, Normanda Araújo; BORIS, Georges Daniel Janja Bloc. A homoparentalidade em cena: a vivência cotidiana de mulheres lésbicas com seus filhos. Revista da SPAGESP, 16(1), 74-91. 2015. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702015000100007. Acesso em: 13 dez. 2022.

LOURO, Guacira Lopes. Patriarcado e militarismo: o feminismo em Virgínia Woolf. Aula aberta em 30 de agosto de 2019 para a disciplina “Introdução aos Estudos de Gênero e Sexualidade” com a Professora Jane Felipe pelo Programa de Pós-graduação em Educação na Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019a.

LOURO, Guacira Lopes. Patriarcado e militarismo: pensamentos de paz em tempos de guerra. Posfácio. In: WOOLF, Virgínia. As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo. Belo Horizonte: Autêntica. 2019b.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. Portaria nº 2.836, de 1º de dezembro de 2011. Institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais [...]. Brasília, 2011. Disponível em https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt2836_01_12_2011.html. Acesso em: 11 dez. 2022.

MORAES, Suelma Sousa; PACCIOLA, Aureliano. Feminismo, identidades de gênero e sexologia. *Numen: revista de estudos e pesquisa da religião*, v. 18, n. 2, p. 107-125. Juiz de Fora, 2016.

MORANDO, André; SOUZA, Geisa Silveira; SANTOS, Paloma Nascimento. “Chamei os dois e perguntei abertamente, quem era o pai e quem era a mãe”: homoparentalidade, docência e educação infantil”. *Diversidade e Educação*, v. 8, n. 1, p. 452-472, jan./jun. 2020. Disponível em <https://periodicos.furg.br/divedu/article/view/11310/7834>. Acesso em 18 dez. 2022.

NEVES, Cláudia Abbês Baêta. Desejar. In: FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina. 2015. p. 69-72.

NO AMAZONAS É ASSIM. Prefeitura de Tefé apresenta projeto no 9º Seminário Internacional na Itália. Manaus, 20 fev. 2020. Disponível em <https://noamazonaseassim.com/prefeitura-de-tefe-apresenta-projeto-no-9o-seminario-internacional-na-italia/>. Acesso em: 17 dez. 2022.

NOVAES, Erika. 31 de março de 2022. Instagram: @erika.parentalidadepossivel. Disponível em <https://www.instagram.com/p/Cbx6o9duxQP/>. Acesso em: 27 dez. 2022.

O FIEL CATÓLICO. Considerações sobre o Sínodo Ordinário dos Bispos sobre a Família (2015). 5 out. 2015. Disponível em: <https://www.ofielcatolico.com.br/2005/10/consideracoes-sobre-o-sinodo-ordinario.html>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ONG AMIGAS DO PARTO. 4 jan. 2018. Twitter: AmigasDoParto. Disponível em: <https://twitter.com/AmigasDoParto/status/948908201994485760>. Acesso em: 13 dez. 2022.

PASSOS, Maria Consuelo. Homoparentalidade: uma entre outras formas de ser família. *Psicologia Clínica*. 2005, v. 17, n. 2, p. 31-40. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-56652005000200003>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PEPITA. 7 mai. 2022a. Instagram: @Pepita. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CdQgOACrcXi/?utm_source=ig_embed&ig_rid=042fd1ff-7c55-4b49-942e-d96827b6b5f4. Acesso em: 27 dez. 2022.

PEPITA. 9 nov. 2022b. Twitter @PepitaOfc. Disponível em: <https://twitter.com/PepitaOfc/status/1590466707227045888?cxt=HHwWgMDT9eTCvJlsAAAA>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PEPITA. 20 nov. 2022c. Twitter @PepitaOf. Disponível em: <https://twitter.com/PepitaOf/status/1594374670479806466?cxt=HHwWhMCijZjUraAsAAAA>. Acesso em: 17 dez. 2022.

PIAUÍ. Da mamadeira de piroca ao banheiro unissex. 28 out. 2022. Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/eleicoes-2022/da-mamadeira-de-piroca-ao-banheiro-unissex/>. Acesso em 19 dez. 2022.

PICCININI, Cesar Augusto; ALVARENGA, Patrícia. (Eds.). Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012

PINTO, Virginia Bentes; SILVA NETO, Casemiro; COSTA, Maria de Fátima; BEZERRA, Fabiola Maria Pereira; CAVATI SOBRINHO, Heliomar; CYSNE, Maria do Rosário Fátima. “Netnografia”: uma abordagem para estudos de usuários no ciberespaço. *In*: Congresso Nacional de bibliotecários, arquivistas e documentalistas. Região Autônoma dos Açores/República de Portugal: Universidade de Açores, 2007. Disponível em <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/11579>. Acesso em: 11 dez. 2022.

PSI UNINASSAU. A psicologia com a população LGBTQIAP+. 9 out. 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=n7NoTaSs-6A&t=4s>. Acesso em: 13 dez. 2022.

QUINALHA, Renan. Direitos humanos no cenário atual, avanços, desafios e perspectivas na garantia dos direitos da população LGBTI+. Palestra realizada no I Seminário Municipal de Direitos Humanos - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2022.

RAUPP, Fabiano Maury; BEUREN, Ilse Maria. Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais. *In*: BEUREN, Ilse Maria. (Org). Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2006.

REVISTA MARIE CLAIRE. Pepita anuncia maternidade: ‘Muito orgulho de dizer que sou mãe’. 7 mai. 2022. Disponível em: <https://revistamarieclaire.globo.com/Cultura/noticia/2022/05/pepita-anuncia-maternidade-muito-orgulho-de-dizer-que-sou-mae.html>. Acesso em: 17 dez. 2022.

RODESCHINI, Giulia (Org.). Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialita' LGBT+ (Progetto Europeo Doing Rights, Erasmus+ dell'Unione Europea). Bolonha: Centro stampa della Regione Emilia-Romagna, 2019.

SALABERT, Duda. 07 jan. 2022. Instagram: @duda_salabert. Disponível em: https://www.instagram.com/p/BsVN-3PjCih/?utm_source=ig_embed&ig_rid=73c0e2fb-057e-4e65-bb6b-a86fd7550ab9. Acesso em: 27 dez. 2022.

SARTI, Cynthia Andersen. Contribuições da Antropologia para o Estudo da Família. *Psicologia USP*, v. 3, n. 1/2, 1992, p. 69-76. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicousp/v3n1-2/a07v3n12.pdf>. Acesso em: 18 dez. 2022.

SIMÕES, Lisângela. Estudo semântico e diacrônico do sufixo “-dade” na língua portuguesa. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Filologia e Língua

Portuguesa. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

SINDICATO DOS REGISTRADORES PÚBLICOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL – SINDIREGIS. Artigo – A figura do PAI vista pela lei. Disponível em: <http://sindiregis.com.br/artigo-a-figura-do-pai-vista-pela-lei/>. Acesso em: 12 dez. 2022.

SOUZA, Fernanda Hermínia Oliveira; FONTELLA, Cristina. Diga, Gérard, o que é a parentalidade? Tradução. *Clínica & Cultura*, v. 5, n. 1, 2016, p. 107-120. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/clinicaecultura/article/view/5375>. Acesso em: 17 dez. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.275, de 1º de março de 2018. Brasília, 2018. Disponível em <https://portal.stf.jus.br/processos/detalhe.asp?incidente=2691371>. Acesso em: 11 dez. 2022.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão nº 26, de 13 de junho de 2019. Brasília, 2019. Disponível em <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=754019240>. Acesso em: 11 dez. 2022.

TAPIOCA NETO, Renato Drummond; MOREIRA, Marcello. Esposa autônoma, marido submisso: casamento, dote e escravidão no romance *Senhora*, de José de Alencar (1875). *Revista Aedos*, v. 8, n. 19, p. 37-61, 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/aedos/article/view/68933>. Acesso em: 11 dez. 2022.

TRINDADE, Zeidi Araujo; ENUMO, Sônia Regina Fiorim. Triste e incompleta: uma visão feminina da mulher infértil. *Psicologia USP*. 2002, v. 13, n. 2, p. 151-182. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-65642002000200010>. Acesso em: 11 dez. 2022.

TRUJILLO, Cardeal Alfonso López. Clonagem: desaparecimento da progénie e negação da família. Vaticano, 2003. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/family/documents/rc_pc_family_doc_20030808_cloning-trujillo_po.html#top. Acesso em: 11 dez. 2022.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s1517-97022015031914>. Acesso em: 11 dez. 2022.

VILHENA, Oscar. Direitos humanos e democracia: cenário atual, desafios, perspectivas e agendas para a garantia dos direitos universais. Palestra realizada no I Seminário Municipal de Direitos Humanos - Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Porto Alegre, 2022.

ZATTERIN, Marco. Parlamento Europeu reconhece o direito das famílias gays. *La Stampa*. Itália. 2015. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/sobre-o-ihu/169-noticias/noticias-2015/543406-parlamento-europeu-reconhece-os-direitos-das-familias-gays>. Acesso em: 11 dez. 2022.

ANEXO: ARTIGO PUBLICADO

PAVEI-LUCIANO, Mateus; CECCIM, Ricardo Burg. Preconceito e desconhecimento no ensino e na atenção: saúde da família e a genitorialidade LGBT+. *In*: FERLA, Alcindo Antônio; FUNGHETTO, Suzana Schwerz (Org.). **Reflexões sobre formação em saúde: trajetórias e aprendizados no percurso de mudanças**. Porto Alegre: Editora Rede UNIDA, 2022, p. 227-244.

**PRECONCEITO E DESCONHECIMENTO NO ENSINO E NA ATENÇÃO:
SAÚDE DA FAMÍLIA E A GENITORIALIDADE LGBT+**

Mateus Pavei Luciano

Ricardo Burg Ceccim

O desconhecimento, quando não o preconceito e a discriminação, em relação às diversidades sexual e de gênero está entre os principais desafios para um atendimento com equidade nos serviços de saúde. A reorientação do modelo de assistência médica centrada nas doenças e seu correspondente tratamento farmacológico para um modelo de atenção integral à saúde veio com a proposta da Estratégia Saúde da Família. Tal reorientação do modelo assistencial, entretanto, não se afastou da identificação de problemas de saúde e sua correspondente prescrição terapêutica.

Uma mudança de modelo requer intervenções de mudança no pensamento, nos olhos de quem vê, nos ouvidos de quem escuta, na pele de quem sente. Se a estratégia é de acolher, atender e cuidar como saúde da família, a formação e a educação permanente em saúde precisam colocar em causa a própria noção de família, mas não apenas para si (profissionais, equipes e serviços), também, na sociedade, inclusive como parte da própria intervenção em promoção da saúde.

A população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros, assim como pessoas queer, agênero, gênero fluido, não-binárias, pansexuais, intersexo, demissexuais, dois-espíritos e toda a busca por inclusão das mais variadas dimensões da construção dos pertencimentos sexuais e de gênero (LGBT+), historicamente e ainda hoje, é alvo de preconceitos, sofre discriminações quando constitui família e poucas vezes é pensada como família com filhos, inclusive próprios. A Política Nacional de Atenção Integral à Saúde de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais¹, publicada em 2011, foi um passo relevante na direção da maior equidade no acolhimento pelo Sistema Único de Saúde (SUS), tendo em vista dissipar a discriminação, eliminar o preconceito institucional e reduzir as desigualdades no acesso e acompanhamento de necessidades em saúde.

Pesquisa recente, realizada junto ao atendimento de saúde de pessoas LGBT+ mostra que essa população tem menor acesso ao sistema de saúde, encontra um atendimento não humanizado, uma atenção discriminatória e resistente às questões da diversidade sexual por parte de profissionais da saúde, inclusive residentes de Saúde da Família que rejeitam cumprir carga horária no Ambulatório LGBT+ do SUS (AVELINO, 2022). Esse dado revela mais o preconceito e a discriminação que o desconhecimento dos profissionais em relação às necessidades de saúde da

¹ A Política Nacional foi apresentada como de “Saúde Integral” de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, modificamos para de “Atenção Integral à Saúde” de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais”, enfocando o papel dos profissionais, equipes e serviços.

população LGBTQ+ e do atendimento a ela. Portanto, além da lacuna curricular nos cursos da área da saúde na abordagem dessas questões, há um problema na “educação da cultura” sobre a paternidade e a maternidade entre pessoas LGBTQ+. Se é essencial que haja formação e educação permanente para o atendimento integral e humanizado de pessoas LGBTQ+, incluindo cursos de graduação, residências e pós-graduação tendo em vista a Estratégia Saúde da Família, também é necessário fazer ver e acolher afetuosamente essas famílias.

A Portaria 2.836, do Ministério da Saúde, de 1º de dezembro de 2011, definiu os objetivos e as diretrizes da política de saúde à população LGBTQ+, incluindo a garantia de uso do nome social de travestis e transexuais, a prevenção de novos casos de cânceres ginecológicos (cervico-uterino e de mamas) entre lésbicas, mulheres bissexuais e homens transsexuais, como novos casos de câncer de próstata entre gays, homens bissexuais, travestis e mulheres transexuais, além do amplo acesso ao tratamento oncológico. Avelino (2022) estudou um Consultório Familiar no atendimento de pacientes externos em Hospital Maternidade na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte e relatou o atendimento de pré-natal em homem trans casado com uma mulher trans. No caso desse serviço de saúde foi criada a Carteira do Gestante e o pesquisador elaborou tal material gráfico em registro manual replicando a Carteira da Gestante, onde a imagem era de um homem grávido e toda a linguagem de gênero estava no masculino.

A proposta de política nacional de saúde à população LGBTQ+ fala na eliminação do preconceito contra a população LGBTQ+, mas essa ação não se esgota ao setor sanitário propriamente dito. A Atenção Básica inclui o Programa Saúde na Escola, já as escolas, não sendo serviços de saúde, participam fortemente de uma educação da cultura, onde a promoção da saúde se revela. A Atenção Psicossocial tem recebido a população LGBTQ+ em sofrimento psíquico cuja origem é a violência de gênero e contra a diversidade sexual, sugerindo que no caso de crianças e jovens cabe às escolas o melhor acolhimento e inserção social.

Se essa população de uma forma geral encontra dificuldades em ter garantido um atendimento em saúde equitativo e integral, dificuldades e constrangimentos são correntes na escola diante de crianças e adolescentes LGBTQ+. Todavia, dentre as dificuldades e constrangimentos sofridos pelas crianças e adolescentes também estão aqueles sofridos em decorrência do pertencimento a famílias LGBTQ+. Além do preconceito e discriminação das pessoas LGBTQ+, há a discriminação e preconceito para com filhos de pessoas LGBTQ+ e com a parentalidade ou genitorialidade LGBTQ+.

Embora a palavra corrente seja parentalidade, como referência à paternidade ou à maternidade, esse texto adota a palavra genitorialidade, onde seja possível evidenciar não apenas a responsabilidade parental (que poderia ser de avós, padrinhos, tios ou outros), mas a materialidade de uma vida ou família que gera ou dá origem a filhos, não apenas os cria ou se responsabiliza pela manutenção, cuidados e educação de crianças e adolescentes tratados como familiares íntimos.

O presente documento de escrita visa situar a genitorialidade LGBTQ+, dando-lhe um lugar de evidência e, portanto, de educação da cultura. Piccinini e Alvarenga

(2012) reivindicam que a maternidade e a paternidade podem ser consideradas como fenômenos complexos, sendo objeto de estudo de muitos pesquisadores interessados no desenvolvimento infantil e na saúde psíquica de crianças e adolescentes. Acrescentamos a saúde materna e a saúde paterna dos genitores. Uma variedade de teorias e métodos de pesquisa estão em voga. Inúmeras ideias sobre a parentalidade têm sido divulgadas nos meios científicos e de comunicação, contudo, a genitorialidade LGBT+ é assunto novo.

Destacamos a importância de discutir tal “fenômeno” em meio à formação e educação permanente em saúde não apenas na graduação e pós-graduação em psicologia, mas na educação e ensino dos profissionais de saúde como um todo, tendo em vista a atenção básica, a estratégia saúde da família, a gestão da política de saúde à população LGBT+, o programa saúde na escola, a atenção psicossocial, a terapia comunitária e a psicoterapia de família.

Genitorialidade LGBT+ na educação: águas marginais

Pensar saúde e educação é pensar na potência de vida desses espaços, o encontro de vidas e diversidades que esses territórios de ação proporcionam. Importa reconhecer e escutar suas margens e interseções, o que está ali, no meio ou além, margeando a realidade heterocisnormativa. As relações de sexo e gênero com os contextos sanitário e educacional precisam ser reconhecidas como promotoras ampliadas de saúde ou geradoras de sofrimento por seu grande papel no desenvolvimento psíquico, cognitivo e social.

O cotidiano escolar possui relação permanente com as questões de gênero e sexualidade: as descobertas infantis, as experimentações adolescentes, as falas e os silêncios da instituição, ações sobre orientação sexual na escola, gestação na adolescência e situações envolvendo abuso sexual ou sua suspeita. Nestas águas e seus contornos ou entornos, compreendemos a necessidade de promover espaços de debate e construção das percepções de gênero e sexualidade. Sim, discutir teoria de gênero na escola e discutir diversidade sexual na escola. Contando com acolhimento e escuta de estudantes, com formação docente, com diálogo e discussão com famílias e comunidade, e com adequadas interações entre serviços de saúde locais e escola, a temática gênero e sexualidade contribui ativamente na proteção da subjetividade e no desenvolvimento cognitivo e afetivo.

É fundamental para a construção de uma sociedade mais acolhedora, respeitosa e humana que possamos compreender nossas escolas com potência de reverberar acolhimento e promover existências, onde possamos nos aproximar e conhecer o que está além do nosso olhar e do nosso ouvir normatizados e normalizados, o que está à, na ou além da(s) margem(ns) vigentes. Pensar em escola, em espaço educativo, em educação, em aprendizagem e em relações escolares e educacionais implica perceber a presença e a manutenção de preconceitos, assim como a necessidade de desconstruir vigências morais.

Qual tem sido o espaço da originalidade, da excentricidade, se não o lado de fora? O negativo, o não incluído ou o fora, entretanto, não são apenas *diferenças*. Devemos encontrar a força e a potência do diferir na desconstrução das vigências. O fora *maquina* pelas desconstruções da vigência, como numa guerra de expansão de território (sem invadir ou retirar território de outro).

Conforme Deleuze e Guatarri (2014, p. 15), “do ponto de vista do Estado, a originalidade do homem de guerra, sua excentricidade, aparece necessariamente

sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação, pecado”. Identificar, categorizar, oprimir, proibir, excluir, fazem parte do combate exercido pelos aparelhos de Estado. As máquinas de guerra, ao contrário desses aparelhos, querem a potência, a ressingularização permanente, as novidades que a vida pede. Loucura, pecado, deformidade: o que nos dizem, o que nos informam, de quem falam?

A escola é território que representa um todo, em uma intensidade que enlaça redes. Qual nosso modelo de escola e educação e, por conseguinte, os padrões e formatos de fazer e acontecer relações e processos de aprendizagem? Num movimento de contato dentro-fora/fora-dentro que catapulta ou captura a existência humana, encontra-se a sexualidade e na sexualidade a vida e morte, a pulsão, o encontro, o reconhecimento de si e do outro, o afeto, o desejo, a potência, o desenvolvimento humano.

Foucault (2014, p. 8) aponta que a sexualidade foi cuidadosamente encerrada dentro de casa com a imposição moral de uma família conjugal. A função de reproduzir ganhou voz, enquanto o sexo devia calar-se. Surge o casal, legítimo e procriador, como moral e lei, impondo-se como norma, verdade, direito e lugar de fala. Um único lugar é reconhecido como legítimo, legal e moral à sexualidade: o quarto do casal ou, mais particularmente, “o quarto dos pais”. O casal é heterossexual, o sexo é no quarto dos pais, o decoro e a decência reservam o sexo ao casal e à procriação, o recato das atitudes reserva o sexo ao casal e a decência preserva o sexo para a geração de uma família saudável e estruturada na relação pai, mãe e filhos. A genitorialidade, então, desponta como heterossexual, definindo os papéis de pai, mãe e filho. Este seria o decoro e a decência na criação das crianças.

Neste sentido, olhares e curiosidades, talvez num desejo voyerista, percebam o não-heterossexual e a pessoa não cisgênero (as margens e seu desejar-viver). Homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis: com filhos na escola? Com filhos como fetiche? Esses filhos tendo colegas de escola? Seriam estas presenças do externo, do proibido, do pecado e da loucura um corpo de acontecimentos na escola? Novas normas, novas legitimidades, novas leis e nova moralidade pedem curso?

Saúde e educação são espaços de políticas: das políticas públicas às políticas da vida. Aliás, é o que precisamos pensar, entender, compreender. No seio da escola tem sexualidades: masculinidades, feminilidades, heterossexualidades, homossexualidades, bissexualidades, transexualidades, travestilidades... Diversidades sexuais no seio da escola, não fora dela. Angelucci (2015, p. 18) nos fala da escola como lugar de reocupação do público, esfera de humanização e coletividade.

Guacira Lopes Louro, em sua fala na aula aberta de 30 de agosto de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, instiga: “o que é do menino, o que é da menina?”. Dialogando com a produção de Virgínia Woolf, Louro aponta para o quanto “homens e mulheres têm sido educados de formas diferentes ao longo do tempo” (LOURO, 2019a). O que é do menino/da menina não heterossexual e/ou não cisgênero? Dos meninos/meninas não binários? O quanto meninos e meninas vêm sendo educados a partir de um padrão heteronormativo e, sobretudo, cisgênero! Sabemos o quanto somos classificados a partir de nossos corpos, mas ser “homem” e ser “mulher” é mais que ser uma expressão corporal. Virgínia Wolf, segundo Louro (2019b), sugere uma reestruturação da educação de homens e mulheres: re-combinações.

Precisamos entender que gênero é um conceito que vem se modificando, mas

que nenhum conceito dá conta das existências. Falamos de “existências” por não ser um processo individual. “Eu” posso viver e suportar, segundo minhas condições subjetivas, mas se a minha existência não é admitida, posso ser assassinado, emboscado, alvo de *bullying*, excluído de times e equipes, postergado em indicações e representações. Os conceitos se sofisticam, evoluem, mas não ressingularizam instituições. Não se dissemina aquilo que deve desarmar as moralidades conservadoras. Por quê? Como fazer?

Nesta direção, provavelmente, as respostas incluem a escola. A escola é um espaço essencial nas entranhas sociais (LOURO, 2019a). Conforme o documentário “Gênero sob ataque” (CLACAI, 2018), a educação é, sem dúvida, um eixo transformador e, acerca dos interesses religiosos e ideologias autoritárias e repressoras na educação, “nada é mais perigoso para seus propósitos, que uma educação livre”.

É urgente ouvir, escutar, pensar, questionar e ressignificar os olhares sobre o ser saúde e o ser educação. Entender de onde e como vêm as concepções e medos do que é ser e viver saúde e educação em compromisso com existências, como promoção da vida, com liberdade de ser-sentir-querer uma vida afirmativa, generosa, inclusiva, plural. Reconheçamos a cobiça pelo espaço escolar e educacional como espaço de fronteira e guerra, a escola como aparelho de cooptar e a escola como enfrentamento às capturas.

Bento e Pelúcio (2012) lembram que discutir gênero (e sexualidade) é ocupar/desejar “um espaço de lutas marcadas por interesses múltiplos”. Espaço este, então, extremamente cobiçado. Poder e potência se encontram em sua captura e sua resistência. As autoras, enfatizando que os preceitos heteronormativos fundamentam os saberes científicos, convocam-nos a pensar sobre o que escrevem aqueles que discutem gênero e sexualidade na ciência. A partir de então: quem discute gênero e sexualidade na escola? Como se discute gênero e sexualidade na escola? Se discute? Se conversa? Se percebe?

Tendo a escola como um oceano de políticas e lutas, precisamos reconhecer a presença do estado e a “inclusão excludente”. Corporifica-se o gênero, patologiza-se e anormaliza-se a sexualidade visando a uma pseudoinclusão (inclusão do diferente, não a inclusão da diferença). Precisamos questionar todo um discurso de “coerência” – pensado e “desejado” – baseado na norma em que “o masculino e o feminino só se encontram por intermédio da complementaridade da heterossexualidade” (BENTO; PELÚCIO, 2012, p. 571).

O discurso na Saúde e na Educação tem se constituído também como discurso na escola? Os discursos presentes nas escolas ainda aprisionam? Em que pesem as discussões avançadas em Saúde e em Educação, precisamos reconhecer que uma mudança na cultura ainda se arrasta, carregando prejuízos à saúde mental e à saúde física, assim como violências, abusos, assassinatos e suicídios. Precisamos reconhecer a potência que o espaço escolar possui para incidir na cultura. Mulheres e homens (cis ou transgênero, homo, bi, inter, a ou heterossexuais) cresceriam e conviveriam mais saudáveis frente às suas questões sexuais se dispuséssemos de mais espaços de discussão nas escolas. Vivenciaríamos espaços de convivência e desenvolvimento humano mais saudáveis se dispuséssemos de espaços de discussão sobre as diversidades de gênero e sexualidade nas escolas. O quanto viveríamos menos violências, principalmente contra mulheres e pessoas LGBT+, se de fato construísssemos de diálogo e convivência sobre gênero e sexualidade nas escolas?

A escola precisa ser percebida como um espaço de encontro, de contato com

a diferença e reinvenção pelo diverso. Um espaço que contata a vida em sua amplitude e toma a vida como potência, resistência e construção de uma sociedade mais humana. Como escrevem Ceccim, Ferla e Oliveira (2017, p. 15), sobre a urgência em vivermos espaços de re-des-construção de vidas e corpos:

Lutar pela livre orientação sexual, livre expressão corporal de masculinidades e feminilidades; lutar pelo direito ao prazer com um corpo que sente e deseja; lutar por um corpo que experimenta e vive o querer-se; lutar por um corpo que pode afirmar sua diversidade e o prazer de singularizar-se, lutar tendo a posse do prazer, eis uma disposição pelo que e como lutar. O prazer como seleção de caminhos de luta e invenção de territórios, lutar em coletivos que nomeiam o prazer, defender o prazer, não ter medo do prazer. Prazer de poder ser. O prazer como cartografia de luta.

Ceccim (2018, p. 1762), discutindo ética na interprofissionalidade, apresenta um olhar muito especial sobre a resistência ao retomar aspectos de um aprender e um fazer a partir da diferença, em que:

[...] é por esta condição de abertura à diferença ou ressingularização que o aprender livre e criativo é “resistência”, e não “adaptação”. Resistência e “reexistência”; resistência como recusa às formas dadas e “reexistência” como invenção da existência. Resistir e existir, pois a recusa decorre de problematização dos saberes antecedentes (afeto de estranhamento) e invenção de outras formas de existir (cronogênese, invenção de mundo).

Contextualidades: águas para navegar, nadar, mergulhar

Se desejar é uma produção que se dá no próprio ato de pesquisar, como efeito sem causa que lhe seja anterior e na imanência dos campos fenomênicos em meio aos quais lhe seja anterior e na imanência dos campos fenomênicos em meio aos quais se desdobra, o pesquisar não implicaria um mergulho micropolítico neste campo problemático? (NEVES, 2015, p. 71)

Conforme o “pesquisar na diferença”, de Fonseca, Nascimento e Maraschin (2015, p. 10), precisamos buscar “vidências e não evidências”, precisamos descobrir e encontrar “[...] outros mundos coalescentes a esse nosso atual presente. [...] essa seria nossa busca de reconciliação com aquilo que ainda não foi trazido à superfície e que ainda jaz nos lençóis do tempo como espera e suspensão em busca de agenciamento”.

A partir de um olhar frente à diversidade sexual presente nos laços entre saúde e educação, faz-se urgente pensarmos nas pessoas LGBTQ+, mais especificamente nas famílias LGBTQ+, sua presença-ausência nos serviços de saúde e nas escolas. O reconhecimento e ativa aceitação (ou a negação) da genitorialidade LGBTQ+ na saúde e na escola, buscando mergulhar em “um caso de pesquisa que é constituído não como um problema a resolver, mas como o próprio problema que gera novas problematizações e novas perguntas” (FONSECA, NASCIMENTO, MARASCHIN, 2015, p. 12).

É importante reconhecermos a saúde e a escola como espaços que acolhem, rechaçam, escondem, negam ou destacam. Parece-nos que as instituições de saúde e escolares propõem a ausência – discursos como “não é necessário dar pinta”, “não é necessário revelar”, “não é necessário levantar bandeiras” habitam esses lugares. A produção e atualização do existir ficam veladas, quando não vetadas (ou vetadas, por isso, veladas). Seria possível discutir estes espaços a partir do conceito de liso e estriado, presente na obra de Deleuze e Guattari? Quando o serviço de saúde e a escola se fazem espaços lisos?

O espaço liso é um campo sem condutos nem canais. Um campo, um espaço liso heterogêneo esposa um tipo muito particular de multiplicidades: as multiplicidades não métricas, acentradas, rizomáticas, que ocupam o espaço sem “medi-lo”, e que só se pode explorar “avançando progressivamente” (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 38).

A variabilidade, a polivocidade das direções, é um traço essencial dos espaços lisos, do tipo rizoma, e que modificam sua cartografia. O nômade, o espaço nômade, é localizado, mas não delimitado (DELEUZE; GUATTARI, 2014). Nesse sentido, pensamos na possibilidade e necessidade de alisarmos os espaços estriados, deixá-los mais lisos (ou menos estriados), mais livres, mais sensíveis. Experimentar, criar, reinventar, agenciar, sermos mar, deixarmos de ser terra, navegarmos. E assim inventar novas possibilidades, novos espaços.

A situação é ainda muito mais complicada do que dizemos. O mar é talvez o principal espaço liso, o modelo hidráulico por excelência. Mas o mar é também, de todos os espaços lisos, aquele que mais cedo se tentou estriar, transformar em dependente da terra, com caminhos fixos, direções constantes, movimentos relativos, toda uma contra-hidráulica dos canais ou condutos. (DELEUZE; GUATTARI, 2014, p. 61)

Seria possível pensar um espaço-relação sanitário e escolar a partir da ruptura com a genitorialidade heterossexual? Pais e mães não heterossexuais têm filhos na escola? Como os trazem e buscam? São homenageados nos dias dos pais e das mães ou das famílias? E nos dias do Orgulho LGBT+?

Pensar a escola como espaço que acolhe ou marginaliza é pensar o que compõe e de onde vem a instituição escola, o que ela representa. Não seria, então, inventar um outro espaço? Parece-nos, por vezes, que encontrar uma escola insurgente é como encontrar uma agulha no palheiro porque está lá, pensamos que sim, há um mundo presente em uma agulha, mas não é a instituição que mudou. E o nômade, o nomadismo, o território e a territorialização como podem ser detectados?

Já que é para reconhecer o complexo, tanto do palheiro quanto da agulha e do que existe no agenciamento dos dois, podemos singularizar mais as questões LGBT+ e localizar pulsações políticas vividas no âmago da explosão parental: sim, há o casal com filhos, mas não é um par de cisgêneros, um casal heterossexual em uma união heteronormativa. Filhos, filhas, pais, mães, dois pais, duas mães: não famílias aparelho de Estado, mas famílias máquinas de guerra. Alunos, alunas, professores, professoras, genitores, genitoras, a comunidade escolar: quantas agulhas, quanto palheiro.

Quais agulhas, alfinetes, pregos, parafusos participam das engrenagens e concatenamentos de gênero e sexualidade na escola? Se a sexualidade é insurgente e a genitorialidade também, o que podemos encontrar? A escola acolhe ou discrimina, integra ou segrega, inclui ou dissimula? Como genitores LGBTQ+ escolhem a escola de seus filhos e a ela comparecem?

Se desejamos olhar a escola como este território/espço de encontro e diversidade, e absorver-observar-descobrir um recorte LGBTQ+ aos genitores isso nos leva a um novo mundo dentro de um mundo. Encontramos palheiros dentro de agulhas. Então, o que é um recorte? Voltamo-nos para o próprio espaço e, então, percebemos o não LGBTQ+ deste espaço. Percebemos a heteronormatividade nos discursos, nas performances, no território. Percebemos, então, a partir da ausência e do não existir do LGBTQ+, o não existir da genitorialidade LGBTQ+. Se nos perguntamos como este território “acolhe” e reconhece esta existência, o quanto estas subjetividades existem e compõem este território, parece-nos que, então, buscamos desvelar o quanto se faz presente esta ausência. O quanto a norma faz morrer esta existência. O quanto esta tradicionalidade não permite existir esta diversidade. Por quê?

Encontramos em Ailton Krenak (2019), um aconchego. As questões de Krenak nascem em outra demanda, nos falam da terra e da humanidade. Como nossa cultura recebe essa díade como coisas distintas e, então, lidamos com o desperdício dos sentidos, um divórcio das integrações e interações, a negação da vida em lugar do compromisso com a vida. O antropólogo indígena nos convida a reconhecer o conjunto das forças no mundo e critica o antropocentrismo. Pensamos no heterocentrismo assim, solapando as forças de afecção dos corpos que afirmariam existências diversas. Podemos despersonalizar e dessubjetivar esse lugar binário em nós, remover o sentido da genitorialidade como atributo exclusivo do casal heterossexual e, então, compor forças geradoras de mais vida?

Pensando nas famílias, segundo as genitorialidades LGBTQ+, questionamos o acesso ao sistema Saúde/Educação. Seria acessar um sistema que é “por natureza” heteronormatizado, para deseteronormatizá-lo? Não! Se pesquisadores e autores do campo educacional tratam de sugerir a introdução das teorias de gênero e sexualidade nos currículos escolares ou a inclusão da orientação sexual na escola como atividade pedagógico-educacional, percebe-se a ênfase no acesso a um conhecimento necessário. Contudo, levantamos, aqui, as relações diretas entre alunos, alunas, professores, professoras, pais e mães no ambiente da escola, das reuniões escolares, do compartilhamento dos ambientes de aprendizagem e ambientes de família. Quando os pais são pessoas LGBTQ+ não significa apenas inserir assuntos referentes a este tema da diversidade no currículo, contemplar conteúdos curriculares ou criar uma matéria específica: é sobre o viver das relações, é afetar e ser afetado por olhos, olhares, ouvidos, escutas, toques, convites, escritas, desenhos, caronas, linguagens, piadas, xistes, xingamentos, elogios, comemorações, afastamentos...

As LGBTQ+fobias são o desprezo ao diverso, o desprezo às afecções que dessubjetivam e ressingularizam, a captura às identidades, mesmo que nefastas à vida em comum. Acreditamos na potência de encontro do diverso. Krenak (2019, p. 28) retoma: “em que lugar podemos descobrir um contato entre as nossas visões que nos tire desse estado de não reconhecimento do(s) outro(s)?”

O desejo do mergulho é a promoção de espaço e a participação na luta pelo reconhecimento das forças de vida na diversidade, mas, sobretudo, o encontro e

acolhimento ativo dessas famílias e, portanto, dessas crianças e adolescentes, dessas vidas e dessas potências, acreditando que “nos encontros, os corpos ganham potência de produzir novos enunciados, sempre coletivos, inventando outros corpos, maquina[ndo] alegria e dor, engendrando outras subjetividades e seus próprios objetos” (NEVES, 2015, p. 70).

Foucault (2014, p. 14) alerta-nos (e desacomoda e incomoda e nos convoca):

Dir-me-ão que, se há tanta gente, atualmente, a afirmar essa repressão, é porque ela é historicamente evidente. E que se falam com uma tal profusão e a tanto tempo, é porque essa repressão está profundamente firmada, possui raízes e razões sólidas, pesa sobre o sexo de maneira tão rigorosa, que uma única denúncia não seria capaz de libertar-nos; o trabalho só pode ser longo.

Encontro e experimentação: mergulhar, banhar-se e afogar-se

Não se habita o mundo da mesma forma quando nos pomos a escutar o silêncio da noite, o farfalhar do vento nas folhagens, as ondas do mar quebrando nas praias ou a gaivota revolvendo a areia, ao final do dia, para dali catar algum resto esquecido e depois, em voo preciso, se afastar lentamente, como quem tem preguiça ou apenas não tem pressa para acompanhar o pescador em seu barco mar adentro. (Arantes, 2015, p. 93)

Precisamos navegar, apreciar a paisagem, o pôr-do-sol e o luar. Precisamos mergulhar. Adentrar o território escolar, com o objetivo de se deixar perceber a presença-ausência da questão LGBT+, imaginando e desejando possibilidades de escuta. Escutar as professoras e professores? Escutar as crianças, os adolescentes, os adultos? Escutar a direção, a equipe pedagógica? Escutar as salas de aula, as matérias, o recreio? Escutar o barulho que cala, o silêncio que grita? Escutar as famílias? Escutar a heteronormatividade? Escutar a LGBT+fobia? Escutar o preconceito? Escutar a diversidade? Escutar a resistência? Escutar a “reexistência”? Escutar o *bullying*? Escutar a dor? Escutar o amor? Escutar...

Uma escuta que nos leve para as famílias LGBT+. Onde estão? Quem são? O que sentem? O que percebem? O que desejam? O que reconhecem? O que escutam? O que silenciam? O que sofrem? O que vivem? O que amam? Mergulhar em suas histórias, suas lutas, suas vitórias, suas dores e suas vidas. Sermos espaço. Sermos aconchego. Sermos acolhimento. Sermos escuta, acreditando que precisamos escutar. As vozes, as falas, as vidas gritam o tempo todo. E nós, conseguimos escutar? Temos sensibilidade para escutar? A quem interessa escutar? O que precisamos para escutar?

Escutar e fazer-se escuta. Escuta como cuidado de si. Cuidado de si como cuidado do outro (e do “outrar-se” pelo outro). Cuidado de si diferente de conhecimento de si. Desejar uma escuta que escute, que acesse o outro, sua subjetividade, sua construção de verdade, sua leitura de mundo e vida, sua percepção de si mesmo. Não um ouvir palavras e gestos que possam se encaixar ou se enquadrar em alguma teoria, em algum saber pré-posto, mas escutar, sentir e vivenciar esta escuta.

Conforme Esther Arantes (2015, p. 94), “escutar, como se deve, para que a alma acolha a palavra que lhe é endereçada, é fundamental uma economia dos gestos

e palavras, um silêncio ativo e um certo recolhimento, que se opõe a tagarelice”. A partir de um desejo que permita navegar de forma fluida, atenta e sensível, um olhar cartográfico se faz fundamental, de maneira a inibir formas e estruturas pré-conceitualizadas.

Tendo Costa, Angeli e Fonseca (2015, p. 47) a bordo, entendemos que acessar tais territórios a partir da cartografia “é encontrar-se com reentrâncias fugidias, de dimensões mínimas, que abrem problemáticas ilimitadas, sem espaço para binarismos advindos da partição abstrata do mundo em categorias estanques”. Encontros que envolvem a disposição de uma cartografia, escuta atenta, ativa e sensível para perceber nuances. Então, se se entende a urgência em discutir a genitorialidade LGBT+ na escola e o quanto isso nos desacomoda, parece necessário relatar o quando nos escutamos e nos percebemos incomodados. Processo necessário e essencial para o próprio cartografar, onde se possa se escutar, reconhecendo-se como parte do território, identificando-se com o espaço.

Segundo Neves (2015, p. 71),

[...] desejar na pesquisa é ser digno do acontecimento como efeito de uma experimentação problematizadora, perturbadora, desestabilizadora no acompanhamento dos processos de composição e decomposição de uma realidade ou matéria, apreendendo-a em seus índices imateriais e movimentos conectivos na produção do socius e dos modos de subjetivação.

Pois cartografando aspectos tão marginais ao território educacional, vidas tão periféricas ao espaço escolar, indivíduos e famílias tão ausentes do discurso e da realidade que constituem nossas escolas, entendemos que, à luz de Foucault, importa nos aproximarmos destas margens e limites que definem esses territórios e espaços, desenham contornos. Acreditamos que “as experiências do fora, das margens, dos limites, das fronteiras, seriam as experiências que permitiriam cartografar novos desenhos, novas configurações para o acontecer de uma dada sociedade” (ALBUQUERQUE JUNIOR; VEIGA NETO; SOUZA FILHO, 2011, p. 10).

Inspiradas pelo projeto “Doing Right(s): innovative tools for professionals working with LGBT+ families”, a professora Federica de Cordova e colaboradoras, do Departamento de Educação e Ciências Humanas da Universidade de Verona, coordenadoras gerais, trazem alguns exemplos de escuta às famílias e pessoas LGBT+, aqui retirados de um documento produto final do projeto, designado por “Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialità LGBT+” e editado pela coordenação de saúde da Região da Emilia-Romanha (DE CORDOVA, 2019):

Na Itália, não tínhamos acesso a clínicas de fertilidade, então fomos para Barcelona. Pelo estado italiano, não sou a mãe da minha filha, mas pode apostar que sou! Eu estou lá quando ela precisa, sou eu que cuido dela quando ela está doente, eu estou lá quando ela está triste ou feliz, ou quando ela precisa de ajuda. Não é isso que uma mãe faz? (Valentina, 42 anos)

Eu adoro Clara... Gostaria de tê-la conhecido antes. Ele é o melhor pai do mundo! (Julia 25, filha de Clara, uma mulher trans de 52 anos)

Nós nos casamos assim que a lei [que introduziu o casamento entre pessoas do mesmo sexo na Espanha] foi aprovada. E aí começamos o processo de adoção. Nosso filho tinha 6 anos quando o conhecemos. Agora sinto que tenho a família que sempre quis. (Pablo, 42 anos)

Eu congelei o esperma antes de começar a transição [...]. Não deu certo, então tivemos que recorrer à doação [de esperma]. O engraçado é que todo mundo diz que é a minha cópia. (Marta, 38 anos, mulher trans)

Teresa e eu queríamos ser mães. Fizemos um acordo com um amigo nosso para termos juntos um bebê. Marc agora tem 6 anos, duas mães que o adoram e um pai fantástico. (Estel, 40 anos)

[Quando falamos das crianças] a minha parceira disse diz “os teus” e eu respondo “não os meus, os nossos”. Mas é uma mudança lenta. Eu digo “se eu faço alguma coisa não é por mim nem pelas crianças, mas por NÓS: por ti, pelo Jacek [o filho biológico da parceira] e, também, para os meus filhos. Então são os nossos, não os meus ou os teus, mas os nossos”. (Bożena, 35 anos, mãe biológica de 3 filhos e “comãe” de 1)

As coisas precisam ser vistas, precisam de lugar, de espaço, precisam ser faladas, navegadas. Não se deve tratar como igual aquilo que precisa afirmação desde sua diferença, que pode inserir novidade no ser-sentir-querer de todos nós. Precisamos igualdade de direitos, liberdade e ocupação dos espaços. Precisamos a presença do diverso como passagem à diferença.

O sistema Saúde/Educação é um espaço heteronormatizado. A instituição escolar é composta e construída através de um sistema heteronormativo. Reconhecer as famílias LGBT+ representa uma transformação cultural relevante, mesmo que a temática LGBT+ já esteja no debate educacional da comunidade escolar.

A escola é para todas e quaisquer famílias, seu relacionamento não pode ser moral. A educação é um espaço que vem sendo ocupado ou que precisa ser ocupado pelas famílias LGBT+. Esta relação precisa ser reconhecida para além de autorizada, sair desse espaço de autorização, de esperar que sejamos “autorizados a ocupar”, mas lutar por isso.

Considerações finais

É fundamental mudarmos nossa forma de ver, escutar e sentir o outro, o que soa diferente, o que está à margem, o que produz novos contornos de acolhimento e recombinação. É necessário acatarmos a (re)invenção de espaços e territórios a uma nova educação da cultura. Saúde e Educação são territórios a uma nova educação da cultura que produza subjetividade e singularização. São territórios que produzem a vida. Saúde e Educação são territórios que acolhem, mas que também rechaçam, tratam, destrutam e maltratam pessoas e famílias LGBT+.

Desconhecimento não justifica preconceito e discriminação. Junto à produção de conhecimento, essencial aos processos de atenção e educação, precisamos produzir vivências. Viver a diversidade e conviver com o diverso. Saúde e Educação

oferecem lugares de promoção de aprendizados e de vida. A saúde é território do cuidado, mas a educação é território do desenvolvimento humano, é território do psicossocial e do psicossocial.

A ausência da existência LGBTQ+, a discriminação da pessoa LGBTQ+, a exclusão da genitorialidade LGBTQ+ mata. O tornar ausente mata. O discriminar mata. O excluir mata. Encontra-se a violência (de tantas formas) e o sofrimento: *bullying*, medo, angústias, ansiedades, repressões, depressões, desistências, suicídios, assassinatos. Morre a potência do viver. Morre a possibilidade do viver. Morre o desejo. São tantas as mortes vividas e as vidas não vividas quando desprezamos o diverso do humano.

Falar em Saúde/Educação frente às existências LGBTQ+ e às famílias LGBTQ+ é falar em encontro: encontrar o que parece distante, mas está perto, encontrar o que parece diferente, mas é humano, encontrar o que parece difícil, mas é diverso. Mergulhar no que é complexo nos torna melhores.

Referências

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz de; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de. Apresentação: uma cartografia das margens. *In: _____* (Org.). Cartografias de Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2008; p. 9-12.

ANGELUCCI, Carla Biancha. A patologização das diferenças humanas e seus desdobramentos para a educação especial. (Trabalho encomendado GT-15 Educação Especial). *In: 37ª* Reunião Nacional da Anped. 2015. Disponível em <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-de-carla-biancha-angelucci-para-o-gt15.pdf>

AVELINO, Matheus Madson Lima. Cartografias da produção de cuidado em saúde à população LGBTQ+. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologia e Instituições. Universidade Federal Rural do Semiárido. Mossoró: UFERSA, 2022.

ARANTES, Esther Maria Magalhães. Escutar. *In: FONSECA, Tania Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia; MARASCHIN, Cleci* (Org). Pesquisar na diferença: um abecedário. Porto Alegre: Sulina. 2015; p. 93-96.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*. 20(2), p. 569-581, 2012.

CECCIM, Ricardo Burg. Réplica: Sobre adaptação, resistência e competência ética na interprofissionalidade. *Interface - comunicação, saúde e educação*, 22 (Supl. 2), p. 1760-1762, 2018.

CECCIM, Ricardo Burg; FERLA, Alcindo Antônio; OLIVEIRA, Daniel Canavese. Prefácio - Lutar com e pelo prazer: as pistas do corpo para buscar caminhos. *In: MACHADO, Frederico Viana; BARNART, Fabiano; MATTOS, Renan de*. A diversidade e a livre expressão sexual entre as ruas, as redes e as políticas públicas. Porto Alegre: Rede Unida/Nuances. 2017; p. 15-22.

CLACAI - Consorcio Latinoamericano Contra el Aborto Inseguro. Gênero sob ataque.

Peru: 2019. Documentário disponível em https://youtu.be/Aj3St_zUM7M

COSTA, Luís Artur; ANGELI, Andréa do Amparo Carotta; FONSECA, Tania Mara Galli. Cartografar. *In*: FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina. 2015. p. 45-48.

DE CORDOVA, Federica. (Coord). *Parole per includere: un glossario europeo sulla genitorialità LGBT+ (Progetto Europeo Doing Rights, Erasmus+ dell'Unione Europea)*. Bolonha: Centro stampa della Regione Emilia-Romagna, 2019. Disponível em: <https://sites.hss.univr.it/doingrights/wp-content/uploads/2019/01/Glossary-IT-Digitale.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2022.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs – v. 5. 2. ed.* São Paulo: Editora 34. 2014.

FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina. 2015.

FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade 1: a vontade de saber*. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra. 2014.

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. *Patriarcado e militarismo: o feminismo em Virgínia Woolf*. Aula aberta em 30 de agosto de 2019 para a disciplina *Introdução aos Estudos de Gênero e Sexualidade* com a Professora Jane Felipe pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2019a.

LOURO, Guacira Lopes. *Patriarcado e militarismo: pensamentos de paz em tempos de guerra*. Posfácio. *In*: WOOLF, Virgínia. *As mulheres devem chorar... ou se unir contra a guerra: patriarcado e militarismo*. Belo Horizonte: Autêntica. 2019b.

NEVES, Cláudia Abbês Baêta. *Desejar*. *In*: FONSECA, Tânia Mara Galli; NASCIMENTO, Maria Lívia do; MARASCHIN, Cleci (Org.). *Pesquisar na diferença: um abecedário*. Porto Alegre: Sulina. 2015. p. 69-72.

PICCININI, Cesar Augusto; Alvarenga, Patrícia. (Eds.). *Maternidade e paternidade: a parentalidade em diferentes contextos*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2012.